



DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLV - Nº 154

QUARTA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 1990

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

TERMO DE POSSE DO SENHOR DR. WANDERLEY VALLIM DA SILVA NO CARGO DE GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Às 15h35min do dia treze de novembro do ano de um mil novecentos e noventa, perante o Senado Federal, reunido em sessão pública no plenário da Casa, na cidade de Brasília, capital da República Federativa do Brasil, sob a direção da Mesa do Senado Federal, compreendeu o Senhor Doutor Wanderley Vallim da Silva - Iram Saraiva - Mendes Canale - Mauro Benevides

vada pelo Senado Federal. E por ser verdade, lavrou-se o presente termo de posse, que é assinado pelo empossado e pelos membros da Mesa.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 1990. - Wanderley Vallim da Silva - Iram Saraiva - Mendes Canale - Mauro Benevides

TERMO DE POSSE DO SENHOR DR. MARCO AURELIO MARTINS ARAUJO NO CARGO DE VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Às 15:36 horas do dia treze de novembro do ano de mil novecentos e noventa, perante o Senado Federal, reunido em Sessão Pública no Plenário da Casa, na cidade de Brasília, Capital da República Federati-

va do Brasil, sob a direção da Mesa do Senado Federal, compreendeu o Senhor Dr. Marco Aurélio Martins Araújo, o qual foi solenemente empossado no cargo de Vice-Governador do Distrito Federal, para o qual foi indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos do disposto no art. 16 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo sido sua indicação aprovada pelo Senado Federal. E por ser verdade, lavrou-se o presente termo de posse, que é assinado pelo empossado e pelos membros da Mesa.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 1990. Marco Aurélio Martins Araújo - Iram Saraiva - Mendes Canale - Mauro Benevides.

SUMÁRIO

1 - ATA DA 179ª SESSÃO, EM 13 DE NOVEMBRO DE 1990

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Ofício do Ministro das Relações Exteriores

- Nº 17/90, encaminhando informações prestadas pelo Ministério das Relações Exteriores sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 334, de 1990.

1.2.2 - Mensagem do Sr. Governador do Distrito Federal

- Nº 134/90-bF (nº 107/90-GAG, na origem), solicitando a substituição do anexo II do Projeto de Lei do DF nº 60/90, enviado ao Senado através da Mensagem nº 105/90-DF.

1.2.3 - Leitura de projeto

- Projeto de Lei do Senado nº 205/90, de autoria do

Senador Márcio Lacerda, que dispõe sobre o trabalho do menor aprendiz e dá outras providências.

1.2.4 - Comunicação

- Do Senador Meira Filho, referente ao seu desligamento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

1.2.5 - Requerimento

- Nº 416/90, de urgência para o Projeto de Lei do

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 1.069,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

Senado nº 128/90, que dá nova redação ao artigo 3º da Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, que institui a taxa de fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários e dá outras providências.

1.2.6 - Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA - Transcrição do editorial do jornal O Estado de S. Paulo, sob o título Missão Flecha de Lima.

SENADOR JAMIL HADDAD, como Líder - Solenidade comemorativa dos 37 anos de fundação da Petrobrás, realizada pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Defesa do monopólio estatal do petróleo.

SENADOR MARCONDES GADELHA - Oferecimento, pelo Governador do Estado de São Paulo, de instalações do Memorial da América Latina para sediar definitivamente o Parlamento Latino Americano.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES - Indicação do funcionário Guido Faria de Carvalho para Secretário-Geral da Mesa.

1.2.7 - Comunicação da Presidência

- Presença na Casa dos Srs. Wanderley Vallim da Silva, Governador em exercício do Distrito Federal, e Marco Aurélio Martins Araújo, que deverão ser empossados, nesta oportunidade, como Governador e Vice-Governador do Distrito Federal, respectivamente.

1.2.8 - Posse dos Srs. Wanderley Vallim da Silva,

no cargo de Governador, e do Sr. Marco Aurélio Martins Araújo, no cargo de Vice-Governador do Distrito Federal.

1.2.9 - Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES - Situação de cacaueicultura no País.

1.2.10 - Requerimento

- Nº 417/90, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 203/89, de sua autoria.

1.2.11 - Comunicações

- Dos Senadores Wilson Martins, Nabor Júnior e Aluízio Bezerra, que se ausentarão dos trabalhos da Casa no período de 14 a 19 do corrente.

1.2.12 - Comunicação da Presidência

- Re却bimento do Relatório de Auditoria Operacional realizado na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, na área do Fundo de Investimento do Nordeste-FINOR, do Presidente do Tribunal de Contas da União.

1.3 - ORDEM DO DIA

Projeto de Lei do Senado nº 180, de 1990, de autoria do Senador Marco Maciel, que restabelece o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Extinção da urgência nos termos do Requerimento nº 418/90.

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 1990, que estima

a Receita e fixa a Despesa do Estado de Roraima para o exercício financeiro de 1991. Aprovado nos termos do parecer da Comissão do Distrito Federal. A Comissão Diretora para redação final.

Projeto de Resolução nº 56, de 1990, que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a celebrar operação de compra e venda com financiamento externo junto à empresa MLW Intermed-Import, da República Democrática Alemã, no valor de CL\$-RDA 8.259.367,50. Aprovado. A Comissão Diretora para redação final.

Requerimento nº 76, de 1990, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos regimentais, a inserção em ata de um voto de regozijo pela passagem do trigesimo aniversário da inauguração de Brasília, bem assim, seja transmitida, ao Senhor Governador do Distrito Federal, a homenagem que o Senado presta a mais um aniversário da Capital Federal. Aprovado.

Requerimento nº 363, de 1990, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 1989, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a definir as terras indispensáveis à preservação ambiental, integrantes dos bens da União e dos estados, na forma do art. 23, itens VI e VII, da Constituição. Rejeitado.

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1989, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 159 e al-

tera a redação do inciso II do art. 161 da Constituição Federal. **Retirada da pauta.**

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1989, de autoria do Senador Nelson Carneiro e outros Senhores Senadores, que dispõe sobre a remuneração dos deputados estaduais e dos vereadores. **Retirada da pauta.**

Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1989, de autoria do Senador Marcos Mendonça e outros 24 Senhores Senadores, que acrescenta artigo ao texto constitucional prevendo a criação e definindo a competência do Conselho Nacional de Remuneração Pública. **Retirada da pauta.**

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1990, de autoria do Senador Márcio Lacerda e outros Senhores Senadores, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. **Retirada da pauta.**

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1990, de autoria do Senador Mata-Machado e outros Senhores

Senadores, que suspende a aplicação do art. 62 e altera o § 2º do art. 64 da Constituição Federal. **Retirada da pauta.**

1.3.1 - **Materia apreciada após a Ordem do Dia**

- Requerimento nº 416/90, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.**

1.3.2 - **Discursos após a Ordem do Dia**

SENADOR ODACIR SOARES, como Líder - Dívida externa brasileira.

SENADOR NELSON WEDEKIN, como Líder - Programa de apoio à capacitação tecnológica, lançado pelo Governo federal.

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG - Necessidade de lei que regulamente os excessos nas programações de televisão.

SENADOR JOSÉ FOGACA - Renegociação da dívida externa brasileira.

SENADOR JORGE BORNHAUSEN - Eleição de S. Ex^a, para o Conselho da República.

SENADOR RUY BACELAR - Manutenção do escritório Especial, da Petrobrás, em Salvador.

SENADOR JOÃO CALMON - Gestão do Ministro Carlos Sant'Anna, no Ministério da Educação.

1.3.3 - **Designação da Ordem do Dia da próxima sessão**

1.4 - **ENCERRAMENTO**

2 - **ATOS DO PRESIDENTE**

- N^os 231 a 234/90

3 - **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS**

- Ata da 17^a reunião ordinária, realizada em 17-10-90

- Resolução nº 26/90

4 - **MESA DIRETORA**

5 - **LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS**

6 - **COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

Ata da 179^a Sessão, em 13 de novembro de 1990 4^a Sessão Legislativa Ordinária, da 48^a Legislatura

Presidência dos Srs. Iram Saraiva, Pompeu de Sousa e Antônio Luiz Maya

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS.
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

- Nabor Júnior - Odacir Soares - Ronaldo Aragão - João Menezes - Almir Gabriel - Carlos Patrocínio - Antônio Luiz Maya - Alexandre Costa - Chagas Rodrigues - Afonso Sancho - Mauro Benevides - Marcondes Gadelha - Humberto Lucena - Marco Maciel - Mansueto de Lavor - João Nascimento - Francisco Rollemburg - Lourival Baptista - Jutahy Magalhães - Ruy Bacelar - Gerson Camata - João Calmon - Hydekel Freitas - Jamil Haddad - Ronan Tito - Maurício Corrêa - Severo Gomes - Fernando Henrique Cardoso - Mário Covas - Mauro Borges - Iram Saraiva - Antônio Alves - Pompeu de Sousa - Meira Filho - Lourenberg Nunes Rocha - Menezes Canaie - Rachid Saldanha Derzi - Wilson Martins - Leite Chaves - Affonso Camargo

- Jorge Bornhausen - José Paulo Bisol - José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - A lista de presença acusa o comparecimento de 43 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1^º Secretário procederá à leitura do Expediente.

- É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Nº 17/90, de 12 do corrente, encaminhando informações prestadas pelo Ministério das Relações Exteriores sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 334, de 1990, de autoria do Senador Jutahy Magalhães.

MENSAGEM DO GOVERNADOR DISTRITO FEDERAL

Nos seguintes termos:

MENSAGEM N^o 134, DE 1990-DF

(N^o 107/90-GAG, na origem)

Brasília, 13 de novembro de 1990

Senhor Presidente:

Tenho a honra de dirigir-me a V. Ex^a para encarecer a substituição do Anexo II da Mensagem nº 105/90, à vista de incorreção detectada posteriormente ao seu encaminhamento, a essa Casa.

Ao ensejo, apresento a V. Ex^a protestos de apreço. - Wандерley Vallim da Silva, Governador do Distrito Federal.

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO A LEI N.

RECURSOS DO TESOURO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
01000	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL			9.000.000
01001	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL			9.000.000
01001.01020322.00110000	FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA ARRECADACAO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS			9.000.000
10001	FUNCIONAMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS			9.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.000.000	
11000	GABINETE DO GOVERNADOR			13.000.000
11001	GABINETE DO GOVERNADOR			13.000.000
11001.03070202.00310000	ASSESSORAMENTO SUPERIOR			7.550.000
10003	FUNCIONAMENTO DO GABINETE MILITAR			7.550.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.550.000	
11001.03070212.00310000	COORDENACAO DAS MEDIDAS DE APOIO AS ASSOCIAÇOES DE MORADORES			5.450.000
10002	APOIO AO CONSUMIDOR			5.450.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.377.000	
		INVESTIMENTOS	4.073.000	
13000	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			376.000.000
13001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			20.000.000
13001.03090212.01010000	COORDENACAO DAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL			5.000.000
10001	FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			5.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR		PROGRAMA DE TRABALHO		
ANEXO A LEI N°.		RECURSOS DO TESOURO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13001.03090242.126 0000	MANUTENCAO DO PROCESSAMENTO DE DADOS DO SISTEMA DE ORÇAMENTO			15.000.000
10004	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS			15.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		15.000.000	
13003 REGIAO ADMINISTRATIVA I - BRASILIA				190.000.000
113003.10585752.199 0000	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS EM BRASILIA			32.000.000
10010	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS			32.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		32.000.000	
13003.10603274.001 0000	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA EM BRASILIA			68.000.000
10010	MANUTENCAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA			68.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		68.000.000	
13003.10603284.008 0000	CONSERVACAO DE AREAS AJARDINADAS EM BRASILIA			90.000.000
10001	CONSERVACAO DE AREAS AJARDINADAS			90.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		90.000.000	
13004 REGIAO ADMINISTRATIVA II - GAMA				17.500.000
113004.10585752.069 0000	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DO GAMA			5.500.000
10002	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS			5.500.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.500.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO A LEI N.

RECURSOS DO TESOURO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13004.10603272.015/0000	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO GAMA			12.000.000
10002	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA			12.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.000.000	
13005	REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA			27.000.000
13005.03070212.016/0000	ADMINISTRAÇÃO GOVERNAMENTAL EM TAGUATINGA			12.000.000
10006	FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO			12.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.000.000	
13005.10603272.019/0000	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE TAGUATINGA			15.000.000
10003	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA			15.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.000.000	
13006	REGIÃO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLANDIA			5.200.000
13006.10585752.075/0000	CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS DE BRAZLANDIA			3.200.000
10004	CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS			3.200.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.200.000	
13006.10603272.020/0000	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE BRAZLANDIA			2.000.000
10004	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA			2.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO A LEI N.

RECURSOS DO TESOURO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13007	REGIAO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO			9.000.000
13007.10585752.078	0000 CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DE SOBRADINHO			4.000.000
10005	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS			4.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.000.000	
13007.10603272.022	0000 CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DE SOBRADINHO			5.000.000
10005	MANUTENCAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA			5.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.000.000	
13008	REGIAO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA			10.000.000
13008.10585732.081	0000 CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DE PLANALTINA			6.000.000
10006	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS			6.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		6.000.000	
13008.10603272.024	0000 CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DE PLANALTINA			4.000.000
10006	MANUTENCAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA			4.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.000.000	

ANEXO II

Br\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR		PROGRAMA DE TRABALHO		
ANEXO A LEI N.		RECURSOS DO TESOURO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13009	REGIAO ADMINISTRATIVA VII - PARANÁ			12.800.000
13009.10585754.00410000	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DO PARANÁ			12.800.000
10011	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS			12.800.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		12.800.000	
13010	REGIAO ADMINISTRATIVA VIII - NUCLEO BANDEIRANTE			11.500.000
13010.10585752.06610000	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DO NUCLEO BANDEIRANTE			9.500.000
10001	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS			9.500.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		9.500.000	
13010.10603272.01310000	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DO NUCLEO BANDEIRANTE			2.000.000
10001	MANUTENCAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA			2.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.000.000	
13011	REGIAO ADMINISTRATIVA IX - CEILANDIA			31.000.000
13011.10585752.11610000	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DE CEILANDIA			11.000.000
10003	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS			11.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		11.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO A LEI N.

RECURSOS DO TESOURO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13011.10603272.091:0000	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DE CEILANDIA			20.000.000
10008	MANUTENCAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA			20.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.000.000	
13012	REGIAO ADMINISTRATIVA X - GUARA			12.000.000
13012.10505752.084:0000	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DO GUARA			4.000.000
10007	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS			4.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.000.000	
13012.10603272.026:0000	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DO GUARA			8.000.000
10007	MANUTENCAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA			8.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		8.000.000	
13013	REGIAO ADMINISTRATIVA XI - CRUZEIRO			5.000.000
13013.10505752.163:0000	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DO CRUZEIRO			3.000.000
10009	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS			3.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR		PROGRAMA DE TRABALHO		
ANEXO A LEI N°.		RECURSOS DO TESOURO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13013.10603272.16210000	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DO CRUZEIRO			2.000.000
0009	MANUTENCAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA			2.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.000.000	
13014.1 REGIAO ADMINISTRATIVA XII - SAMAMBAIA				25.000.000
13014.03070212.19310000	ADMINISTRACAO GOVERNAMENTAL EM SAMAMBAIA			5.000.000
0024	FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRACAO			5.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	INVESTIMENTOS		5.000.000	
13014.10585752.19510000	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS DE SAMAMBAIA			15.000.000
0012	CONSERVACAO DE AREAS URBANIZADAS			15.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		15.000.000	
13014.10603272.19610000	CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA DE SAMAMBAIA			5.000.000
0012	MANUTENCAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA			5.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR		PROGRAMA DE TRABALHO		
ANEXO A LEI N°.		RECURSOS DO TESOURO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
14000	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			450.000.000
14001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			450.000.000
14001.03070212.028	10000			410.000.000
	DIREÇÃO E COORDENAÇÃO DOS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS			
10001	FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			30.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.000.000	
10002	MANUTENÇÃO DOS TRANSPORTES INTERNOS			80.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.000.000	
10003	MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS			300.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	300.000.000	
14001.03070212.032	10000			6.000.000
	ENCARGOS COM ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL			
10001	ENCARGOS COM ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL			6.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.000.000	
14001.03070252.171	10000			4.000.000
	SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS			
10006	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS			4.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR		PROGRAMA DE TRABALHO		
ANEXO A LEI N.		RECURSOS DO TESOURO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
14001.03076242.087:0000	CONSERVACAO DE PREDIOS E PROPRIOS DO PODER PUBLICO			30.000.000
10001	CONSERVACAO E MANUTENCAO DOS PREDIOS E PROPRIOS DO PODER PUBLICO			30.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		30.000.000	
15001	SECRETARIA DA FAZENDA			12.702.000.000
15001	SECRETARIA DA FAZENDA			12.702.000.000
15001.03080212.035:0000	ADMINISTRACAO E CONTROLE FAZENDARIO			10.000.000
10001	FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DA FAZENDA			10.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS DE CORRENTES		10.000.000	
15001.03080212.151:0000	DESPESAS COM EXERCICIOS ANTERIORES			20.000.000
10001	PAGAMENTO DE DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			20.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		10.000.000	
	INVESTIMENTOS		10.000.000	
15001.03080242.172:0000	SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS			15.000.000
10014	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS			15.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		15.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO A LEI N.

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
115001.03080302.08510000	CADASTRO E CONTROLE DA ARRECADACAO			125.000.000
10001	CADASTRO E CONTROLE DA ARRECADACAO			125.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	125.000.000	
115001.03080332.12710000	JUROS E AMORTIZACAO DA DIVIDA PUBLICA CONTRATADA			200.000.000
10001	JUROS E AMORTIZACAO DA DIVIDA PUBLICA CONTRATADA			200.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	150.000.000	
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	50.000.000	
115001.03044922.00110000	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			100.000.000
10001	FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			100.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.000.000	
115001.07090311.06810000	FINANCIAMENTO A PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO			12.232.000.000
10001	FINANCIAMENTO A PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO			12.232.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	12.232.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO A LEI N.

RECURSOS DO TESOURO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
16000	SECRETARIA DE EDUCACAO			76.000.000
16002	SECRETARIA DE EDUCACAO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS (*)			76.000.000
16002.08070212.03810000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA FUNDACAO EDUCACIONAL			76.000.000
10001	FUNCIONAMENTO DA FUNDACAO EDUCACIONAL			76.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	76.000.000	
46001	FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL			76.000.000
46001.08070212.03810000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA FUNDACAO EDUCACIONAL			76.000.000
10001	FUNCIONAMENTO DA FUNDACAO EDUCACIONAL			76.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	76.000.000	
17000	SECRETARIA DE SAUDE			318.000.000
17002	SECRETARIA DE SAUDE - ENTIDADES SUPERVISIONADAS (*)			308.000.000
17002.13754282.98210000	ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR			308.000.000
10001	FUNCIONAMENTO DA FUNDACAO HOSPITALAR			250.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	250.000.000	
10003	HOSPITAIS E DEMAIS UNIDADES DE SAUDE DA REGIONAL DE BRASILIA			58.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	58.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR		PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DO TESOURO
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	
47001	FUNDACAO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL			388.000.000	
47001.13754282.10210000	ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR			388.000.000	
10001	FUNCIONAMENTO DA FUNDACAO HOSPITALAR			250.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA				
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		250.000.000		
10003	HOSPITAIS E DEMAIS UNIDADES DE SAUDE DA REGIONAL DE BRASILIA			58.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA				
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		58.000.000		
17003	INSTITUTO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL			10.000.000	
17003.13750212.09510000	EXECUCAO DAS ATIVIDADES DE BIOLOGIA MEDICA E COMBATE AS ENDEMIAS			10.000.000	
10001	FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL			10.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA				
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		10.000.000		
18000	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL			200.000.000	
18002	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - ENTIDADES SUPERVISIONADAS(*)			200.000.000	
18002.15810212.84710000	EXECUCAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL			67.000.000	
10001	FUNCIONAMENTO DA FUNDACAO DO SERVICO SOCIAL			67.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA				
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		67.000.000		

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO A LEI N°.

RECURSOS DO TESOURO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
118002.15814832.91010000	MANUTENÇÃO DE MENORES DECRETADA PELO PODER JUDICIÁRIO			5.400.000
10001	MANUTENÇÃO DE MENORES EM SITUAÇÃO IRREGULAR			5.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.000.000
10002	PROMOÇÃO DO ATENDIMENTO AO MENOR INFRATOR			400.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		400.000
118002.15814832.91510000	INICIACAO PROFISSIONAL DE MENORES			20.000.000
10001	INICIACAO PROFISSIONAL DE MENORES			20.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.000.000
118002.15814832.91810000	PROMOÇÃO DO ATENDIMENTO A MENORES CARENTES			28.900.000
10001	PROMOÇÃO DO ATENDIMENTO A MENORES CARENTES			28.900.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		28.900.000
118002.15814832.97610000	ASSENTAMENTO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA			50.000.000
10001	ASSENTAMENTO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA			50.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		50.000.000

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO A LEI N.

RECURSOS DO TESOURO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
18002.15814872.91910000	PROMOCÃO DA AÇÃO COMUNITÁRIA			20.000.000
10001	PROMOCÃO DA AÇÃO COMUNITÁRIA			20.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000.000	
18002.15814872.98810200	PROMOCÃO DO ARTESANATO			1.750.000
10001	PROMOCÃO DO ARTESANATO			1.750.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.750.000	
18002.15814862.85910000	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE APOIO SOCIAL E ASSISTÊNCIA A MIGRANTES E MENDIGOS			6.950.000
10001	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE APOIO SOCIAL E ASSISTÊNCIA A MIGRANTES E MENDIGOS			6.950.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.950.000	
48001	FUNDACAO DO SERVICO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL			200.000.000
48001.15810212.04710000	EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL			67.000.000
10001	FUNCIONAMENTO DA FUNDACAO DO SERVICO SOCIAL			67.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	67.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,69

CREDITO SUPLEMENTAR		PROGRAMA DE TRABALHO		
ANEXO A LEI N.		RECURSOS DO TESOURO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
48001.15814832.11010000	MANUTENCAO DE MENORES DECRETADA PELO PODER JUDICIARIO			5.400.000
10001	MANUTENCAO DE MENORES EM SITUACAO IRREGULAR			5.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000.000	
10002	PROMOCAO DO ATENDIMENTO AO MENOR INFRATOR			400.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	400.000	
48001.15814832.11510000	INICIACAO PROFISSIONAL DE MENORES			20.000.000
10001	INICIACAO PROFISSIONAL DE MENORES			20.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000.000	
48001.15814832.11810000	PROMOCAO DO ATENDIMENTO A MENORES CARENTES			28.900.000
10001	PROMOCAO DO ATENDIMENTO A MENORES CARENTES			28.900.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.900.000	
48001.15814832.17610000	ASSENTAMENTO DA POPULACAO DE BAIXA RENDA			50.000.000
10001	ASSENTAMENTO DA POPULACAO DE BAIXA RENDA			50.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR		PROGRAMA DE TRABALHO		
ANEXO A LEI No.		RECURSOS DO TESOURO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
148001.15814872.119;0000	PROMOCAO DA ACAO COMUNITARIA			20.000.000
10001	PROMOCAO DA ACAO COMUNITARIA			20.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000.000	
148001.15814872.158;0300	PROMOCAO DO ARTESANATO			1.750.000
10001	PROMOCAO DO ARTESANATO			1.750.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.750.000	
148001.15814862.059;0000	MANUTENCAO DO CENTRO DE APOIO SOCIAL E ASSISTENCIA A MIGRANTES E MENDIGOS			6.950.000
10001	MANUTENCAO DO CENTRO DE APOIO SOCIAL E ASSISTENCIA A MIGRANTES E MENDIGOS			6.950.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.950.000	
19000	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			371.000.000
19001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			100.000.000
19001.10070251.187;0000	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE PREDIOS E PROPRIOS DO PODER PUBLICO			75.000.000
10001	CONSTRUCAO DO PREDIO DA CAMARA LEGISLATIVA			75.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		INVESTIMENTOS	75.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO A LEI N°.

RECURSOS DO TESOURO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
19001.16915751.10110000	IMPLANTACAO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZACAO			25.000.000
10001	IMPLANTACAO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZACAO			25.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	INVESTIMENTOS	25.000.000		
19002	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS (*)			106.000.000
19002.10070212.85010000	EXECUCAO DE OBRAS E SERVICOS DE URBANIZACAO			106.000.000
10001	FUNCIONAMENTO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL			106.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.000.000		
	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	1.000.000		
	AMORTIZACAO DA DIVIDA	5.000.000		
49001	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL			106.000.000
19001.10070212.05010000	EXECUCAO DE OBRAS E SERVICOS DE URBANIZACAO			106.000.000
10001	FUNCIONAMENTO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL			106.000.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.000.000		
	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	1.000.000		
	AMORTIZACAO DA DIVIDA	5.000.000		
19003	SERVICO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA			165.000.000
19003.10070212.05410000	EXECUCAO DAS ATIVIDADES DE COLETA DE LIXO E LIMPEZA DE VIAS E LOGRADOUROS PUBLICOS			165.000.000

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR		PROGRAMA DE TRABALHO		
ANEXO A LEI N.		RECURSOS DO TESOURO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10001	FUNCIONAMENTO DO SERVICO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA			165.000.000
20000	SECRETARIA DE TRANSPORTE			380.000.000
20001	SECRETARIA DE TRANSPORTE			380.000.000
120001.03070212.13410000	SUBSIDIO AO TRANSPORTE COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL			280.000.000
10001	SUBSIDIO AO TRANSPORTE COLETIVO			280.000.000
120001.03070212.15010000	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CAIXA UNICO E INFORMACOES DE TRANSPORTES URBANOS			100.000.000
10001	SISTEMA DE CAIXA UNICO			40.000.000
10002	SISTEMA DE INFORMACOES			60.000.000
21000	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUCAO			40.000.000
21002	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUCAO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS (*)			40.000.000
121002.04070212.85610000	EXECUCAO DE PROGRAMAS DE FOMENTO AGROPECUARIO E PRESERVACAO DOS RECURSOS NATURAIS			20.000.000

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR		PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DO TESOURO
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	
	19801				20.000.000
	FUNCIONAMENTO DA FUNDACAO ZOOBOTANICA				
			NATUREZA DA DESPESA		
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.000.000
121002.04180212.894:0000					20.000.000
	DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO				
	RURAL - EMATER				
	10001				20.000.000
	FUNCIONAMENTO DA EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO				
	RURAL				
			NATUREZA DA DESPESA		
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.000.000
51001	FUNDACAO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL				20.000.000
51001.04070212.056:0000					20.000.000
	EXECUCAO DE PROGRAMAS DE FOMENTO AGROPECUARIO E PRESERVACAO				
	DOS RECURSOS NATURAIS				
	10001				20.000.000
	FUNCIONAMENTO DA FUNDACAO ZOOBOTANICA				
			NATUREZA DA DESPESA		
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.000.000
51003	EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER				20.000.000
51003.04180212.094:0000					20.000.000
	DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO				
	RURAL - EMATER				
	10001				20.000.000
	FUNCIONAMENTO DA EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO				
	RURAL				
			NATUREZA DA DESPESA		
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.000.000

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR		PROGRAMA DE TRABALHO		
ANEXO A LEI N.		RECURSOS DO TESOURO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
22000	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA			27.000.000
22002	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS (*)			20.000.000
22002.16915732.863:0000				20.000.000
	COORDENACAO DAS ATIVIDADES DO DETRAN			
10001	FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO			20.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000.000	
52001	DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL			20.000.000
52001.16915732.863:0000				20.000.000
	COORDENACAO DAS ATIVIDADES DO DETRAN			
10001	FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO			20.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000.000	
22003	POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL			7.000.000
22003.06300251.018:0000				7.000.000
	PLANO DE EDIFICACOES DA POLICIA MILITAR			
10001	CONSTRUCAO DA SEDE DO QUARTO BATALHAO DA POLICIA MILITAR - GUAR			7.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		INVESTIMENTOS	7.000.000	
23000	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE			150.000.000
23002	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE - ENTIDADES SUPERVISIONADAS (*)			50.000.000
23002.08070212.841:0000				24.000.000
	EXECUCAO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRACAO DO SISTEMA CULTURAL			

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO A LEI N.

RECURSOS DO TESOURO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	0001 FUNCIONAMENTO DA FUNDACAO CULTURAL			24.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.000.000	
123002.08070212.90910000	MANUTENCAO DO TEATRO NACIONAL DE BRASILIA			7.000.000
	0001 FUNCIONAMENTO DO TEATRO NACIONAL DE BRASILIA			7.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.000.000	
123002.08482472.84210000	PROMOCOES CULTURAIS			19.000.000
	0001 REALIZACAO DE PROMOCOES CULTURAIS			19.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.000.000	
	53001 : FUNDACAO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL			50.000.000
153001.08070212.04110000	EXECUCAO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRACAO DO SISTEMA CULTURAL			24.000.000
	0001 FUNCIONAMENTO DA FUNDACAO CULTURAL			24.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.000.000	
153001.08070212.10910000	MANUTENCAO DO TEATRO NACIONAL DE BRASILIA			7.000.000
	0001 FUNCIONAMENTO DO TEATRO NACIONAL DE BRASILIA			7.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR		PROGRAMA DE TRABALHO		
ANEXO A LEI N.		RECURSOS DO TESOURO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
153001.08492472.04210000	PROMOÇÕES CULTURAIS			19.000.000
10001	REALIZAÇÃO DE PROMOÇÕES CULTURAIS			19.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.000.000	
23004	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO			100.000.000
23004.08460212.00610000	PLANEJAMENTO, PROMOÇÃO E COORDENAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, DESPORTOS E RECREAÇÃO			100.000.000
10001	FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESPORTES E RECREAÇÃO			100.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.000.000	
24000	SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			150.000.000
24003	DEPARTAMENTO DE TURISMO			150.000.000
24003.11650212.00410000	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DE SUPORTE AO TURISMO			60.000.000
10001	FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO			60.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	60.000.000	
24003.11653632.00510000	PROMOÇÕES E DIVULGAÇÕES TURÍSTICAS DO DISTRITO FEDERAL			90.000.000
10001	REALIZAÇÃO DE PROMOÇÕES E EVENTOS			50.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.000.000	

ANEXO II

Cr\$ 1,00

I CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO

I ANEXO A LEI N.º

RECURSOS DO TESOURO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10002	PROMOÇÕES TURÍSTICAS			40.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.000.000	
25000	SECRETARIA DO TRABALHO			35.000.000
25001	SECRETARIA DO TRABALHO			35.000.000
25001.14070211.02010000	PROMOÇÃO DE CURSOS DE FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA			35.000.000
10001	FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA			35.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.000.000	
26000	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL			95.000.000
26001	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL			95.000.000
26001.03070232.11310000	DICULGAÇÃO E PUBLICIDADE			95.000.000
10001	PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, ANÚNCIOS E EDITAIS			25.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.000.000	
10002	REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS E EVENTOS			70.000.000
		NATUREZA DA DESPESA		
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.000.000	

A-

ANEXO II

Cr\$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO A LEI N°.

RECURSOS DO TESOURO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
39000	RESERVA DE CONTINGENCIA			208.000.000
39000	RESERVA DE CONTINGENCIA			208.000.000
139000.9999999.9991000				208.000.000
	RESERVA DE CONTINGENCIA			
19999				
	RESERVA DE CONTINGENCIA			208.000.000
(*) NOTA: UNIDADE(S) TRANSFERIDORA(S) NÃO SOMA(M) NO TOTAL DESTE ANEXO				
TOTAL 12.374.000.000 13.018.000.000 15.602.000.000				

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - O expediente lido vai à publicação. (Pausa.)

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 205, DE 1990**

Dispõe sobre o trabalho do menor aprendiz e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Considera-se menor aprendiz o trabalhador maior de 12 e menor de 18 anos, cujo contrato de trabalho obriga o empregador a submetê-lo à formação profissional metódica do ofício ou ocupação para cujo exercício foi contratado.

Parágrafo Único. No respectivo contrato o menor aprendiz assume o compromisso de observar e cumprir as normas do regime de aprendizagem.

Art. 2º A empresa se obriga a propiciar a formação profissional metódica ao menor que se realizará mediante processo educacional específico, com desdobramento do ofício ou ocupação em operações ordenadas, de acordo com programas previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo Único. Todas as empresas, nos termos da legislação vigente, terão que manter menores e aprendizes em seu quadro de servidores.

Art. 3º Compete ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, ouvidas as entidades interessadas, Senai, Senac, sindicatos laborais e patronais, elaborar a relação completa dos ofícios ou ocupações sujeitas ao regime de aprendizagem profissional metódica, estabelecendo os limites máximos de tempo de aprendizagem para cada ofício ou ocupação.

§ 1º O tempo máximo de aprendizagem para qualquer ofício ou ocupação não poderá exceder 30 meses.

§ 2º O menor aprendiz poderá, a qualquer tempo requerer ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, o exame de habilitação para o exercício do respectivo ofício ou ocupação, considerando-se encerrado o processo de aprendizagem se conseguir a devida habilitação.

Art. 4º Os cursos de formação profissional metódica poderão ser ministrados pelo Senai,

Senac ou por entidades privadas, desde que devidamente reconhecidos na forma da lei.

Parágrafo Único. A aprendizagem também poderá ser oferecida pelas próprias empresas, desde que os cursos sejam aprovados, e fiscalizada e sua execução, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 5º Os cursos de aprendizagem metódica somente poderão ser ministrados dentro do horário normal de trabalho, sendo proibido às empresas matricular os menores aprendizes em cursos noturnos.

Art. 6º Nas atividades comerciais, considerar-se-á menor aprendiz o trabalhador menor matriculado à expensas da empresa, até a 3ª série em ginásio comercial, a que se refere a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, desde que asseguradas as regalias previstas nessa lei.

Art. 7º Os aprendizes são obrigados à freqüência do curso de aprendizagem em que estejam matriculados, de acordo com o horário escolar estabelecido, mesmo nos dias em que não haja trabalho na empresa.

Art. 8º Correrão por conta do empregador todas as despesas com a manutenção do menor aprendiz no curso de formação profissional, inclusive, quando for o caso, na aquisição de qualquer material didático ou de treinamento.

Art. 9º São requisitos necessários à contratação do menor aprendiz:

a) idade mínima de 12 anos e não superior a 18 anos;

b) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

c) atestado médico considerando o menor apto, física e mentalmente, para o desempenho da atividade profissional;

d) contratação para exercício de atividade que demande formação profissional metódica, constante da relação oficial do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 10. O contrato de aprendizagem somente se aperfeiçoará se for previamente anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social do menor, com identificação do curso, instituição que o irá ministrar e o seu tempo de duração.

Art. 11. Os contratos de trabalho dos menores serão registrados no Ministério do Trabalho e Previdência Social, no

prazo de 15 dias, contados de sua celebração.

Art. 12. Ao menor aprendiz são assegurados todos os direitos trabalhistas e previdenciários outorgados aos empregados pela legislação vigente.

Parágrafo Único. O tempo do período de aprendizado será computado no tempo de serviço do trabalhador menor para todos os efeitos legais.

Art. 13. O contrato de aprendizagem implica para o menor aprendiz a obrigação de prestar trabalho ao empregador no período da jornada em que não estiver seguindo o curso de aprendizagem.

Parágrafo Único. Haverá, obrigatoriamente, um intervalo de, no mínimo, 2 horas, entre o término das aulas do curso de formação profissional e o início do serviço na empresa, ou vice-versa.

Art. 14. Considerar-se-á justa causa motivada pelo empregador o cometimento ao menor aprendiz de função diferente daquela a que está sendo submetido no regime de aprendizagem metódica.

Art. 15. Será considerado justa causa para a dissolução do contrato de trabalho o fato de o menor aprendiz não cumprir com fidelidade, correção e exação suas obrigações distintas, com ausências repetidas e injustificadas ao curso ou falta de aproveitamento escolar.

Art. 16. O menor aprendiz gozará de estabilidade provisória no emprego pelo período de duração do curso de aprendizagem, somente podendo ser despedido por justa causa, conforme o disposto no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, ou pelos motivos mencionados no artigo anterior.

§ 1º A dispensa imotivada do menor aprendiz importará na sua reintegração ao emprego, por decisão judicial, até a conclusão do curso a que estiver sendo submetido.

§ 2º É defeso à empresa retinar ou substituir menor aprendiz já devidamente matriculado em curso de aprendizagem.

§ 3º A empresa é obrigada a manter o menor aprendiz no curso de aprendizagem quando, nessa condição, tiver sido contratado.

Art. 17. Encerrado o curso de aprendizagem e não tendo a empresa interesse na permanência

do empregado, a rescisão contratual se dará como na despedida imotivada no contrato de trabalho por tempo indeterminado.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 19. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei tem por objetivo disciplinar o trabalho do menor aprendiz, a fim de evitar com que as empresas explorem esse tipo de trabalhador.

Trata-se de um dos mais importantes institutos de apoio ao trabalhador, pois propicia a este, quando menor - na faixa dos 12 aos 18 anos de idade - uma formação profissional metódica, que irá permitir-lhe ingressar definitivamente no mercado de trabalho, como um profissional devidamente treinado e qualificado.

A necessidade de disciplinar este relacionamento impõe-se até por força da legislação vigente, tendo em vista que algumas das obrigações decorrentes do contrato de aprendizagem são bastante diferenciais daquelas do contrato de trabalho comum.

Torna-se, portanto, conveniente e oportuno estabelecer certas normas e princípios, que deverão nortear este relacionamento empregatício *sui generis*.

O projeto considera menor aprendiz o trabalhador com idade entre 12 a 18 anos, e determina que a empresa se obriga a propiciar a ele formação profissional metódica, oferecendo-lhes cursos relacionados em lista elaborada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, ouvidos os órgãos interessados, tais como o Senai, o Senac e as entidades sindicais.

A proposição prevê que tais cursos poderão ser ministrados por quaisquer entidades, públicas ou privadas, sendo que, neste último caso, dependerão de aprovação e fiscalização dos órgãos próprios do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Ao empregador cabe arcar com todas as despesas de manutenção do menor aprendiz no curso de formação profissional, inclusive na aquisição do material didático ou de treinamento, competindo ao menor, sob pena de despedimento por justa causa, freqüentar e cumprir

com correção e exação seus deveres discentes.

O projeto prevê ainda a estabilidade provisória do trabalhador aprendiz, durante todo o período do curso de formação, bem como a impossibilidade de a empresa substituir ou retirar o menor já matriculado.

Assegura, ainda, ao trabalhador menor todos os direitos trabalhistas e previdenciários, inclusive a contagem do tempo de aprendiz para todos os efeitos legais.

Finalmente, trata o projeto de lei, ora submetido ao exame dos ilustres pares, de estabelecer que a rescisão do contrato de trabalho do menor aprendiz, ao término do curso, se fará observando-se os procedimentos da despedida imotivada do contrato de trabalho por tempo indeterminado, gerando, portanto, ao trabalhador o direito a Aviso Prévio, à multa do FGTS e ao seu saque, além das demais cominações legais.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 1990. — Senador Mário Lacerda.

(À Comissão de Assuntos Sociais - Decisão Terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente. (Pausa.)

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 1º de novembro de 1990

Exmº Senhor

Senador Nelson Carneiro

DD. Presidente do Senado Federal

Nesta

Senhor Presidente,

Sirvo-me da presente para comunicar a V. Exº e a esta Casa o meu desligamento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, continuando, entretanto, a velar pelos ideais democráticos do nosso País.

Nesta oportunidade, reitero os melhores votos de consideração e a minha respeitosa estima. — Senador Meira Filho.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O expediente lido vai à publicação. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

RÉQUERIMENTO N° 416, DE 1990

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado n° 128, de 1990.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 1990. — João Lobo — Mauro Benevides — Oziel Carneiro — Mauricio Corrêa — Jutahy Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do art. 240, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — — Há oradores inscritos..

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, O Estado de S. Paulo, em sua edição de 10 de outubro passado, publicou um primoroso editorial sobre "A Missão Flecha de Lima", denso de conceitos realistas, e exemplar concisão, resumindo objetivamente os episódios relativos ao regresso dos brasileiros que se encontravam dispersos e retidos em território iraquiano, trabalhando em projetos das empresas Mendes Júnior, Volkswagen, Maxion e Hop, surpreendidos com a explosão do grave conflito do Golfo Pérsico, gerado pela invasão e ocupação do Kuwait por tropas do Governo do Iraque.

Depois de advertir que a "Missão Flecha de Lima", em face de sua extrema complexidade e das dificuldades conjunturais de uma ameaçadora crise internacional, agravada pelo boicote econômico imposto pela ONU contra o Governo daquele país, parecia inviável e poderia abreviar a carreira do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, com um possível malogro, O Estado de S. Paulo afirmou que, todavia ao contrário do que se presumia, ele voltou consagrado pelo êxito do seu desempenho que... "certamente se inscreverá entre os exercícios clássicos da diplomacia brasileira".

Enaltecendo o sucesso do ilustre negociador brasileiro, o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, O Estado de S. Paulo assim concluiu, paro-

diando Shakespeare: "Tudo está bem, quando termina bem".

Ao requerer a incorporação ao texto deste conciso pronunciamento do mencionado editorial, eu desejaría assinalar que sobre o desenvolvimento e o êxito da aludida missão, no contexto da crise do Golfo Pérsico, proferi discurso na sessão de 9 de outubro passado, no Senado Federal, analisando diversos aspectos dos referidos problemas.

Nessa oportunidade, felicitei o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Francisco Rezek, e a diplomacia brasileira, pelos bons resultados obtidos no desenrolar dos mencionados episódios, que tranquilizaram o Governo e o País. (Muito bem! Palmas.)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM
SEU DISCURSO:**

Quarta-feira, 10 de outubro de 1990 - O Estado de S. Paulo - 3

A MISSÃO FLECHA DE LIMA

Há pouco mais de três semanas, o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima recebia do Presidente da República missão que parecia impossível: retirar do Iraque todos os brasileiros que lá trabalhavam, sem no processo comprometer a adesão de Brasília ao boicote comercial imposto pela ONU. A dificuldade da missão permitia até pensar que ela se revestia de aspecto de punição: fora o Embaixador Flecha de Lima quem inspirara as relações especiais com Bagdá que agora constrangiam o Governo Collor de Mello; ele, portanto, que usasse seus conhecimentos pessoais no Iraque para encerrar essa etapa das relações bilaterais. Assim, o embaixador foi retirado de seu exílio durado em Londres, onde chefiava a representação brasileira depois de ter sido a eminência párdula dos ministros das Relações Exteriores do Governo Sarney e de ter sido respingado pelo escândalo da Fundação Cabo Frio. Para muitos observadores, o Embaixador Flecha de Lima abreviaria sua carreira com um malogro.

Ao contrário, ele volta consagrado. Seu desempenho certamente se inscreverá entre os exercícios clássicos da diplomacia brasileira. Mas sempre ficarão dúvidas sobre a necessidade dessa missão e seus reais objetivos. Fica à tona a impressão de que o Governo brasileiro quis afirmar o mundo por esse meio sua adesão às resoluções da ONU.

Se assim foi, o movimento suscitou nos iraquianos a sensação de que o Brasil cedeu depressa demais às pressões norte-americanas; e certamente não terá satisfeito os "falcões" que fazem a política dos EUA para o Iraque e gostariam de assistir a demonstrações mais agressivas do Brasil.

Nunca é cedo demais para se começar a tirar lições de um episódio como esse. É intenção manifesta do Governo fazer que o Brasil se torne cada vez mais parte do mundo interdependente pelo comércio, pela tecnologia e pelo fluxo financeiro. Mas esse mundo não é pacífico e será cada vez menos - como prova a crise do Golfo - à medida que as causas endógenas dos conflitos regionais forem sendo liberadas pelo arrefecimento das tensões Leste-Oeste e pelo recuo das posições antes mantidas pelas superpotências. Assim, maior presença no mundo significará número crescente de brasileiros em regiões potencialmente instáveis ou em áreas conflagradas. O que acaba de acontecer no Iraque poderá não ser uma exceção na história diplomática do País, mas sim a primeira de uma série de situações. Uma convivência internacional ampliada, feita à base de interesses comerciais (e políticos), obriga o Governo a preparar-se para eventualidades como a que acaba de ser superada, bem como para outras que impliquem ameaça maior a brasileiros no exterior. Tanto custa não se isolar.

Nas relações entre os estados, as crises raramente determinam o porvir; é a solução das crises, a maneira como elas são resolvidas, que se transforma em marco da convivência. A missão Flecha de Lima tornou-se relevante por possibilitar o retorno dos brasileiros e deixar patente que o futuro importa mais que os acontecimentos circunstanciais do presente. As dificuldades do momento podem ser contornadas; já com o futuro temos todos um encontro inadiável. O futuro foi, portanto, o instrumento de persuasão usado pelo Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, que teve de equilibrar-se "entre o entendimento cordial e a pressão diplomática", conforme balanço feito pelo enviado especial William Waack na edição de terça-feira.

O negociador brasileiro, entretanto, não contou apenas com o intangível. Os acordos de suspensão dos contratos de serviço das empresas brasileiras no Iraque comprometem con-

cretamente o Governo brasileiro com o reinício dos trabalhos agora interrompidos tão logo a situação no Golfo se normalize. Isto é, assim que as sanções da ONU forem suspensas. Não foi à toa que o Ministro Francisco Rezek, ao receber os últimos brasileiros vindos do Iraque, afirmou que "todos os laços civis e comerciais entre os dois países são perfeitamente reconstituíveis".

Tudo está bem quando termina bem. Fica de todo o episódio, contudo, a lição de que parte importante da política externa de um país não pode depender basicamente de relações pessoais, seja para seu estabelecimento seja para superação de crises. A diplomacia pessoal, como a sorte, tem limites que é melhor não esticar.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad, como Líder.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB - RJ. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, tive a honra de comparecer, ontem, a um ato comemorativo dos 37 anos de fundação da Petrobrás, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Lá estavam presentes o autor da lei que criou a Petrobrás, o monopólio estatal, o ex-Deputado Euzébio Rocha; o grande brasileiro, Presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho; um grande lutador das causas democráticas, Edmundo Muniz; os Deputados Federais Mário Lima, Luiz Alfredo Salomão, Edmílson Valentim; a Direção da Associação dos Engenheiros da Petrobrás; lideranças sindicais; e brasileiros que estavam integrados na luta pela manutenção do monopólio estatal do petróleo.

A sessão foi requerida pelo Deputado Estadual Eduardo Chuaí, e a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro encontrava-se repleta, pois o momento não era de alegria mas de alerta, porque sentímos que há, por parte do Presidente da Petrobrás, o intuito de manipular a opinião pública para, quando da revisão constitucional de 1993, tentar desmoralizar a grande empresa nacional, respeitada internacionalmente, e acabar com o monopólio estatal do petróleo.

Sr. Presidente, recebi um documento de uma revista especializada em petróleo, *Oil & Gas Jornal*, de 29 de outubro do corrente ano, do qual fiz a tradução de parte:

FIM DO MONOPÓLIO?

Teixeira, que tomou posse em 23 de outubro, é a favor de finalizar o monopólio da Petrobrás na exploração, produção e distribuição do petróleo.

Ele atribuiu a si próprio elaborar uma proposta de emenda à Constituição do Brasil, que será revisada pelo Congresso em 1993, visando à privatização da companhia. Teixeira afirmou ainda que vai acelerar a privatização dos setores petroquímico e de fertilizante da companhia, que não requerem emenda constitucional.

Teixeira lembrou mais uma vez que a reforma administrativa e a modernização da companhia devem estar em sintonia com as diretrizes governamentais no setor do funcionalismo público, visando ao aumento da produção de óleo, à modernização tecnológica, à reestruturação dos preços dos derivados e à proteção ambiental.

O mais notável, Teixeira afirma: vê com simpatia os contratos de risco com as companhias estrangeiras, proibidos pela nova Constituição, promulgada em 1988.

O novo presidente da Petrobrás quer também aumentar o papel da Braspetro, em assegurar novos suprimentos de petróleo para o Brasil e aumentar a utilização doméstica de gás, através da importação de gás natural.

A Petrobrás é totalmente capaz de competir com as companhias privadas e não precisa ser um monopólio, afirmou Teixeira."

Aqui, Sr. Presidente, há um trecho que merece ser analisado com profundidade:

O novo Congresso eleito no começo de outubro tem uma maioria conservadora pró-Collar, que aumenta as perspectivas para a mudança da cláusula do monopólio na Constituição.

Representantes de empresas internacionais de petróleo, no Brasil, reagiram positivamente ao discurso do novo Presidente, mas assinalaram que Teixeira e o Governo enfrentarão uma dura batalha política para forçar a privatização.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, é uma revista especializada em petróleo, editada nos

Estados Unidos, que traz, além desse trecho, também um artigo extenso, analisando a saída de Luís Carlos da Motta Veiga da Presidência da Petrobrás. O interessante é que o comentário declara que as empresas internacionais de petróleo reagiram positivamente ao discurso. O intuito dessas empresas é, na realidade, assumir o controle da Petrobrás, assumir o controle da distribuição da venda do refino, enfim, tomar conta do que a Petrobrás faz.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - Nobre Senador Jamil Haddad, a Presidência se sente na contingência de alertar V. Ex^a quanto ao tempo.

O SR. JAMIL HADDAD - Estou encerrando, Sr. Presidente. Quero dizer ainda que, ao final, eles se mostram preocupados, esta será uma dura batalha política para forçar a privatização. Não tenham dúvida aqueles que pretendem privatizar a Petrobrás. Iniciou-se, ontem, no Rio de Janeiro, uma campanha nacional em defesa do monopólio estatal do petróleo.

Será muito difícil, reverter o quadro e tirar da Petrobrás o controle do monopólio estatal para atender os grandes interesses internacionais.

Eram estas palavras, Sr. Presidente, que queria deixar consignadas nos Anais da Casa, nesta tarde. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - Obrigado pela compreensão de V. Ex^a.

Com a palavra o nobre Senador Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA (PFL - PB) - Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, há uma comunicação que julgo muito importante fazer a este Plenário.

Ontem, o Exm^o Sr. Governador do Estado de São Paulo, Dr. Orestes Quêrcia, decidiu oferecer as instalações do Memorial da América Latina para sediar, em caráter permanente, definitivo, o Parlamento Latino-Americano na cidade de São Paulo.

Considero este fato, Sr. Presidente, um marco na história da integração latino-americana e também um marco na história do Parlamento Latino-Americano, só comparável à sua própria institucionalização em novembro de 1987, na cidade de Lima.

Passo a ler, Sr. Presidente, fac-símile que recebi ontem, na qualidade de Presidente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, de parte do Sr. Governador Orestes Quêrcia:

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Of/GG/25/90

São Paulo, 12 de novembro de 1990

Exm^o Senhor

Senador Marcondes Gadelha

DD. Presidente do Grupo Brasileiro do

Parlamento Latino Americano

Brasília - DF

Senhor Senador Marcondes Gadelha,

Conforme conversamos dias atrás, venho à presença de Vossa Excelência, para comunicar que é decisão deste Governo do Estado de São Paulo, oferecer as instalações para o funcionamento do Parlamento Latino-Americano dentro do conjunto arquitetônico que compõe o Memorial da América Latina em São Paulo.

Essa decisão leva em conta o tratado de Institucionalização do Parlamento Latino-Americano, subscrito pelo Brasil em novembro de 1987, em Lima, e a expectativa de que o nosso País venha a sediar o Parlamento Latino-Americano em caráter definitivo.

Gostaríamos de receber em São Paulo, o mais próximo possível uma Comissão do Parlamento Latino-Americano, para detalharmos o oferecimento junto ao arquiteto Oscar Niemeyer e à Direção do Memorial da América Latina.

Atenciosamente, Orestes Quêrcia, Governador de São Paulo.

Sr. Presidente, esse fato de extraordinária relevância, esse gesto elevado do Governador de São Paulo mostra a sua visão de homem público e o seu discernimento quanto ao futuro da nossa pátria comum latino-americana.

Essa decisão do Governador Orestes Quêrcia é importante para o Brasil, num primeiro plano, porque consolida a nossa posição e a nossa imagem como o País que deu o impulso

mais relevante, nos últimos tempos, à causa da integração latino-americana.

É importante também, para o Estado de São Paulo, que, sendo hoje o pólo que irradia cultura e economia neste País, passe também a ser um foco irradiante nas relações internacionais, pois que o Parlamento Latino-Americano tende a fazer convergir todas as ações integracionistas na América Latina. Finalmente, Sr. Presidente, eu diria que é importante também para o próprio Parlamento Latino-Americano, pois o fato de se ter uma sede fixa, o fato de se ter uma base operacional física para o Parlamento Latino-Americano lhe dá uma força simbólica extraordinária e abre caminho para outras ações que já antevemos desde agora. A partir do momento em que tenhamos a sede física, permanente, definitiva do Parlamento Latino-Americano, à semelhança do que acontece com o Parlamento Europeu, na cidade de Estrasburgo, está aberto também o caminho para a realização de eleições diretas para o Parlamento Latino-Americano e estão criadas as condições necessárias e suficientes para que esta instituição passe a ser o foro adequado e o porta-voz mais autorizado a falar em nome da América Latina como um conjunto integrado.

Ora, Sr. Presidente, temos naturalmente algumas etapas a cumprir antes que tenhamos já concretizado este objetivo.

De acordo com o próprio texto do documento enviado pelo Governador Orestes Quérzia, a sua proposição está em consonância com o tratado de institucionalização que dá substância e vida ao Parlamento Latino-Americano, pois que o seu art. 8º dispõe que a Assembléia-Geral do Parlamento Latino-Americano decidirá sobre a sede permanente da instituição.

Logicamente daremos conhecimento à Junta Diretiva do Parlamento Latino-Americano, para que seja convocada uma Assembléia Geral extraordinária, com a finalidade de homologar essa decisão. Nenhuma dúvida nos assiste, neste momento, quanto à aceitação, quanto à decisão da Assembléia Geral do Parlamento Latino-Americano, seja porque já tenhamos conhecimento do pensamento de alguns próceres dessa Entidade, seja porque entendemos a oferta do Governador Orestes Quérzia como rigorosamente irrecusável por parte do Parlamento Latino-Americano. Primeiro, porque não existe na América Latina nenhum conjunto

arquitetônico elaborado com tamanha propriedade para sediar o Parlamento Latino-Americano. Segundo, pela significação que tem a cidade de São Paulo e que tem o Brasil dentro do contexto integracionista na hora presente.

Sr. Presidente, entendemos que a aceitação será pacífica, que a homologação será feita por unanimidade, por parte do Parlamento Latino-Americano, e que, em breve espaço de tempo, teremos concretizado esse propósito de termos, em São Paulo, o que seria o equivalente, o espelho, a semelhança do que representa o Parlamento Europeu para a comunidade europeia integrada.

Sr. Presidente, quanto ao espírito do Memorial da América Latina, quanto à sua adequação a essa finalidade, também não nos assiste nenhuma dúvida.

Sr. Presidente, quando o próprio arquiteto Oscar Niemeyer concebeu o Memorial da América Latina, parecia estar lobrigando no horizonte, ao largo, a consecução desse propósito que agora se encaminha.

É de Oscar Niemeyer este pequeno texto que passo a ler, sobre a sua concepção a respeito do Memorial da América Latina:

"Poucos temas me deram tanta alegria ao projetá-los como o Memorial da América Latina. Primeiro, pelo sentido político que apresentava: reunir os povos deste Continente para, juntos, discutirem os seus problemas, trocando experiências, lutando pelos direitos desta América Latina tão explorada e ofendida."

Precisava dizer mais, Sr. Presidente, para que entendêssemos, nas entrelinhas deste texto, como primeiro propósito que norteou a concepção do Memorial da América Latina o objetivo político de se criar um fórum adequado para a discussão de problemas, dos objetivos e dos propósitos da nossa pátria integrada?

Da leitura deste texto de Oscar Niemeyer, fica claro que, por uma dessas inspirações do artista, ele já vislumbrava a possibilidade de que, mais cedo ou mais tarde, aquele conjunto arquitetônico belíssimo viesse abrigar um fórum representativo da América Latina, ou seja, o seu próprio Parlamento.

Assim sendo, Sr. Presidente, no momento em que agradecemos ao Governador Orestes Quérzia, comprometemos-nos a dar

seqüência ao seu oferecimento. Nos termos do último parágrafo de sua proposta, designaremos uma comissão para o detalhamento desse oferecimento junto ao arquiteto Oscar Niemeyer, para que sejam examinadas as modificações que porventura se façam necessárias, de maneira a se conseguir o essencial para o funcionamento do Parlamento Latino-Americano dentro daquele conjunto, ou seja, um plenário, as salas para uma secretaria geral que completem o conjunto harmonioso, junto com outras instalações que lá se encontram — biblioteca, o Centro de Criatividade, o Palácio dos Atos — e outras instalações necessárias à logística do funcionamento do conjunto.

Sr. Presidente, agradecemos ao Governador Orestes Quérzia e congratulamo-nos com S. Ex. por essa visão extraordinária que teve sobre o destino da nossa América. Consideramos que esta causa chegará às suas últimas consequências e que já no começo do próximo ano teremos o Parlamento funcionando nas instalações do Memorial da América Latina. Para uma causa tão nobre, como a integração latino-americana, nada mais justo do que um equipamento tão belo quanto o Memorial da América Latina. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Com a palavra o nobre Senador Jutah Magalhães.

O SR. JUTAH MAGALHÃES (PSDB-BA). Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes do pronunciamento que me disponho a fazer hoje, gostaria de parabenizar a Presidência da Casa, certamente com o apoio da Mesa Diretora, por ter indicado o funcionário Guido Faria de Carvalho para a Secretaria-Geral da Mesa.

Sr. Presidente, tenho dito várias vezes, que no Senado temos uma equipe de funcionários que honraria qualquer repartição pública. Temos funcionários capazes, aqui no Senado Federal. Sempre tive como exemplo de bons funcionários, os funcionários do Banco do Brasil e os funcionários do Ministério das Relações Exteriores. São exemplos do funcionalismo público federal. Tenho dito, várias vezes, que aqui no Senado temos funcionários desse quilate, e o Guido é um deles. Ele tem formação acadêmica, é bacharel em Direito. Tem um currículo de trabalho no Senado muito extenso: foi admitido através de concurso público; tem mestrado em Ciências Políticas e Administração Pública em Albany, nos Estados Unidos;

Ministrou vários cursos de Processo Legislativo no Senado; teve destacada participação em vários estudos de alto nível, como o que gerou a criação do Cedesan; foi membro do Conselho do Cegraf e do Prodasen.

No meu período, na 1^a-Secretaria, tive oportunidade de trabalhar com Guido e vi não só a sua assiduidade, mas também a sua preocupação em dar pareceres, em estudar as matérias com a devida atenção, eficiência, capacidade e conhecimento dos assuntos sobre os quais se manifestava. Eu o conheci como chefe de gabinete do Senador Ruy Santos, representante do Estado da Bahia. Desde essa época acompanho os passos de Guido, e se o chamo de Guido é porque tenho a satisfação de tê-lo entre os meus amigos e companheiros com os quais trabalho aqui no Senado. Destaco a participação do Guido, juntamente com D. Sarah Abrahão, Ribamar Mourão, Dirceu e Wilson na elaboração do anteprojeto do Regimento Interno do Senado. Quando fui 1^o-Secretário tive oportunidade de formar essa equipe exatamente para apresentar um anteprojeto. Depois de um estudo amplo, de alguns meses de trabalho, a proposta apresentada foi examinada pela Comissão Diretora, tendo como Relator o Senador Dirceu Carneiro. Finalmente, apresentada em Plenário, a proposta foi aprovada, com substitutivo do Senador Fernando Henrique Cardoso e participação de vários Srs. Senadores que se interessaram por aquela matéria. Mas o grupo inicial contou com a participação do Guido.

Esta é a homenagem que presto, não apenas ao funcionário, porque sei que junto com ele estão os que trabalham na Secretaria-Geral da Mesa; junto com ele estão vários funcionários que exercem chefiias em nossos gabinetes; junto com ele estão funcionários que exercem assessoria no Senado; junto com ele estão funcionários que exercem as funções de Taquígrafo no Senado. São muitos os exemplos que eu poderia citar, mas, hoje, configuro esse exemplo na pessoa de Guido, que é um funcionário exemplar.

O Sr. Meira Filho - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Com prazer, ouço V. Ex^a

O Sr. Meira Filho - Ilustre Senador Jutahy Magalhães, não teria nada a acrescentar ao que V. Ex^a já falou sobre o Guido, não fosse uma amizade que nos liga há longos anos

nesta cidade. Fiquei imensamente satisfeito em ver V. Ex^a, como Senador tão destacado da Casa, reconhecer os méritos do Guido, e o faz, naturalmente, em homenagem a todos que trabalham no Senado da República. Conheço Guido há muitos anos, desde o tempo em que juntos trabalhamos no rádio. Quero apenas ratificar e dizer da minha satisfação em ouvir de V. Ex^a um elogio tão importante ao meu dileto amigo Guido que tanto admiro e que honra, sem dúvida, o quadro funcional desta Casa.

O Sr. Ronan Tito - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Ouço V. Ex^a com muita atenção.

O Sr. Ronan Tito - Nobre Senador Jutahy Magalhães, neste momento em que V. Ex^a fala em nome da Casa, tenho certeza de que nenhum Senador se furtará a dar o testemunho da capacidade e da dedicação com que o Dr. Guido tem servido esta Casa. Apenas acrescentaria que a mim me cabe uma parcela de orgulho nesse elogio merecido que é dado ao Dr. Guido, meu conterrâneo mineiro. Não só me associo como me sinto enaltecido, pois o Dr. Guido é desse homens que honram a nossa Minas Gerais, e me associo a essa homenagem que presta V. Ex^a, por sinal muito merecida neste momento, em que muitas vezes abrimos os jornais e revistas e vemos a má posição em que se encontram os funcionários públicos de maneira geral. Houve até quem se elegesse neste País falando mal dos funcionários públicos, dizendo dos salários enormes etc. Nós, que militamos, trabalhamos e dependemos muito dos nossos colegas funcionários do Senado não podemos, neste momento em que há uma promoção merecida, também nos furtar a este testemunho de que existem nesta Casa, como disse muito bem V. Ex^a, funcionários do mais alto nível, da maior dedicação, e entre eles, sem dúvida, está o nosso querido Dr. Guido, que por isso merece hoje a nossa homenagem mais sincera. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Agradeço a V. Ex^a e ao nobre Senador Meira Filho. Sei que esse é o pensamento de muitos dos Srs. Senadores da Casa.

Esta homenagem que faço ao Guido - chamo só Guido, não Dr. Guido - não era do seu conhecimento; ele não sabia que eu pretendia fazê-la não o avisei, apesar de toda a ligação de amizade que existe entre nós. Era preciso surpreendê-lo. Por isso fico

satisfeito por ter condições de poder prestar esta homenagem a um funcionário que considero um exemplo do funcionalismo da Casa, em sua grande parte.

O Sr. Rachid Saldanha Derzi - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Com todo o prazer, nobre Senador.

O Sr. Rachid Saldanha Derzi - Nobre Senador Jutahy Magalhães, hoje V. Ex^a fala, realmente, em nome de todos os Senadores, quando presta homenagem a um dos funcionários de alta dignidade desta Casa, a quem conheço há muitos anos. Homem fino, educado, lindo, humilde muitas vezes, mas homem que merece, realmente, o nosso respeito e admiração. É o exemplo dos funcionários desta Casa que na sua grande maioria têm o mesmo mérito. Com o Guido estamos em contato todos os dias, conhecemos o seu trabalho, a sua inteligência, a sua capacidade, a sua cultura e, sobretudo, a sua dedicação a esta Casa e aos Srs. Senadores. Senador Jutahy Magalhães, é uma homenagem justa que V. Ex^a presta a esse extraordinário e admirável funcionário do Senado Federal, Dr. Guido Faria de Carvalho.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Agradeço também a V. Ex^a, Senador Rachid Saldanha Derzi, pelo testemunho que dá. Reporto-me também ao aparte do Senador Ronan Tito, quando fala que buscamos os funcionários da Casa, que tantas vezes nos ajudam no exercício do nosso mandato. Eu, pessoalmente, busco quase que diariamente esses funcionários para me assessorar nos pronunciamentos que faço. Devo muito a esse grupo de funcionários capazes, que exercitam sua função aqui quase sempre anónimamente. Por isto respeito os funcionários que trabalham, que são eficientes e competentes.

Por esta razão, não tenho dúvida em prestar esta homenagem a um funcionário que representa isso e a quem respeito.

O Sr. Marcondes Gadelha - Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Pois não.

O Sr. Marcondes Gadelha - Senador Jutahy Magalhães, também quero me associar a esta homenagem que V. Ex^a presta, que é justa, aos funcionários da Casa, que V. Ex^a faz representar nesse homem digno e concreto que é o funcionário Guido. Nada mais

certo, nobre Senador, do que prestar esta homenagem. Afinal, os funcionários desta Casa nos ajudam diuturnamente, e de tal forma se envolvem com o trabalho que acabam representando, também, junto conosco, a própria maneira de o Senado agir. Identificamos em pessoas como o Guido e outros que integram o Secretariado da Mesa, os funcionários desta Casa de um modo geral, a própria diligência que se faz necessária ao Poder Legislativo, que cada vez mais se afirma e que cada vez mais se faz reconhecer pela opinião pública desta País. Em meio a tantas acusações, eu prefiro ficar com o lado positivo desta Casa. E o lado positivo está representado em funcionários exemplares, como Guido, e nos serviços que eles prestam à comunidade através do nosso Senado Federal.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES
- Agradeço a V. Ex^a, Senador Marcondes Gadelha. V. Ex^a tem a experiência e tem também trabalhado com eficiência e proficiência neste Senado e sabe do esforço desse funcionalismo e dos serviços que o Guido vem prestando há muito tempo a esta Casa.

O Sr. Lourival Baptista
- Permite-me V. Ex^a um aparte, eminente Senador?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES
- Senador Lourival Baptista, eu nunca posso falar sem ouvi-lo.

O Sr. Lourival Baptista
- Eminente Senador Jutahy Magalhães quero associar-me à homenagem que V. Ex^a presta nesta oportunidade a este funcionário exemplar que é Guido. Conheci Guido quando aqui cheguei, em 1971, no gabinete do nosso saudoso amigo Senador Ruy Santos, e sei das suas qualidades, já ditas por V. Ex^a e aplaudidas, podemos dizer, por esta Casa. Ele está substituindo outro funcionário exemplar, que foi Neri Cardoso. Eu só quero dizer que me associo a estas homenagens que a Casa presta a um funcionário zeloso, cumpridor de suas obrigações, amigo de seus amigos e que muito tem contribuído para o relevo desta Casa. Quanto a V. Ex^a, quem é V. Ex^a, posso dizer, de todos nós, porque conheci V. Ex^a ainda menino, criança. É um jovem Senador e a amizade que me liga a seu querido pai. V. Ex^a sabe que é de muitos anos. Associo-me de coração a esta homenagem que V. Ex^a hoje presta a Guido Faria de Carvalho, dizendo que as palavras de V. Ex^a não partem tão-somente da inteligência, mas principalmente de seu coração.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES
- Senador Lourival Baptista, não é à toa que me agradece sempre ouvi-lo. Agora, para os outros Senadores, tenho que explicar que V. Ex^a me conheceu menino, mas era mais criança do que eu.

O Sr. Nelson Wedekin
- Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O Sr. Jamil Haddad - Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Jutahy Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES
- Gostaria de ouvir agora a palavra do Senador Nelson Wedekin.

O Sr. Nelson Wedekin
- Senador Jutahy Magalhães, também gostaria de compartilhar de suas palavras, ratificá-las, endossá-las, reforçá-las, mesmo, nas duas linhas deste seu pronunciamento. Em primeiro lugar, para reconhecer a alta qualidade técnica, profissional, funcional, ética e moral dos funcionários do Senado Federal. Eu, em todas as ocasiões que posso, faço essa referência, porque ela é justa, porque ela é merecida e porque todos nós devemos nos empenhar para reduzir, diminuir os preconceitos que existem contra os servidores públicos de modo geral, contra o setor público de modo, também, geral. Tudo isso muito agudizado no atual Governo do Presidente Fernando Collor. A homenagem que V. Ex^a presta aos funcionários da Casa, na pessoa do Dr. Guido Faria de Carvalho, também é, por igual, justa e merecida. O Dr. Guido, pela sua gentileza, pela sua competência, pela atenção com que sempre nos recebe, é uma das peças essenciais para o bom funcionamento do Senado Federal e do próprio Congresso. Eu mesmo tenho me valido não apenas do Dr. Guido como, também, do Dr. Luiz Paulo e de todos os funcionários da Secretaria da Mesa, antes do Dr. Neri Cardoso. Tenho convicção do que vou dizer: são essenciais ao funcionamento da Casa e sempre insisto em dizer que nos atendem com atenção e competência. De modo que desejo me associar, compartilhar e reforçar as palavras de V. Ex^a e cumprimentá-lo por esta iniciativa.

O Sr. Jamil Haddad - Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Pompeu de Sousa
- Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES
- Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador, por este seu aparte. É importante esta manifestação de V. Ex^a, dentro de Benedito.

do sentido que tenho a retratar nesta homenagem que presto - não devo chamar de outra forma - a esse funcionário exemplar e, em razão, também disto aproveito para prestar uma homenagem aos demais funcionários que trabalham nesta Casa.

Eu ainda ouvirei o nobre Senador Jamil Haddad e, posteriormente, o nobre Senador Pompeu de Sousa. Em seguida, interromperei o meu pronunciamento para que a Casa possa dar posse ao Governador do Distrito Federal. Logo após então farei, o meu pronunciamento.

Ouço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Jamil Haddad.

O Sr. Jamil Haddad - Nobre Senador, falo em nome do Partido Socialista Brasileiro, em nome dos nobres Senadores José Paulo Bisol e Amir Lando. Quero congratular-me com o pronunciamento de V. Ex^a, por que as críticas que são feitas ao Poder Legislativo atingem não só aos parlamentares, mas também a todo o funcionalismo. Feliz da Casa política que pode ter funcionários do gabinete do nosso querido Guido e, também, do Luís Paulo, que é um dos outros elementos que auxiliam diuturnamente os trabalhos da Mesa Diretora desta Casa. Neri Cardoso deixa o rastro de amizades. Todos reconhecem a sua competência, mas um dia teria que ser substituído e Guido, pela sua atitude coerente, com a sua tranquilidade, com a sua sapiência, não temos dúvida, estará cumprindo o seu papel para que a Mesa Diretora possa dirigir os trabalhos com toda a tranquilidade e dentro das leis, dentro da Constituição e do Regimento da Casa. Parabéns ao nosso Guido, no momento em que assume a Secretaria-Geral da Mesa do Senado da República.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES
- Acolho, com muita alegria, o aparte de V. Ex^a, não só em seu nome, mas os seus companheiros de Bancada, também fazendo justiça ao novo Secretário-Geral da Mesa e aos funcionários que trabalham já há muito tempo na Secretaria-Geral.

O Sr. Mauro Benevides - V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Jutahy Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Logo após ouvir o Senador Pompeu de Sousa, que já havia solicitado a palavra, terei muito prazer em ouvi-lo, Senador Mauro Benevides.

O Sr. Pompeu de Sousa — Nobre Senador Jutahy Magalhães, eu não poderia deixar de vir aqui me solidarizar com o seu discurso, de vez que V. Ex^a elogia um ato de justiça da Mesa — e eu eventualmente estando a presidi-la se manifestasse da Mesa, no sentido de solidarizar-me com V. Ex^a, poderia parecer um vitupério, porque seria um elogio de boca própria. Portanto, fiz questão de aqui vir, para dizer que o testemunho que dou da dedicação funcional, do zelo, da correção, da clairividência com que o Guido tem trabalhado na Secretaria-Geral da Mesa, ainda mais depois, nos últimos quase dois anos em que tenho participado da composição da referida Mesa, constitui um exemplo. Na verdade, como diz muito bem V. Ex^a, exemplos dessa ordem devem ser apontados a esta Casa. E devem ser apontados fora dela como um testemunho de que aqui se trabalha, de que há quem trabalhe devotadamente, há quem trabalhe lucidamente, há quem trabalhe patrioticamente, em proveito da Instituição e do País. Muito obrigado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Eu é que agradeço, nobre Senador. V. Ex^a dá um testemunho de um componente da Mesa atual, esta Mesa que tanto tem procurado trabalhar em benefício do Senado Federal e que, muitas vezes, pode até ser incompreendida. V. Ex^a é um testemunho constante do trabalho desses que estão ali, em pé, atrás da Mesa Diretora, que assessoram diariamente os trabalhos do nosso Senado, dando as informações corretas — às vezes não seguidas, mas sempre corretas — a respeito de interpretações do Regimento Interno. Hoje vemos que chegamos a um ponto que considero da maior importância: é a unanimidade da Casa que presta esta homenagem não só à pessoa do Guido, como aos funcionários que trabalham e executam sua missão funcional nesta Casa.

Fico satisfeito por ter trazido aqui, ao Plenário do Senado Federal, esta homenagem.

Gostaria de encerrar, Sr. Presidente, ouvindo o Senador Mauro Benevides, que, na próxima legislatura, estará ali, ouvindo as opiniões da Secretaria-Geral da Mesa.

O Sr. Mauro Benevides — O futuro a Deus pertence, nobre Senador. A confiança na manifestação dos companheiros vamos esperar que, no momento próprio, se faça sentir. Diria a V. Ex^a, eminentes Senador Jutahy Magalhães, que a Bancada do PMDB já se fez ouvir pelo

nossa Líder, Senador Ronan Tito, mas eu não me poderia dispensar, falando em meu próprio nome e nos daqueles companheiros que já se representam pela voz do Líder, reafirmando, portanto, o externar de sentimentos que ele tornou público há poucos instantes a V. Ex^a que não me dispensaria, também, de oferecer o meu testemunho pessoal, sempre criterioso, marcado pelo espírito público do nosso exemplar funcionário, Dr. Guido, hoje sucedendo ao Dr. Nerione Cardoso nas funções de Secretário-Geral da Mesa. V. Ex^a sabe que, constantemente, em cada uma das nossas reuniões, as dúvidas que afloram no plenário são sempre dissipadas na Mesa, com a colaboração sempre presente desse servidor, desse funcionário do Poder Legislativo que capitalizou a simpatia, a atenção e o reconhecimento daqueles que, como nós, no plenário, com a responsabilidade de representar o povo brasileiro, somos compelidos a aqui buscar, nas ressalvas do Regimento, a compatibilização para aquilo que nós desejamos trazer ao conhecimento da opinião pública do País. Portanto, neste instante, desejo cumprimentar a Mesa pela decisão a que chegou e fazer votos para que o Dr. Guido tenha uma atuação sempre caracterizada pelo desejo de acertar — e acertar com dignidade — e servir a esta Casa que representa o próprio povo brasileiro.

O Sr. Pompeu de Sousa — V. Ex^a me permite?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Muito obrigado, Senador Mauro Benevides. Faço, com satisfação, a incorporação do aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento. Parece que o Senador Pompeu de Sousa deseja fazer uma complementação.

O Sr. Pompeu de Sousa — Um pequeno adendo. Verificando que não está presente, no momento, no Plenário, o Líder do nosso Partido, o PSDB, cumpre, em nome do PSDB — Partido da Social Democracia Brasileira — manifestar o inteiro apoio a todas as palavras que V. Ex^a está pronunciando a respeito da atuação do nosso Companheiro — e chamaria nosso Companheiro porque ele é, acima de tudo, um homem necessário a todos os senadores e a todo este Senado Federal, sem que também deixe de se registrar o elogio do seu antecessor, o nosso Nerione, que também se devotou à Casa de maneira exemplar, extensivo, aliás, aos funcionários que compõem a Secretaria da Mesa, porque todos os demais — não vou nem mencionar porque corro o risco de

esquecer algum — que ali estão, e os que estão por trás dos que ali estão, constituem um exemplo para todos os que nesta Casa trabalham, funcionários e senadores.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex^a essa contribuição, porque vem enfatizar aquilo que havia dito a respeito do quadro de funcionários da Secretaria-Geral da Mesa, um elogio que já havia pronunciado. E mais ainda porque V. Ex^a fala em nome do nosso Partido, levando a palavra, o endosso do nosso Partido a esta minha manifestação. Feliz do funcionário que pode merecer os aplausos gerais.

Portanto, parabéns à Mesa, parabéns ao Guido.

Sr. Presidente, fui procurado por funcionário da Mesa para que interrompesse o meu pronunciamento e pudesse ser dada posse ao novo Governador do Distrito Federal. Agora, solicto a V. Ex^a, que me conceda a palavra logo após. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Jutahy Magalhães, o Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Iram Saraiwa, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiwa) — A Presidência agradece a atenção de V. Ex^a e acatará o pedido. (Pausa.)

Encontram-se na Casa os Srs. Wanderley Vailim da Silva, Governador em exercício do Distrito Federal, e Marco Aurélio Martins Araújo, que deverão ser empossados, nesta oportunidade, como Governador e Vice-Governador do Distrito Federal, respectivamente.

Designo comissão, formada pelos ilustres Srs. Senadores Ronan Tito, Mauro Benevides e Meira Filho, para introduzir S. Ex^{as} em plenário. (Pausa.)

(Acompanhados da comissão designada pelo Sr. Presidente, têm ingresso no plenário os Srs. Wanderley Vailim da Silva e Marco Aurélio Martins Araújo, que ocupam cadeiras a S. Ex^{as} reservadas.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiwa) — Convido o nobre Senador Mauro Benevides, Presidente da Comissão do Distrito Federal, para tomar assento à mesa. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiwa) — Sobre a mesa, o Termo de Posse do Governador do Distri-

to Federal, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte termo de posse:

"TERMO DE POSSE DO SR.
DR. WANDERLEY VALLIM DA SILVA
NO CARGO DE GOVERNADOR
DO DISTRITO FEDERAL

Às quinze horas e trinta e cinco minutos do dia treze de novembro do ano de hum mil novecentos e noventa, perante o Senado Federal, reunido em sessão pública no plenário da Casa, na cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, sob a direção da Mesa do Senado Federal, compareceu o Senhor Doutor Wanderley Vallim da Silva, o qual foi solenemente empossado no cargo de Governador do Distrito Federal, para o qual foi indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos do disposto do art. 16 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo sido sua indicação aprovada pelo Senado Federal. E por ser verdade, lavrou-se o presente termo de posse, que é assinado pelo empossado e pelos membros da Mesa.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 1990."

O SR. PRESIDENTE (Iram Sarai-va) — Declaro empossado, como Vice-Governador do Distrito Federal, o Dr. Wanderley Vallim da Silva.

(Procede-se ao ato da assinatura do Termo de Posse.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Sarai-va) — Sobre a mesa, o Termo de Posse do Sr. Vice-Governador, Dr. Marco Aurélio Martins Araújo, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte: Termo de Posse:

"TERMO DE POSSE DO SR.
DR. MARCO AURÉLIO
MARTINS ARAÚJO
NO CARGO DE VICE-GOVERNADOR
DO DISTRITO FEDERAL

Às quinze horas e trinta e seis minutos do dia treze de novembro do ano de hum mil novecentos e noventa, perante o Senado Federal, reunido em sessão pública no plenário da Casa, na cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, sob a direção da Mesa do Senado Federal, compareceu o Senhor Doutor Marco Aurélio Martins Araújo, o qual foi solenemente

empossado no cargo de Vice-Governador do Distrito Federal, para o qual foi indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos do disposto do art. 16 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo sido sua indicação aprovada pelo Senado Federal. E por ser verdade, lavrou-se o presente termo de posse, que é assinado pelo empossado e pelos membros da Mesa.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 1990."

O SR. PRESIDENTE (Iram Sarai-va) — Declaro empossado, como Vice-Governador do Distrito Federal, o Dr. Marco Aurélio Martins Araújo.

(Procede-se ao ato da assinatura do Termo de Posse.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Sarai-va) — A Presidência vai suspender a sessão por alguns instantes, para que os nobres empossados possam receber os cumprimentos de praxe.

(Suspensa às 15 horas e 40 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 42 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Sarai-va) — Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB - BA) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ascenderia a esta tribuna para fazer uma crítica à política do Governo para o cacau. Porém não posso fazê-la, pois não há política do Governo para o cacau. Pelo menos nos últimos cinco anos, o que temos assistido é a um deplorável espetáculo de omisões, incompetência, equívocos, crimes de toda ordem perpetrados contra o agricultor de cacau, contra as comunidades cacaueiras, contra o Brasil, especialmente contra a região sul da Bahia, generoso oásis do Nordeste brasileiro, onde se produz cerca de 90% desse dourado fruto nativo da Amazônia, que os astecas chamavam de "alimento dos deuses".

Nos últimos anos, têm sido rotina os meus pronunciamentos denunciando as desastradas e irresponsáveis ações do Estado brasileiro que afetam a lavraria do cacau, base e sustentáculo de toda uma economia, de vários segmentos, com mais de cem anos de tradição, que admiráveis lucros sociais e econômicos já propor-

cionou ao País, e, apesar de tudo, insiste em sobreviver, graças à força, à coragem e à teimosia do bravo homem do cacau em produzir e multiplicar riquezas.

Agora, não são apenas os problemas de endividamento gigantesco e progressivo dos agricultores que atingem níveis insuportáveis; não é apenas a gravosidade dos baixos preços internacionais, num mercado superabastecido, com grandes estoques e um consumo estacionado; não são os aumentos sucessivos nos custos de produção, os problemas de sanidade das lavouras que reduzem e quebram as safras e diminuem a produtividade. Por incrível que pareça, Sr. Presidente, a outrora viçosa, próspera, eterna árvore do cacau, cujas copas abraçavam, maternalmente, toda uma região, que sustentava em mais de cinqüenta por cento a economia do Estado da Bahia, está agora ameaçada, agredida, desprezada. Imaginem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que em mais de duzentos anos de cacaueira, em mais de duzentos anos de livre comércio de cacau, pela primeira vez os produtores de cacau não têm a quem vender as suas safras; ou, se têm, as dificuldades são tantas que são eles obrigados a se submeter a preços até abaixo das cotações internacionais. Numa região onde mesmo nos piores momentos das crises cíclicas nunca restou uma só amêndoa de cacau nas fazendas, nos armazéns ou nos portos de exportação; onde toda a produção foi sempre o objeto de venda futura, onde o produto sempre foi comprado "na flor", isto é, antes mesmo que os bilhos do fruto despontasse, é nessa região, Sr. Presidente, equivalente a somente dois por cento do território nacional, onde vivem dois milhões de pessoas, que já gerou para o País médias anuais em divisas em torno de um bilhão de dólares, que grassam, agora, o desalento, o desemprego, a recessão epidêmica e cancerosa.

Convivendo com preços baixos, que não remuneram razoavelmente a atividade há mais de dez anos, tempo em que os insumos, carteirizados por multinacionais, ganham da inflação a cada segunda-feira; produzindo para um mercado internacional saturado por grandes safras que superam um consumo estabilizado há mais de trinta anos; enfrentando, por cinco anos consecutivos, adversidades climáticas, atípicas ao sul da Bahia, e, impotente, doenças e pragas do cacaueiro até agora desconhecidas na região; sem contar com uma assistência técnica permanente, confiável,

contemporânea aos problemas das lavouras; e, finalmente, submerso em dívidas bancárias, financiamentos atropelados pelos desmandos e desastres promovidos pelas políticas econômicas do atual e dos Governos anteriores, que multiplicaram os débitos do agricultor e inventaram regras cambiais irreais, tudo isso, Sr. Presidente, levou o cacaueiro baiano ao desespero, a entregar suas terras a credores e agiotas, ao abandono da atividade, com graves prejuízos sociais e econômicos para a população do sul da Bahia, para o Estado da Bahia, enfim, para o País, que sempre teve na cacaueicultura uma atividade estável, progressista, que sempre só retornos proporcionou ao País e aos brasileiros, sem nada receber do Estado.

A pior consequência de toda essa crise que se arrasta há quase dez anos, o filho maldito e terrível desse casamento indesejável entre as adversidades climáticas e de mercado, por uma parte, e as ações e omissões burras e criminosas dos governos, de outra parte, é o desemprego que já atinge a 250 mil famílias. No caudal desse monstro, todas as mazelas sociais: criminalidade, alcoolismo, prostituição, perversão, alienação e marginalidade culturais; fome, doença, morte; conflito, desesperança. As fazendas estão sendo alienadas ou confiscadas pela justiça, para responder a processos de falência dos agricultores. O comércio, a indústria, os serviços, as outras atividades rurais, todos os outros setores econômicos que gravitam e dependem da cacaueicultura mostram sinais de debilidade, desistem ou se anulam mutuamente. Sr. Presidente, até as tradicionais e antes sólidas firmas exportadoras, que competem com a indústria de cacau, comprando amendoas dos agricultores, estão pedindo concordata. A fome invadiu os lares dos fazendeiros e seus empregados, ou ronda, insistente e implacável, as casas e os quintais. E o poder público, Sr. Presidente? O que fazem os Governos estadual e federal? Quais as providências de ordem institucional? Que apoio vem sendo prestado a essa gente? Nenhum, Sr. Presidente.

O Governo Sarney desconheceu o setor cacaueiro e preparou, maquiavelicamente, a desestruturação, o aniquilamento da Cepiac efetivado por esse Governo, que habita e se festeja no Pianalto. A mesma Cepiac, símbolo da eficiência e da eficácia nas décadas de 60 e 70, que, sustentada pelos próprios agricultores, ajudou-

1hes a triplicar a produtividade e a produção brasileiras na cacaueicultura; a aumentar em mais de mil por cento as receitas cambiais auferidas com o produto; a levar o Brasil ao 2º lugar na produção mundial e à liderança na produtividade; e, principalmente, a desenvolver uma região, onde habitam dois milhões de brasileiros, que ocupam apenas dois por cento do território nacional. Pois bem, Sr. Presidente, essa instituição padrão, de prestígio internacional, que só tinha resultados e nenhuma dívida, que nunca deu um centavo a ninguém, que se mantinha com contribuições da sua própria clientela, a única instituição pública do setor primário que deu certo neste País, essa instituição foi literalmente sucateada, rifada, desmontada. Inicialmente, incluíram o seu orçamento, cujas receitas eram constituídas do recolhimento da cota de contribuição cambial de dez por cento sobre as exportações de cacau no Orçamento da União; depois, iotearam eleitoralmente a instituição, transformando-a de instituição técnico-científica séria, produtiva, que para cada dólar recebido pelo agricultor lhe devolvia três dólares e meio (considerando-se apenas a venda do cacau), em feudo de alguns, em cabide de empregos; em seguida, demagógica e irracionalmente, extinguiram a sua fonte de receita, a contribuição cambial, inviabilizando-a; e, com o Governo Collor, veio o golpe de misericórdia: demissões de técnicos de gabarito internacional, com mais de vinte anos de experiência e serviços prestados; alienação de unidades de pesquisa; orgia administrativa, com amputação de órgãos, perseguição de funcionários, nepotismo etc.

O Sr. Ruy Bacelar - Permite V. Exª um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Pois não.

O Sr. Ruy Bacelar - Senador Jutahy Magalhães, V. Exª traça um retrato da outrora rica e próspera região cacaueira, hoje tão penalizada, vivendo em penúria; com seus filhos passando necessidade, uma região que, em outros tempos, concorreu para o desenvolvimento de outros estados do Brasil e que sempre foi uma das mais ricas da Bahia e do País, mas hoje vive numa situação de dificuldade. E de se perguntar, eminente Senador Jutahy Magalhães, o que vai bem neste País, principalmente no setor da agricultura. Há a crise do cacau, a crise da soja, a crise do sisal, a crise do café, há crise em todos os

setores. Isto significa a falta de uma política séria deste Governo que está aí, que substituiu outro péssimo Governo, o do Presidente José Sarney, e que - parece-me - dá continuidade ao mesmo tipo de governo de outrora. E de se perguntar: Sua Excelência, que tanto prometeu em praça pública, o que tem feito de sério neste País a não ser viajar e aparecer a todo momento nas televisões? Acredito, eminente Senador, que a solução do cacau é difícil, assim como a das outras culturas do País, por falta de um política agrícola, por falta de uma Governo sério. Tenho certeza de que, se intensificarmos o consumo do cacau internamente - V. Exª tem um projeto neste sentido - se melhorarmos a produtividade para fazermos face ao preço vil, interno e externo do cacau, o que requer investimento, pesquisa, planejamento, tecnologia e, evidentemente, dinheiro, se conseguirmos levar avante esses programas, dias melhores virão para aquela região, sobretudo se diversificarmos a cultura na região cacaueira. Por isso parabenizo V. Exª pelo importante discurso que faz nesta tarde, esperando que o Governo que está, nos níveis federal, estadual e municipal, procure voltar as suas vistas ao setor, alocando recursos para pagar um pouco os benefícios que aquela outrora próspera região proporcionou ao desenvolvimento do País. Meus parabéns a V. Exª.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Agradeço a V. Exª, Senador Ruy Bacelar, meu companheiro de bancada da representação do Estado da Bahia, que conhece também profundamente esta questão, estes problemas que estão hoje assolando a região sul do nosso estado, que já foi, por muito tempo, responsável pela maior fonte de receita da Bahia, e que hoje já não o é mais, em razão do polo petroquímico, da industrialização e diversificação da agricultura no estado. Entretanto, essa região ainda é uma grande fonte de divisas, não apenas para o País, como fonte de receita ainda para o Estado da Bahia, que, lamentavelmente, a está deixando abandonada à sua própria sorte.

Já disseram aqui que o problema do cacau são os preços internacionais. Não é só isso. Realmente seu preço varia em razão do preço internacional, do avultamento do preço internacional. Se o Governo tivesse uma política direcionada para a questão do cacau, se o Governo tivesse uma política de incentivo ao consumo interno, para que o produto

não chegasse ao ponto em que está chegando, os fazendeiros teriam o produto e teriam a quem vender.

Senador Ruy Bacelar, pela reportagem a que o Senador Afonso Sancho ontem se referiu, e que chamou a minha atenção, publicado pelo jornal *Gazeta Mercantil*, verifica-se que firmas internacionais — firmas inglesas — estão chegando ao Brasil para se transformar em produtoras do nosso cacau, porque os grandes exportadores estão entrando em concordata, estão sem recursos para fazer os investimentos necessários à compra e revenda do cacau. Mas veja V. Ex^a que tanto a União quanto o estado poderiam muito bem ajudar a região sem nenhuma preocupação paternalista, mas com os olhos voltados, inclusive, para uma diversificação da iavoura na região que permitisse que as fazendas tivessem uma auto-sustentação.

V. Ex^a sabe que muitos fazendeiros estão falindo na região, pois lá é uma monocultura, e a crise dos pequenos fazendeiros de cacau é muito grande, havendo necessidade de diversificação. Tomo até como exemplo uma fazenda que herdei do meu sogro, fazenda pequena, mas agora tenho dito, um pouco em tom de brincadeira, mas muito de seriedade, que não me considero mais hoje um pequeno produtor de cacau, hoje sou um pequeno fabricante de farinha de mandioca, porque plantamos mandioca na fazenda de cacau em uma área nobre da cacaucultura, para daí retirar farinha, manter a fazenda e conseguir pagar a folha de pessoal.

O Sr. Afonso Sancho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — E por falar em folha de pessoal, estamos hoje com 10% de pessoal empregado nas fazendas, existindo 250.000 famílias de desempregados na região, e o Governo não oíra para aquela região. Ontem, foi dito aqui pelo Senador Afonso Sancho, brincando, que V. Ex^a responde a mim e não faz comentários sobre o discurso que está sendo proferido. Mas falando aqui sobre o aparte do Senador Afonso Sancho, eu dizia que realmente não podemos cobrar deste Governo soluções para todos os problemas brasileiros, porque em oito meses ninguém pode resolver todos os problemas, mas pode agudizar os problemas, pode aumentá-los. E é o que está ocorrendo. E por falta de uma ação administrativa, de uma política nacional, não voltada apenas para o cacau, mas para todos os demais setores, temos visto

que os problemas estão sendo agudizados, e os resultados aí estão, na crise econômica que o País está vivendo neste momento, com o reconhecimento de praticamente todos os segmentos da sociedade, que estão preocupados com o andamento dessas questões econômico-financeiras do País.

Por isso, Sr. Senador, agradeço o aparte de V. Ex^a esclarecendo que este Governo, de ouvidos moucos, faça alguma coisa a fim de incentivar o consumo interno do cacau. Já há algum tempo apresentei um projeto para colocar o chocolate na merenda escolar e na alimentação das forças militares do País. Essa seria uma maneira de incentivar o consumo interno no País, fazendo com que boa parte da produção fosse consumida aqui dentro e não ficássemos dependentes somente do mercado externo. Isto o Governo de V. Ex^a, Senador Afonso Sancho, pode fazer.

Já fui procurado por representantes do Ministério da Agricultura e da Cepiac, apoiando o meu projeto, na tentativa de fazer com que ele tivesse andamento na Câmara, pois já foi aprovado no Senado e está na Câmara, infelizmente, como quase todos, parado. Mas a idéia é esta. Não quero ter a paternidade da idéia. Gostaria de ver o mesmo Governo mandando outra mensagem, como costuma fazer, mas que o fato fosse levado adiante e realmente houvesse o consumo interno do nosso produto.

O Sr. Almir Gabriel — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com prazer ouvirei V. Ex^a, nobre Senador.

O Sr. Almir Gabriel — Senador Jutahy Magalhães, ouço com muita atenção o profundo e sério discurso de V. Ex^a a respeito da cacaucultura, especialmente da área baiana. Isto me faz remontar à questão da heveicultura na Amazônia. Recentemente, no Pará e em vários outros estados da Amazônia, também por ação da Cepiac, houve o desenvolvimento da agricultura do cacau em nosso estado e na região. Tanto quanto o cacau e a borracha, também a pimenta-do-reino está colocada na mesma situação de desastre total. Faço minhas as palavras do Senador Ruy Bacelar, no momento em que coloca duas variáveis: uma, a monocultura e outra, a de que esse Governo não disse ainda a que veio. Esse Governo se jactava, por uma megalomania, da idéia de que um golpe seria capaz de resolver todos

os problemas estruturais da economia nacional; e que, rapidamente também e por milagre, as coisas todas se situariam nas vontades do princípio. Não é isso que está acontecendo, não é isso que vai acontecer, não é isso que pode acontecer. O resultado é que a economia brasileira tenderá, sim, a uma situação de dramática colocação, quer internamente, quer externamente. Não creio que o dado principal que poderia resolver isso esteja sendo atingido; pelo contrário, está sendo, como V. Ex^a colocou, agudizado, está sendo levado ao espasmo, que é o da distribuição da renda por via de maior número de empregos e de aumentos de salários. Na medida em que não se tem mercado interno e na medida em que o mercado externo é comandado de maneira oligopolizada como é, o destino da cacaucultura no Brasil, da pimenta-do-reino, também da heveicultura, e de outros, ficará na mão, sem dúvida nenhuma, de políticas internacionais e muito menos de comando nacional. As 250 mil famílias desempregadas do sul da Bahia se juntam aos desempregados de São Paulo, aos desempregados do interior do Pará; da área da Transamazônica, que tem inclusive uma mancha de terra roxa excelente, onde há plantio de cacau, e que está vivendo essa mesma situação de desastre. E esse é o panorama que estamos vendo. No entanto Sua Excelência o Presidente está indo ao Mediterrâneo para prática de tênis. É claro que Sua Excelência diz que isso é feito com recursos próprios. De qualquer maneira é um gesto extremamente sério e complicado para a sociedade brasileira um Presidente exibicionista, e que deixa de cumprir tarefas maiores e mais importantes em prol do Brasil.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex^a o aparte, Senador Almir Gabriel. V. Ex^a vem trazer uma complementação a essa questão do cacau, que, como disse o Senador Ruy Bacelar, vive uma crise que se estende também a outras culturas do País. Não temos apenas uma política agrícola voltada para o cacau, para a borracha, para a pimenta-do-reino, para o cravo-da-índia, não temos política agrícola voltada para nada. Temos centenas de projetos tramitando na Câmara e no Senado, mas não temos uma política agrícola nacional, e, principalmente, não temos uma política agrícola deste Governo. Resultado, já tivemos uma diminuição da safra neste ano e há uma previsão de uma diminuição maior ainda no próximo ano. Isso em face de quê? Razões climáticas? Não. Por

falta de uma ação administrativa, porque, em nome do combate à inflação, não podemos parar o desenvolvimento do País. Não estamos dando atendimento ao desenvolvimento do País, não damos atenção aos problemas sociais que afigem o País, tudo em nome do combate à inflação. Não conseguimos vencer a inflação, estamos perdendo a luta contra ela e estamos querendo sucatear o parque industrial. A recessão está chegando a passos largos, já estamos convivendo com ela e aumentando a cada dia. Não adianta o Sr. Antônio Kandir dizer que o "r" não faz parte de seu alfabeto, porque a recessão começa por "r" e faz parte do seu alfabeto porque ele é um dos responsáveis por ela. Se não faz parte do seu alfabeto é porque ele acredita naquilo que infelizmente estamos vendo, às vezes, em determinados veículos de informação. Se espremermos o jornal - seja ele escrito, falado ou visual - saí muito sangue, saem muitos desastres, mas na hora dos problemas nacionais, econômicos, parece que estamos vivendo numa "Ilha da Fantasia", porque tudo vai bem. Esses elementos começam a acreditar naquilo que eles mesmos conseguem que seja publicado, que seja transmitido à opinião pública e que não corresponde em nada à realidade.

Agradeço a V. Ex^a pelo pronunciamento, considero-o uma grande contribuição ao meu discurso, e espero que alguns nos ouçam e que isso possa ser modificado.

O Sr. Afonso Sancho
- Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES
- Terei o prazer de ouvir o meu querido e dileto amigo Senador Afonso Sancho.

O Sr. Afonso Sancho - Meu prezado amigo e conterrâneo, nobre Senador Jutahy Magalhães, quero me solidarizar com V. Ex^a quando traz à Casa um problema tão sério como o de um produto tão importante como o cacau. Não concordo e discordo das críticas generalizadas do eminente Senador Ruy Bacelar e do eminente Senador Almir Gabriel, porque não podem se aproveitar de um assunto para generalizá-lo e dizer que este Governo não sabe a que veio. Com relação a esse problema do cacau, devo dizer a V. Ex^a que no Estado do Ceará não há um pé de cacau, mas preocupa-me muito quando vejo um produto brasileiro em queda. Nem por isso podemos responsabilizar o Governo, porque, se assim fosse,

responsabilizá-lo-famos pela queda do preço da lagosta, pela queda do preço da castanha, ou do algodão ou, finalmente, por uma série de produtos primários que estão sujeitos à manipulação de grandes grupos internacionais, porque são estes que, realmente, comandam os preços. Estariamos fazendo uma gritante injustiça. Nenhum senador faria intencionalmente tamanha injustiça. Ainda em relação ao cacau, sábado, fiquei apavorado quando um produtor da Bahia me disse que produz uma arroba de cacau por 1 mil e 850 cruzeiros e a vende por 1 mil e 100 cruzeiros. É um absurdo. O projeto a que V. Ex^a se refere, de incentivo à distribuição de chocolate na merenda escolar, por ele devemos lutar. Este Governo, ao contrário do que muitos pensam, está interessado no social, e a merenda escolar é uma coisa muito importante. No Nordeste, sabemos que foram incluídos vários produtos na merenda escolar, até o peixe. De forma que, nobre Senador Jutahy Magalhães, estou integralmente ao seu lado na reivindicação de que se crie uma política para o cacau, para a castanha-de-caju, para a lagosta, finalmente, se crie uma política para os principais produtos de exportação. Agora, não podemos e não devemos, em sã consciência, responsabilizar o Governo pelas quedas que ocorrem internacionalmente, porque isso não cabe ao Governo regular, isso é uma coisa lá de fora. Mas cabe ao Governo tomar certas providências para que isso seja amenizado, não participando do prejuízo que está ocorrendo, por exemplo, no momento, com o cacau, como já tem acontecido conosco lá, no Nordeste, com a castanha, com a lagosta, com couros e peles, mas criando um programa que possa estar em condições de, nessas épocas difíceis, minorar os prejuízos dos produtores. Isso é o que desejava dizer ao ilustre colega, nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, para resumir este pronunciamento que espero, depois, seja publicado na íntegra, quero dizer que, em relação ao aparte do Senador Afonso Sancho, não posso culpar o Governo pelo preço do cacau, isso, realmente, é questão de superprodução. Nós temos uma produção bem maior do que o consumo internacional do cacau. Não culpo este Governo por uma política mal dirigida inclusive neste setor. Ao Governo compete, muitas vezes, dirigir a política para aumento de produtividade, aumento de área plantada ou diminuição

dessas áreas em razão do mercado internacional. E o Governo tem uma visão e as informações necessárias para formar uma política voltada para o interesse daquele setor. O cacau dá uma divisa de um bilhão de dólares por ano ao País. Portanto, é um produto que merece a atenção adequada do Governo. Agora, posso condenar o Governo? Posso, quando vejo que, numa situação de crise como essa, ele não move uma palha nem para atender socialmente a 250 mil famílias desempregadas. Quando se chega numa região como essa, que tem 2 milhões de habitantes e em que há 250 mil desempregados, V. Ex^a pode imaginar o que isso representa para o comércio da região, que vive muito em razão dos recursos produzidos pelo cacau. V. Ex^a pode ver que isso vira um deboche em cadeia, porque, se o cacau está com preço baixo, não há comercialização, as famílias estão desempregadas, não há recursos para aplicar na região. Então, há uma falta de política direcionada. E isso que condeno. Chegaria a dizer - está aqui no meu pronunciamento - que o desleixo, a incompetência é tanta no Governo, relativamente à cacaicultura, que o Brasil acaba de perder o direito a voto no Conselho de Organização Internacional do Cacau por ter deixado de pagar, pelo segundo ano consecutivo a parte que lhe cabia nas contas de despesas administrativas da entidade. Então, veja V. Ex^a o desleixo a que chegou. E não perdeu no ano passado - está mais adiante neste documento.

...
"só manteve o seu lugar no Comitê no ano passado, fazendo jus a sua posição de segundo maior produtor de cacau, graças a uma gentileza de um país pobre, pequeno, produtor, Papua Nova Guiné, que está em dia com seus compromissos com a organização e que cedeu seus votos em favor do nosso País."

Neste caso, não posso criticar este Governo, Sr. Senador? Posso! Isso nada tem a ver com o preço internacional do cacau.

Veja V. Ex^a que, como o cacau, há o problema da borra-chá, problema como já foi citado aqui pelo nobre Senador Almir Gabriel - do cravo-da-índia, da pimenta-do-reino que, na Bahia, foi inteiramente abandonada. Poderíamos citar o caso da soja, do feijão, de tantos outros produtos por falta de uma ação determinada.

O Sr. Afonso Sancho - V. Ex^a falou também da responsabilidade do governo estadual. Eu também ampliaria responsabilidade aos Governos municipais. Esse é um trabalho para o qual - pelo menos no nosso estado - temos que ter a colaboração do município e do estado, para que o Governo tenha uma visão real do que está ocorrendo. Não sei, mas pode ser que tenha ocorrido de o Governo da Bahia estar mobilizando os municípios atingidos para demonstrar o prejuízo que está causando não somente à própria região, mas ao próprio País no que concerne à exportação. De forma que há outros responsáveis além do Governo federal.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quanto ao aspecto de fazer-se movimentos, de pleitear, de reclamar, isso tem havido por parte dos setores ligados à agricultura e ao governo do Estado. Tem havido verdadeiras caravanas ao Ministério da Agricultura, ao Governo federal e ao próprio Presidente da República, solicitando providências. Às vezes, parece-me que querem soluções paternalistas: anistia de débitos. Não é isso. Tem que haver uma política global, uma política em longo prazo, como, por exemplo, reclamava ontem o nobre Senador José Fogaça ao dizer que nós não temos política para 10 anos; temos política apenas para atender a questões imediatistas e, às vezes, oportunistas.

Sr. Presidente, já estou me alongando por demais neste meu pronunciamento, que vem juntar-se ao outro.

Concluo, fazendo críticas ao Governo federal, em razão da falta de política. Mas como a preocupação não é só criticar, solicito às Lideranças do Governo, aos Senadores Afonso Sancho e Odacir Soares - o Senador Odacir Soares conhece o problema na sua região, onde está se acabando a cultura do cacau - para que consigam desse Governo pelo menos atender ao que me foi dito pessoalmente por um representante do Ministério da Agricultura, da Ceplac. Eles consideram da maior oportunidade o projeto que está em tramitação na Câmara, introduzindo o chocolate não só na merenda escolar, mas também na área das forças militares, das Forças Armadas, Exército, Marinha e Aeronáutica, e assim haveria um grande consumo.

É esta a solicitação que faço às Lideranças do Governo, para conseguirem dos seus Companheiros de Bancada na Câmara que aprovem esse projeto, que

seja transformado em lei e que haja, de imediato, esse aumento de consumo, porque há necessidade de se produzir e o produto ser consumido aqui, internamente.

O Sr. Marco Maciel - Senador Jutahy Magalhães, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Com prazer, Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel - Estamos todos ouvindo a palavra de V. Ex^a e gostaria de, numa breve intervenção, solidarizar-me com suas palavras, e ao mesmo tempo aproveitar o ensejo para lembrar, mais uma vez, como é difícil a posição de países que produzem basicamente produtos agrícolas. Enfrentamos dificuldades internas e enfrentamos dificuldades externas. Agora mesmo estamos vendo praticamente o fracasso da reunião do GATT, do chamado round do Uruguai, e verificamos como os grandes países da Comunidade Européia e, de alguma forma, os Estados Unidos bloqueiam o acesso dos nossos produtos aos mercados internacionais, o que faz com que os preços se deprimam e gerem, consequentemente, dificuldades muito grandes para os nossos produtores. E isso de alguma forma até compromete a própria política do Governo Federal, uma política de liberalização do comércio, de levantamento de barreiras, de proteções porque não sentimos reciprocidade por parte dos países ditos afluentes, que são, consequentemente, os mais influentes. E o que vemos é que produtos básicos do País, que têm boa receptividade no exterior, ficam sujeitos a graves oscilações de mercado, inviabilizando não somente o desenvolvimento da cultura, mas, de modo muito especial, penalizando os produtores. Além disso, enfrentamos problemas internos, como a falta de definição clara de uma política agrícola, principalmente com relação à colocação do produto no mercado. Por isso, V. Ex^a vem aqui, hoje, à tribuna reclamar providências, com vistas a que essas questões sejam superadas, sobretudo quando elas envolvem um produto importante para o seu estado e, por que não dizer, para o País, como é o caso do cacau. Pernambuco não é estado produtor de cacau; quando governador iniciei uma experiência pioneira plantando 1.000 ha, para avaliar o desenvolvimento da cultura, na Zona da Mata Sul. Sei o quanto essa cultura é importante para o seu estado, quer sob o ponto de vista econômico, quer sob o ponto de vista social, na proporção em que gera emprego,

renda, receita tributária para as áreas produtoras, etc. Então, quero juntar minha voz a de outros companheiros, no sentido de dizer a V. Ex^a que espero que suas palavras sejam ouvidas pelo Governo federal, de modo especial por parte das autoridades do Poder Executivo que tratam dessa questão. Sei, inclusive, que a crise do cacau está fazendo com que indústrias tradicionais no seu estado venham a requerer concordata ou mesmo entrem em estado de falência, levando, assim, em cadeia, indústrias importantes à situação pré-falimentar, comprometendo o desenvolvimento industrial do País como um todo. Por isso, encerrando o meu aparte, quero dizer a V. Ex^a que considero muito oportuno o fato desse tema ter sido trazido aqui agora a plenário. Eu vinha acompanhando o problema pelos jornais, pelos meios de comunicação: mas foi muito importante que V. Ex^a viesse agora trazer, com a sua autoridade, com o seu testemunho, essa questão, e espero que o Senado Federal possa diligenciar no sentido de encontrar uma saída, que venha ajudar, ainda que de forma conjuntural, os produtores de cacau, para que essa atividade econômica não se desorganize, não venha a se comprometer com a crise que momentaneamente ela vive.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel, porque o seu apoio é da maior importância para esta causa, e estou certo de que assim fará aumentar a possibilidade de sermos ouvidos pelos órgãos governamentais.

Considero, como V. Ex^a as dificuldades internacionais. Vemos a Comunidade Econômica Européia, relativamente aos produtos agrícolas, fazer restrição às importações, barreiras alfandegárias, são colocadas, incentivos fiscais são aplicados; incentivos, subsídios, que nesta hora queremos que sejam retirados. Então, nós não temos como concorrer no mercado internacional. Mas tudo isso decorre de uma política agrícola, que, infelizmente, como tenho repetido e também outros senadores, não existe no País. A nossa produção agrícola chegou a 70 milhões de toneladas, parece que vai baixar no próximo ano, segundo as previsões dos próprios órgãos governamentais, para perto de 53 milhões de toneladas. Então, nós estamos regredindo. Quanto a esses aspectos, não é o caso de V. Ex^a, mas nosso caso de parlamentares da oposição, temos dito aqui que os problemas não

podem ser resolvidos, solucionados em oito meses, mas podem ser aumentados e agudizados. E, infelizmente, é o que tem ocorrido.

Prossigo, Sr. Presidente.

Enfim, transformaram a Cepiac, instituição eficaz, um patrimônio do cacaueiro, em repartição pública, em seção do Ministério da Agricultura, instalada em algumas salas do anexo daquele ministério, sem direção, sem programa, sem recursos, sem face, sem horizontes. O Provacau, programa de expansão da lavoura, de aumento da produção e da produtividade, encerrou-se em 1985. E nada mais houve no mundo do cacau, além das dividas dos agricultores, da indiferença governamental, das pragas e doenças nas roças, das quebras de safra, dos baixos preços pagos ao produtor.

Sr. Presidente, Srs. Senadores: quais são as reais intenções desse Governo com relação à cacaueira, base de uma economia que sustenta a maior indústria de cacau do mundo, os setores de exportação de amendoas e de exportação de derivados, a indústria chocolateira, outros segmentos que têm o cacau como matéria-prima, além de toda uma economia, de toda uma sociedade que vive em função ou é influenciada pelo cacau no sul da Bahia? A incônia, a irresponsabilidade, os equívocos chegaram ao limite de tolerância. Qual o destino da Cepiac? O Governo o que pensa, o que quer do cacau brasileiro? Irá abandonar a sua instituição, de pesquisa e extensão rural, ouvirá regras de supervisão e acompanhamento, regras centenárias de um mercado livre? Ou irá somente recolher ionicamente impostos e taxas, onerar os agricultores, sem assisti-los, sem nada lhes garantir? E os programas de diversificação de culturas, de diversificação de atividades do setor primário, que a Cepiac orienta na Bahia, há mais de vinte anos? Cada agricultor irá escolher o que plantar, o que produzir, isoladamente, ou a Cepiac irá orientar um programa que considere todas as potencialidades e carências de uma região, tendente à monocultura de exportação? Enfim, Senhor Presidente, qual será o papel do Estado na economia do cacau? Orientar, dirigir, intervir, apoiar, estimular? Ou continuar somente, como tem feito nos últimos tempos, a atrapalhar e a punir os que produzem? O desígio, a incompetência é tanta no Governo relativamente à cacaueira, que o Brasil acaba de perder o direito a voto no Conselho da

Organização Internacional do Cacau, por ter deixado de pagar, pelo segundo ano consecutivo, a parte que lhe cabia nas contas de despesas administrativas da entidade. O Ministério da Agricultura, passou, Senhor Presidente, Srs. Senadores, esqueceu de prever a despesa, rotineira, natural, de Estado, em seu orçamento de gastos. Já no ano passado, o Brasil só manteve o seu lugar no Comitê Executivo, fazendo jus a sua posição de 2º maior produtor do mundo, graças a uma gentileza de um país pobre, pequeno produtor-Papua Nova Guiné em dia com seus compromissos com a Organização, que cedeu seus votos em favor do nosso País. Não se trata de contribuição proporcional às exportações brasileiras para constituição e administração de estoques, mas, sim, a contribuição regulamentar, mínima, hoje totalizada em 279 mil dólares, devida em dois exercícios, para a manutenção da organização, sua estrutura e funcionamento administrativo.

Sr. Presidente, Senhores Senadores: o que substituirá a Cepiac, reduzida, desestruturada, ineficaz? Onde está o prometido Conselho Brasileiro do Cacau, que reuniria o Estado, os produtores e outros segmentos da economia do cacau, para discutir e definir políticas para o setor? O Governo tem de responder, com autoridade e responsabilidade, a essas perguntas. Se o Governo continuar se omitindo e agindo apenas para martirizar e penalizar o produtor de cacau, é melhor então que se retire de cena, como se deduz da sua política liberal, anti-social, selvagem e retrógrada, do *laissez faire*, para que os agricultores organizados decidam sobre o futuro da cacaueira. O que, onde, quando e como plantar? Quanto produzir? Como e onde vender? Diversificar ou não suas lavouras? E antigo o projeto de incentivar o consumo do cacau e do chocolate no mercado interno e internacional. Os agricultores esperam linha de crédito específica para o cacau, produto nobre, de cultivo e sazonalidade singulares. Solucionar essas questões é o que se impõe de imediato. Qual a posição e as respostas do Estado brasileiro, do Governo Collor de Mello, a essas questões?

Sr. Presidente, a lavoura cacaueira, a região sul da Bahia, bem como as novas áreas de cultivo da Amazônia, não podem mais esperar. Se há vida, se uma história vibra e uma alma, um espírito de fé e de trabalho ainda ilumina os

caminhos da lavoura e da Cepiac, não há por que encenar o enterro e a missa de sétimo dia de toda uma economia, que, até hoje, só fez criar e multiplicar riqueza e desenvolvimento para o País. Essas são as minhas preocupações e as minhas denúncias, que, com certeza, também são de todos os lavradores de cacau do País, especialmente da região cacaueira do sul da Bahia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito obrigado e desculpem ter ultrapassado o meu tempo. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Jutahy Magalhães, o Sr. Iram Saraiva, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Jutahy Magalhães, o Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antônio Luiz Maya, Suplente de Secretário.

COMARQUEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Aluizio Bezerra - Carlos De'Carli - Oziel Carneiro - Cid Sabóia de Carvalho - Raimundo Lira - Ney Maranhão - Carlos Lyra - Alfredo Campos - Márcio Berezoski - Nelson Wedekin.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) - Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 417, DE 1990

Requeiro, nos termos do artigo 172, I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 1989, de minha autoria, que dispõe sobre o registro de pessoas físicas ou jurídicas junto às Casas do Congresso Nacional, para os fins que especifica, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 1990 - Senador Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) - Este requerimento será publicado e incluído em Ordem do Dia, nos termos regimentais.

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

Senhor Presidente:

Tendo sido designado por V. Ex^a, comunico que me ausentarei dos trabalhos da Casa no período de 14 a 19 do corrente para participar, representando o Senado, da reunião do Parlamento Amazônico, a se realizar nos dias 15, 16 e 17 deste mês.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 1990. Senador Wilson Martins

Senhor Presidente:

Tendo sido designado por V. Ex^a, comunico que me ausentarei dos trabalhos da Casa no período de 14 a 19 do corrente para participar, representando o Senado, da reunião do Parlamento Amazônico, a se realizar nos dias 15, 16 e 17 deste mês.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 1990. — Senador Nabor Júnior.

Senhor Presidente:

Tendo sido designado por V. Ex^a, comunico que me ausentarei dos trabalhos da Casa no período de 14 a 19 do corrente para participar, representando o Senado, da reunião do Parlamento Amazônico, a se realizar nos dias 15, 16 e 17 deste mês.

Sala das Sessões, 13 novembro de 1990. — Senador Aluizio Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) — O expediente lido vai à publicação. (Pausa.) A Presidência recebeu, do Presidente do Tribunal de Contas da União, relatório de auditoria operacional realizado na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-Sudene, na área do fundo de investimento do Nordeste-Finor.

Ao encaminhar o expediente à Comissão de assuntos econômicos, esta Presidência toma a liberdade de sugerir que se faça uma análise cuidadosa das recomendações oferecidas, como conclusão do relatório da auditoria do parecer do Procurador-Geral, quanto ao disposto no art. 54, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal e das conclusões do voto do Ministro-Relator, doutor Carlos Atila Alves da Silva, oferecendo, se necessário, o Projeto de Lei ali recomendado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) — Está esgotado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à:

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 180, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, e, do Regimento Interno).

Discussão, em turno único, do Projeto da Lei do Senado n° 180, de 1990, de autoria do Senador Marco Maciel, que restabelece o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (dependendo de parecer).

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO N° 418, DE 1990

Nos termos do art. 352, inciso II, do Regimento Interno, requeremos a extinção da urgência concedida para o Projeto de Lei do Senado N° 180, de 1990.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1990. Mauro Benevides — Odacir Soares — Chagas Rodrigues — Ney Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) — Aprovado o requerimento, a matéria volta a ter tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) —

Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 169, de 1990, de iniciativa do Governador do Estado de Roraima, que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado de Roraima para o exercício financeiro de 1991, tendo

PARECER, sob n° 324, de 1990, da Comissão

— Do Distrito Federal, favorável ao projeto com as emendas que oferece de n°s 1 a 5-DF.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária anterior.

Em votação o projeto, nos termos do parecer da Comissão do Distrito Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovaram queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora, para redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

(*) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 169, DE 1990

(*) O projeto acha-se publicado no Suplemento ao Diário do Congresso Nacional (Seção II), n° 121, de 25 de setembro de 1990.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) —

Item 3:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n° 56, de 1990 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer n° 322, de 1990), que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a celebrar operação de compra e venda com financiamento externo junto à empresa MLW Intermed-Export-Import, da República Democrática Alemã, no valor de CL\$-RDA 8.259.367,50 (oito milhões, duzentos e cinqüenta e nove mil, trezentos e sessenta e sete dólares convênio e cinqüenta centavos).

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária de 9 do corrente.

Votação, em turno único, do projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovaram queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora, para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 56, DE 1990

Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a celebrar operação de compra e venda com financiamento externo junto à empresa MLW Intermed-Export-Import, da República Democrática Alemã, no valor CL\$-RDA 8.259.367,50 (oito milhões, duzentos e cinqüenta e nove mil, trezentos e sessenta e sete dólares convênio e cinqüenta centavos).

Art. 1º É o Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 7º da Resolução n° 94, de 15 de dezembro de 1989, do Senado Federal, autorizado a contratar operação de financiamento

junto à empresa MLW Intermed-Export, da República Democrática Alemã, no valor de CL\$ RDA 8.259.367,50 (oito mi-lhões, duzentos e cinqüenta e nove mil, trezentos e sessenta e sete dólares convênio e cinqüenta centavos).

Art. 2º A operação destina-se à compra financiada de equipamentos médico-hospitalares para execução do Plano de Modernização de Organismos de Administração Pública do Estado.

Art. 3º A operação deverá obedecer às seguintes condições básicas:

a) **juros:** 6,5% ao ano sobre o saldo devedor;

b) **pagamentos:** - do principal 7% de sinal, até 60 dias após a emissão das guias de importação;

3% do valor de cada embarque contra a apresentação dos documentos de embarque;

90% do valor de cada embarque em 15 pagamentos semestrais, vencendo o primeiro 12 meses após o embarque;

2 - dos juros: em 16 pagamentos semestrais, vencendo o primeiro 6 meses após a data de embarque.

Art. 4º A autorização de que trata esta resolução deverá ser exercida no prazo de 12 meses a contar de sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) -

Item 4:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 76, de 1990, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos regimentais, a inserção, em ata de um voto de regozijo pela passagem do trigesímo aniversário da inauguração de Brasília, bem assim, seja transmitida, ao Senhor Governador do Distrito Federal, a homenagem que o Senado presta a mais um aniversário da Capital Federal, tendo

PARECER, sob nº 337, de 1990, da Comissão

- de Constituição, Justiça e Cidadania, contrário,

com voto vencido, em separado, do Senador Leite Chaves.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) -

Item 5:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 363, de 1990, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 1989, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a definir as terras indispensáveis à preservação Ambiental, integrantes dos bens da União e dos estados, na forma do art. 23, itens VI e VII, da Constituição.

Em votação o requerimento.

O Sr. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) - Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB - BA) - Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a me seja encaminhado o requerimento, para que eu possa assiná-lo, retirando o meu pedido de urgência do projeto que vai ser examinado na Comissão de Assuntos Sociais, cujo Relator é o Senador Almir Gabriel.

Peço que se retire a urgência, se for possível. Não sei em que ponto está a tramitação, mas o projeto vai ser considerado prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) - Conforme informa a Assessoria, se for rejeitado o requerimento, a matéria segue a tramitação normal, exclusivamente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, voto pelo meu partido para rejeitá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) - Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado o requerimento.

A matéria será incluída em Ordem do Dia normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) - As propostas de Emendas à Constituição nºs 3, 5 e 6, de 1989, e 1 e 2, de 1990, têm figurado na pauta da Ordem do Dia sem que o Plenário delibere, seja favoravelmente ou contra as mesmas, por longo tempo.

Deste modo, a Presidência, não havendo objeção do Plenário, retirará as referidas proposições da pauta, até que haja consenso das lideranças no sentido de sua votação. (Pausa.)

É a proposta que a Mesa faz ao Plenário, ou seja, da retirada de pauta dessas emendas à Constituição, pelo fato de constarem, da Ordem do Dia, há bastante tempo, sem quorum qualificado para serem aprovadas.

Se não houver objeção do Plenário, a decisão fica aprovada. (Pausa.)

Aprovada a decisão.

São os seguintes os itens retirados da pauta da Ordem do Dia:

- 6 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 3, DE 1989

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1989, de autoria do Senador Marco Maciel e outros senhores senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 159 e altera a redação do inciso II do art. 161 da Constituição Federal.

- 7 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 5, DE 1989

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1989, de autoria do Senador Nelson Carneiro e outros senhores senadores, que dispõe sobre a remuneração dos deputados estaduais e dos vereadores.

- 8 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 6, DE 1989

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1989, de autoria do Senador Marcos Mendonça e outros 24 senhores senadores, que acrescenta artigo ao texto constitucional prevendo a criação e definindo a competência do Conselho Nacional de Remuneração Pública.

- 9 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 1, DE 1990

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1990, de autoria do Senador Márcio Lacerda e outros senhores senadores, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitorias da Constituição Federal.

- 10 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 2, DE 1990

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1990, de autoria do Senador Mata-Machado e outros senhores senadores, que suspende a aplicação do art. 62 e altera o § 2º do art. 64 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) — Esgotada a Ordem do Dia. Passa-se à votação do Requerimento nº 416, de 1990, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei do Senado Federal nº 128, de 1990.

Os Srs. Senadores que o aprovaram queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere o requerimento será incluída na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Luiz Maya) — Vota-se à 1sita de oradores.

Pela ordem de inscrição, concedendo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares, como Líder.

O SR. ODACIR SOARES (PFL-RO). Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o tema que me traz a esta tribuna é de todos conhecido e constituiu, hoje, sem sombra de dúvida, o principal obstáculo ao desenvolvimento nacional e o maior desafio com que se defronta o Governo Collor. Refiro-me à dívida externa, pesada herança de administrações anteriores e equação insolúvel, nos termos em que se apresenta, não apenas ao Brasil, mas genericamente aos países do Terceiro Mundo.

Estima-se que o Brasil, entre o que já pagou e o que remanesce de sua dívida externa, não computados os juros vencidos, pagará cerca de oito vezes o valor do principal que

lhe foi emprestado. Repita-se: não estão aí computados os juros vencidos, objeto da presente pressão dos bancos credores.

Oito vezes o valor do principal! E aí dispenso-me de aplicar adjetivos. Os fatos têm eloquência própria.

Entende-se que a elevação exagerada da dívida decorreu das altas taxas de juros impostas ao País pelos banqueiros internacionais, especialmente nos anos em que se registraram os fatídicos "choques do petróleo". As taxas, todos se recordam, chegaram aos astronômicos níveis de 20% ao ano.

Para que se tenha uma idéia da perversidade que isso representa, basta dizer que os juros cobrados ao Brasil equivalem ao dobro daqueles impostos à Alemanha derrotada após a Primeira Guerra Mundial. Naquela ocasião, as taxas de juros tinham o sentido punitivo de "reparação de guerra". E eram a metade do que nos foi cobrado pacificamente, por nações amigas.

Se os juros cobrados ao Brasil fossem os 5% tradicionalmente praticados pelo mercado — e não a extorsiva taxa média de 12% ao ano — economizariam o suficiente para implantar, a cada ano, uma hidrelétrica como a de Xingó; 1.570 quilômetros de ferrovia; o dobro da área irrigada do Nordeste, com 300 mil hectares, e ainda sobrariam 900 milhões de dólares.

Esses dados foram apresentados em abril de 89, pelo então ministro João Alves, ao plenário da IV Reunião Ministerial sobre Meio Ambiente na América Latina e Caribe.

Mas não é só.

Ainda em abril de 89, o Presidente da República queixava-se de ter pago, em quatro anos de Governo, nada menos que 86 bilhões de dólares líquidos — e que, não obstante, a dívida não cessava de crescer. Estava, na ocasião, em 120 bilhões de dólares.

O seu desabafo de então foi registrado pelos jornais. Disse ele: "O dinheiro que mandamos para nossos credores, de 85 a 89, daria para construir um País".

E aí chegamos ao ponto central deste discurso. Sabemos bem pouco a respeito da dívida — seu perfil, sua realidade. Concretamente, sabemos apenas que é monstruosa, tecnicamente

impagável e que não pára de crescer.

Ignoramos o mais. E essa circunstância é simplesmente absurda, especialmente para um País que pretende integrar em breve o Primeiro Mundo.

O que proponho é simples: uma rigorosa auditagem na dívida externa brasileira, feita por entidades sem qualquer vínculo com o Governo brasileiro. Uma auditoria independente, acompanhada pela sociedade brasileira.

O tratamento coercitivo que vem sendo presentemente adotado pelos banqueiros credores, com o apoio dos governos de seus países e de organismos financeiros internacionais — como o BIRD, o BID e o FMI — que deveriam, isto sim, por sua própria natureza, estar comprometidos com as regiões mais pobres, mostra-se injusto. Mais que isso: sem precedentes. Basta ver o tratamento dado ao Japão e à Alemanha, países derrotados na Segunda Guerra Mundial, contemplados então com precioso aporte de capitais — sobretudo norte-americanos — a fundo perdido ou a juros irrisórios. Isso explica a exuberância econômica de hoje daqueles dois países, em contraste com as dificuldades que enfrentamos.

A auditagem independente é indispensável. Precisamos saber a verdade da dívida. São centenas de credores, entre bancos oficiais e privados, empresas privadas, agências internacionais de desenvolvimento, organismos financeiros oficiais etc., a cobrarem encargos financeiros, juros de mora, multas por inadimplência, "spreads" altíssimos, sem que, espantosamente, jamais tenha o Banco Central do Brasil promovido ampla e minuciosa auditoria a respeito — seja para verificar a validade e autenticidade das cifras em débito, seja para apurar o crescimento da dívida em função da elevação exagerada das taxas de juros. Ao contrário, admite-se mesmo que nem sempre a elevação encontra respaldo no instrumento contratual de empréstimos. Ou seja, nem sempre é legal.

A apuração dos valores devidos — isto é, a auditoria — não deverá, repita-se, ser efetuada por entidades ligadas ao Governo brasileiro. E o motivo é simples: evitar a suspeição dos credores e do público. Afinal, foram os órgãos oficiais que, no passado ainda recente, aceitaram pacificamente o registro dos débitos cuja autenticidade se quer, agora, auferir.

Isto posto, urge a contratação de empresas de auditoria independentes, para revisar, de forma insuspeita e à luz do sol, os cálculos apresentados pelos credores externos. Impõem-se que as empresas a serem eleitas não tenham qualquer vínculo funcional com o Governo brasileiro, nem dependência de capitais ou credores externos.

Calcula-se que, num período de três meses, tal iniciativa já produza valiosas informações para os negociadores de nossa dívida externa e para a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que, desde a promulgação da Constituição de 88, tem papel de relevo nesse processo. Precisamos nós, Senadores, ocupar plenamente esse espaço de responsabilidade que nos foi delegado pela nova Carta Magna.

Pela envergadura, complexidade e responsabilidade do trabalho, sua conclusão deverá demandar tempo mínimo de um ano, já que abrangerá levantamentos a partir da origem dos empréstimos até a situação atual, com análise minuciosa dos valores pagos de 1964 até o corrente ano.

Por fim, ressalte-se a oportunidade da iniciativa, proposta no momento em que o Governo brasileiro, expressando a vontade soberana da Nação, força os credores ao acordo do pagamento da dívida, com a adoção de estratégia completamente distinta das até aqui praticadas - e que, por força de preceito constitucional, será submetida à apreciação do Senado Federal.

Creio que é dispensável ditar a urgência desta iniciativa. O Senado conhece suas responsabilidades no processo. E a Nação aguarda, ansiosa, um gesto à altura dessas responsabilidades.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Odacir Soares, o Sr. Antônio Luiz Maya, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin, como Líder.

O SR. NELSON WEDEKIN (PDT - SC) - Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, no Brasil, o perfil da produção tem sido traçado no sentido de atender

à demanda imediata, e a indústria tem incorporado poucos conhecimentos gerados no País. Os institutos de pesquisa são usualmente procurados para análises rotineiras, e os cientistas se transformam em meros consultores, dado o imediatismo do empresariado, que prefere comprar tecnologia estrangeira, por trazer mais benefícios, ser mais barata e de melhor qualidade.

O Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica, recém-lançado pelo Governo, prevê a aplicação de 2/3 do orçamento do setor em pesquisa industrial, sem, contudo, explicitar o modelo de financiamento. Embora o setor público tenha financiado, até agora - sem a participação do setor privado - as universidades, a pesquisa básica e aplicada e a formação de cientistas, as diretrizes do programa determinam a alocação de recursos às empresas, que assim seriam incentivadas a contratar institutos e universidades. Estes órgãos, por sua vez, teriam de adaptar-se ao programa, passando a produzir principalmente para atender às necessidades de modernização da indústria brasileira.

Tanto a pesquisa científica quanto o desenvolvimento tecnológico assumem especial importância neste final de século, pois ninguém mais duvida que os países que se atrasarem na ampliação dos conhecimentos da ciência e nas suas aplicações terão de negociar, em um futuro bem próximo, nos grandes centros mundiais de decisão, o inegociável, isto é, a sua própria soberania. Aí, então, essa soberania não estará sendo medida pelos parâmetros normais estabelecidos para os setores primário, secundário e terciário.

Vislumbramos um novo patamar de independência no poder de barganha nas relações internacionais: de um lado, teremos os países que, com inversão maciça de recursos financeiros, em percentuais cada vez mais elevados em relação aos PIB nacionais, desenvolveram a ciência e tecnologia, conquistando, por esse intermédio, a competência e a capacitação tecnológicas - passos seguros para se adquirir, no aspecto mais amplo, a verdadeira independência, inclusive na área de segurança nacional.

Na outra margem, em um único bloco, estarão os países tecnologicamente subdesenvolvidos, fadados a permanecer nesse status colonial até o fim dos séculos, pois, com certeza, terão perdido a última oportunidade de embarcarem

no trem que os conduziria à nova era industrial, uma revolução que não admite retrocesso na sua trajetória, caracterizada que é como um movimento progressivo.

O pensamento retrógrado, apesar de tentar projeção com a atual linguagem de abertura de mercado, livre concorrência e competição, e a destruição das reservas de mercado, farão, na realidade, através da falta de investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, a destruição da nossa memória científica, desestimulando círculos privilegiados na condução do nosso incipiente progresso no setor.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, este tema está despertando grande interesse e preocupa toda a sociedade científica nacional. O jornal *Ciência Hoje*, editado em 5 de outubro último, apresentou para debate "O desafio da relação ciência-indústria", indagando a vários cientistas e tecnólogos de renome se a demanda industrial seria o melhor critério para definir o financiamento da pesquisa científica nas universidades e institutos de pesquisa. O assunto é tão palpável que o jornal convida os leitores a apresentarem críticas e opiniões sobre o tema.

Sobre a mesma matéria, foi inserido no exemplar um artigo sob o título "Recriando a burguesia", a professora Ana Maria Fernandes, do Departamento de Sociologia da UnB, onde a ilustre professora assinala que à simples "abertura do mercado, a competição internacional e o provável encarcamento da tecnologia em nível mundial, com a regulamentação da propriedade intelectual, deveriam ser estímulos suficientes para nossas indústrias desenvolverem ou adaptarem tecnologia".

O próprio relatório do Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica afirma que o setor privado, no Brasil, contribui com 11% das aplicações em ciência e tecnologia, incluídas as empresas públicas, ficando quase 90% dos investimentos para o setor governamental, através dos centros, institutos, laboratórios e universidades públicas estaduais, federais e municipais.

Em recente artigo do Secretário da Ciência e Tecnologia - Professor José Goldemberg - sob o título "Ciência e Tecnologia e PIB", o eminentíssimo cientista fez comparações entre os gastos com ciência e tecnologia e o PIB de vários países do chamado Primeiro

Mundo. Cita o exemplo da Coréia do Sul, país que despende 1,8% do seu imenso PIB em ciência e tecnologia, enquanto o Brasil despende apenas 0,7%. Contudo, prossegue o autor, "o que não é dito e que mais de 70% do que se despende na Coréia provém de empresas privadas. Os gastos em ciência e tecnologia do governo da Coréia correspondem a apenas 0,5% do PIB, o que representa, em termos relativos, menos do que o governo brasileiro gasta. É importante que o Governo dobre os investimentos do setor nos próximos quatro anos, conforme promete o atual Secretário de Ciência e Tecnologia, porém torna-se imprescindível que não abandone a ciência desenvolvida pelas universidades e centros de pesquisa, que são responsáveis por 90% dos gatos em pesquisa e desenvolvimento.

Apesar das sucessivas crises pelas quais tem passado o setor de ciência e tecnologia no Brasil, desde a extinção do ministério, a sua anexação ao Ministério da Indústria e Comércio, até os cortes drásticos dos orçamentos públicos para a área - por isso, um setor marcado pela instabilidade - o sistema público tem financiado a pesquisa básica e aplicada, não se desculpando de formar uma comunidade científica brasileira, bem treinada, ainda que pequena, quase sem os desejados recursos do setor privado.

Corroborando o debate lançado pelo jornal *Ciência Hoje*, indagamos, Sr. Presidente, Srs. Senadores: deve o setor público financiar também a pesquisa industrial? Que critérios seriam utilizados para esse financiamento, considerando-se a diversidade de tipos de empresas, desde aquelas genuinamente nacionais, até as multinacionais, as joint-ventures, as micro e pequenas empresas? Não seria mais apropriado pensar essa política para o financiamento de projetos nos institutos de pesquisa tecnológica?

Consideramos inteiramente sem propósito que, carente de recursos como é a ciência e tecnologia em termos globais no País, venha o Poder Executivo reorientar suas aplicações no Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica, destinando 2/3 dos recursos para a iniciativa privada e apenas 1/3 para as universidades e centros de pesquisa, exigindo-se ainda, destes últimos, a demonstração de relevância do trabalho e um desempenho razoável que contribua para o desenvolvimento nacional.

Até 1994, o setor público investirá 87% dos gastos totais em ciência e tecnologia, no Brasil. O setor privado, nele incluídas as empresas estatais ou públicas, apenas 13%. Por que esse desligamento entre a política tecnológica industrial e a política de ciência e tecnologia? A pesquisa industrial, pela sua natureza e para que seja competitiva, deve utilizar recursos próprios, pois terá necessidade de realizar sua pesquisa própria, entre paredes, confidencialmente.

A pesquisa pura, mais ampla, esta sim, deve ser realizada em instituições públicas para servir de sustentáculo, de estímulo às inúmeras empresas nacionais. Como assinala o professor Cylon Gonçalves, entrevistado pelo jornal *Ciência Hoje*, "nenhuma empresa séria vai contratar suas pesquisas proprietárias numa universidade, nenhuma universidade séria pode aceitar se engajar em pesquisa - de natureza proprietária. Usar a demanda industrial como parâmetro para definir financeiramente a pesquisa nas universidades, seria uma proposta excelente - prossegue o professor -; se não entrasse em conflito com a realidade do processo de geração de tecnologia no setor industrial competitivo e, do papel das universidades em um sistema integrado de ciência e tecnologia e produção".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a demanda industrial poderia até vir a ser o parâmetro ideal, não fosse a visão comprovadamente imediatista do setor empresarial brasileiro, que pouco pesquisa e muito se utiliza de pacotes, caixas-pretas, transferências tecnológicas - todas ultrapassadas -, fornecidos pelas matrizes externas. Perde-se, assim, a criatividade, e a sociedade brasileira nada ganha. Permaneceremos estagnados, enquanto a pesquisa continuar a ser vista como despesa, e não como investimento.

Em todos os países mais desenvolvidos, a pesquisa científica está muitos anos à frente da aplicação prática que a indústria possa lhe atribuir. É incoherente que fique atrelada, a reboque, sob qualquer pretexto, inclusive com o argumento da demanda industrial. A pesquisa básica, mesmo a aplicada, é uma base que se constrói lenta e cuidadosamente, como o alicerce de um edifício, por isso é cara, dispendiosa. Em geral, a indústria quer o retorno rápido dos investimentos realizados, especialmente no Brasil, onde são gerados poucos conhecimen-

tos, apesar do esforço governamental para prover a Nação de tecnologia própria.

Para demonstrar a relevância do trabalho e o desempenho das universidades, institutos, fundações, e de algumas empresas nacionais, poderíamos relacionar inúmeros projetos já em desenvolvimento nesses órgãos, projetos esses que revelam um alto nível de pesquisa e de preocupação com o domínio tecnológico, como investimentos para a solução de problemas atuais e futuros.

Exemplificando, podemos citar alguns desses projetos, de inegável interesse social e de indiscutível importância para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil. O Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul desenvolveu projeto implantador de ions que permitiu a formação de um programa de pesquisa único no País, com atividades nas áreas de semicondutores e microeletrônica, de metalurgia e de propriedades dos materiais. O Instituto de Físico-Química da USP - São Carlos instalou uma oficina de componentes óticos de precisão que provocou grande impulso na área, levando à criação da empresa Opto Eletrônica, onde são produzidos laser para uso em leituras óticas e dispositivos comerciais de filmes finos, lentes especiais, prismas polarizados, etc. O Instituto de Física da Unicamp foi responsável por pesquisas pioneras que resultaram na fabricação de fibras óticas pela Telebrás e no repasse dessa tecnologia para a indústria nacional, através da ABCX-TAL, num típico esforço de integração universidade - centro de tecnologia.

A empresa brasileira AVIBRÁS - Indústria Aeroespacial S.A. desenvolveu projeto de grande importância estratégica, por envolver segurança e integração nacional e de alta sofisticação tecnológica, na área de antenas, radares, microondas e utilização de satélites no sistema de telecomunicações a grandes distâncias, consolidando a indústria nacional no setor, antes predominantemente controlado por empresas estrangeiras.

As Indústrias Reunidas Caneço S.A., possibilitaram a utilização de modernas técnicas de computação na construção naval, reduzindo custos, melhorando a qualidade dos produtos, aumentando a produtividade e, dessa forma, eliminando sua dependência externa e melhorando sua posição nos mercados interno e externo, nessa

área altamente competitiva que é a construção naval.

A Oxiteno S.A. Indústria e Comércio desenvolveu projeto para o aproveitamento de subprodutos de destilarias de álcool, e já entrou na fase de lançamento comercial dos éteres isopentílicos, um produto novo no mercado, usado como solvente para tintas e vernizes. A importância do projeto está no aproveitamento dos subprodutos das destilarias de álcool, de modo que venham a concorrer com os subprodutos do petróleo, com real economia para o País.

Contribuindo com o setor de saúde, o Instituto de Física e Química da USP - São Carlos, criou tecnologia nacional para a tomografia através de ressonância nuclear magnética, cuja produção de tomógrafos era dominada por um pequeno grupo de multinacionais; a grande vantagem dessa tecnologia é não submeter o paciente aos efeitos colaterais danosos que os raios-X provocam. O Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de São Paulo descobriu o tratamento de choque hemorrágico, através de injeções hipertônicas de cloreto de sódio, e o Departamento de Parasitologia da Universidade Federal de Minas Gerais aprimorou uma vacina contra a leishmaniose. No setor de agropecuária, o Departamento de Zootecnia da Universidade Federal de Viçosa desenvolveu a seleção de linhagens comerciais de aves de corte e pederas, com o objetivo de romper a dependência de matrizes estrangeiras.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, para nós - e, felizmente, não estamos sozinhos - seria desastroso abandonar todos esses projetos, a nossa base científica, fundamento do nosso desenvolvimento de ciência e tecnologia, para nos perfilarmos diante de um único e exclusivo critério, qual seja, o da demanda industrial.

O que mais podemos desejar ao nosso País, para o setor de ciência e tecnologia, é que, sem desmantelarmos o que já foi construído, possamos atingir percentuais de pesquisa e desenvolvimento onde o setor privado, como um bloco monolítico, busque a plena autonomia e capacitação tecnológica - pedra lapidada para a ciência e tecnologia - , invertendo-se, como já acontece nos países mais desenvolvidos, o sentido da equação: a ciência não deve depender, mas sim sustentar-se, apoiar-se na área tecnológica, que é a fase terminal de todo um processo que visa o bem-estar da sociedade.

O Sr. Almir Gabriel - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NELSON WEDEKIN - Ouço V. Ex^a com prazer, Senador Almir Gabriel.

O Sr. Almir Gabriel - Senador Nelson Wedekin, estamos atento ao discurso de V. Ex^a desde a época em que éramos relator do Orçamento da União, em 1989, tivemos uma enorme preocupação em dar recursos para a área da Ciência e tecnologia. Infelizmente, como o nosso Orçamento é apenas autoritativo, e não determinativo, acabou não atingindo o volume de recursos que propuséramos e que não era a totalidade das aspirações de todas as instituições ligadas à área. E nos assusta, realmente, a dependência de que a Ciência e tecnologia no Brasil possam ficar secundárias às necessidades da indústria, sobretudo por duas vertentes, uma das quais é ligada à área da Saúde. A Fundação a Instituto Oswaldo Cruz e tantas outras instituições que estudam a esquistosomose, a doença de Chagas e tantos outros problemas de saúde no Brasil, não podem ficar, de maneira nenhuma, na dependência de ter ou não uma viabilidade razoável do produto industrial que elas possam descobrir ou que possam inventar a nível de cada um desses institutos. Isso me alarmaria muito, até porque participei de um encontro, há poucos dias, na Amazônia. Sobre a questão da ciência e tecnologia na área amazônica. Os institutos que lá existem e que são voltados ao trópico úmido, ou são voltados a todas as questões amazônicas, não podem, de maneira nenhuma, parar as suas pesquisas e investigações, até o ponto de ser considerado que as investigações deles valeriam apenas em função da questão industrial que dali resultasse. Seria um absurdo. Parece-nos que a política atual do Governo, além de desestimular o conjunto da ciência e da tecnologia, tenta colocá-las atreladas a reboque exclusivamente daquilo que seria a aspiração industrial brasileira. Neste sentido, é de alto risco essa situação, na própria medida em que ocorre a internacionalização da economia nacional. Se a tendência é a internacionalização da economia, e se dela resultar o sucateamento da indústria, então as necessidades daí oriundas, que levassem ao desenvolvimento da ciência e tecnologia autônoma brasileira, serão evidentemente paradoxais, não obterão nenhum resultado; será o inverso daquilo que está sendo esperado pelo próprio Governo. Assim, tenho toda a honra de levar em conta e de louvar V. Ex^a, por

seu discurso, que é da maior importância, neste momento, para os destinos brasileiros.

O SR. NELSON WEDEKIN - Muito obrigado, Senador Almir Gabriel. Desde logo, quero fazer referência ao esforço e ao cuidado que V. Ex^a sempre teve, não apenas como relator da Comissão Mista do Orçamento, como em todos os momentos da sua vida pública, dos seus pronunciamentos, das suas preocupações. Orgulho-me de conhecer razoavelmente bem V. Ex^a, que sempre tem sido um dos lutadores pelo desenvolvimento da ciência e tecnologia nacionais, autônomas e independentes; pela criação, pela capacitação técnica nossa, de brasileiros, e para que não tenhamos que depender de outras potências. Mais do que isto, V. Ex^a reforça exatamente a tese - que não é exatamente minha, mas de toda a comunidade científica brasileira - no sentido de que a demanda industrial pode, até, ser um dos fatores, um dos fundamentos da nova política industrial, mas de modo nenhum o único, sobretudo nas questões que dizem respeito à saúde da população e em relação às graves demandas para a solução dos problemas sociais do nosso povo, para os problemas da nossa miséria, da nossa doença, do subdesenvolvimento do nosso povo.

Creio que esta política industrial, agora proposta pelo Governo, este plano que estou aqui a comentar é absolutamente nefasto para o conjunto dos interesses do nosso povo e da nossa sociedade. Até porque ele se faz sem consulta a sociedade brasileira. Foi um projeto armado, inspirado, elaborado a quatro paredes pelos técnicos do Governo e por toda esta nova ideologia, este novo salvador da pátria, que é o neoliberalismo esta ideia, a meu juízo, absolutamente falsa, de que as leis do mercado a tudo vão resolver. Não apenas não se consultou a comunidade científica, como não se consultou o Congresso Nacional, não se consultou ninguém; foi uma decisão unilateral, isolada, do Governo.

Tenho em minhas mãos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Plano Brasil Novo, o Projeto Brasil Novo, aquele que era o compromisso do Presidente da República, então candidato, quando ele dizia, entre outras palavras, o seguinte:

"A política científica e tecnológica não será definida nem dirigida isoladamente pelo Governo, mas, sim, pelos cientistas brasileiros, por suas insti-

tuições, pela sua liderança, de forma integrada, autônoma, independente e, por via de consequência, de maneira livre, como livre de condicionamentos devem ser a pesquisa científica e a busca do saber."

Ora, este plano, agora, de inspiração do Governo Collor, desdiz completamente todos os compromissos do então candidato Collor e, mais do que isto, se faz de forma condicionada. Quando ele diz que o projeto de desenvolvimento da ciência e tecnologia será livre de todos os condicionamentos, como dever ser a busca do saber, da cultura, da ciência, da pesquisa, com vistas ao desenvolvimento, ele está agora condicionado a um fator praticamente único, que é a demanda industrial.

A política que ora se pretende implantar, certamente retiraria reservas indispensáveis do setor público, onde abnegados cientistas, pesquisadores, estudiosos e especialistas, enfrentando toda sorte de dificuldades e deficiências, geradas exatamente pela limitação de recursos, tentam desenvolver uma razoável base científica nos mais diversos campos do conhecimento humano.

Será provocada, sim, mais uma vez, a evasão de cérebros, de equipes.

E chamaria a atenção neste particular. Será provocada, sim, mais uma vez, a evasão de cérebros, de equipes, em contraposição àquilo que também diz o candidato Fernando Collor de Mello, no seu mesmo Plano Brasil Novo:

"Tal como ele há vinte e dois anos atrás" - ele fala do seu pai - "minha primeira medida será dirigir um apelo a todos os cientistas e pesquisadores brasileiros que se encontram voluntariamente exilados, por falta de condições de trabalho no Brasil, para que venham se juntar a nós, no esforço de superação do subdesenvolvimento que ainda castiga grande parte de nossa civilização. A eles, o meu Governo garantirá meios, instrumentos, recursos, apoio, auxílio e incentivo para que se coloquem a serviço de seu País."

Portanto, tudo ao contrário da prática e deste projeto que me estou referindo. E torno a dizer, será provocada, sim, mais uma vez, a evasão de cérebros, de equipes; serão desmantelados projetos científicos e tecnológicos, aos quais, com muito custo, alguns brasileiros vêm tentando dar continuidade, além do enorme tempo despendido e da quase impossibilidade de retomada do caminho da independência, em face do promissor e competitivo mercado internacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão. (Pausa)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, volto à tribuna, nesta tarde, para falar de tema, já percutido por mim, e, se assim o faço, é porque continuo recebendo cartas, memoriais, abaixo-assinados de leitores, de pais de família, eleitores, brasileiros das mais diversas condições sociais, que protestam contra a liberdade absurdo, quase libertinagem dos nossos programas televisivos.

Daí porque vou tecer algumas considerações gerais, para não ser tão repetitivo nos meus pronunciamentos, embora eles percutam os mesmos temas no mais das vezes.

A partir da segunda metade do século XX, as conquistas técnico-científicas, principalmente no campo eletrônico, modificaram, de modo extenso e profundo, o nosso sistema de vida humana.

Pelas facilidades de comunicação instantânea e integral criadas por essas novas tecnologias, alcançamos uma nova fase, conhecida, de modo geral, como massificação da cultura.

Os meios de comunicação - rádio, imprensa, e televisão, principalmente - generalizam informações e conhecimentos em grande velocidade, oferecendo produtos culturais, industrialmente realizados, que visam ao consumo dos mais diversos segmentos da sociedade.

O eminentíssimo Senador Afonso Arinos, ainda quando no nosso convívio, dizia que hoje a informação atropela a formação.

Somos bombardeados por excesso de informação, em detrimento de melhor e sólida formação cultural, desejável a qualquer homem que queira ter seus momentos de encontro, de reencontro consigo mesmo, e de realização pessoal.

Sr. Presidente, ninguém foge a essas condições de produção, circulação e consumo dos produtos apresentados através de novas formas de comunicação visual e auditiva, até mesmo para analisá-los, ou contestá-los.

Ao longo de seu curso, esse processo gerou uma dicotomia em relação a sua avaliação. Para alguns, esses novos caminhos representam a morte da cultura tradicional, porque os meios de comunicação de massa, máxima a televisão, necessitam homogenizar seus produtos para alcançar mais gente ao mesmo tempo. Para outros, essa condução da cultura à massas poderá realizar a democratização da cultura.

Essa polêmica deu margem a uma vasta literatura, e foi muito bem sintetizada pelo semiólogo Umberto Eco, nos anos 70, em uma de suas obras "Apocalípticos e Integrando", que refletia a tradicional bipolarização com que era travada a discussão.

O que vemos e nos é oferecido é um volume muito grande do que eu chamaria de pré-digeridos. Perdemos a preocupação de pensar, de refletir, de imaginar, de criar, porque praticamente já criam, já digerem, já nos oferecem as nossas próprias reflexões. Como se o Grande Mestre nos ordenasse, dizendo: "não pense, não imagine, não crie; porque há quem pense, há quem imagine, há quem crie por você".

Após muita celeuma e debates sobre posições intransigentes, a questão foi aos poucos se arrefecendo, em favor de uma resultado mais mediano, procurando a coexistência da cultura de massa e a de elite. Todavia, Sr. Presidente, parece que, em nossa sociedade, um dos principais meios de comunicação de massa como a televisão guarda um enorme escudo residual de emoções apaixonadas, dificultando a avaliação concreta de seus efeitos.

Para dirimir qualquer dúvida, para evitar qualquer má interpretação destas palavras, gostaríamos de nos associar ao reconhecimento do importante papel que vem cumprindo a nossa tevê, que está, aliás, comemorando 40 anos de existência. Não podemos ignorar seu aprimoramento formal,

técnicos, estético e tecnológico. Algumas de nossas novelas correram mundo, confirmado a qualidade de nossa produção televisiva, e continuam correndo.

Assim, Srs. Senadores, resguardadas desde o início, nossas avaliações não são meramente apocalípticas, não podemos também nos eximir de algumas reflexões críticas, principalmente no que tange à formação das crianças e dos jovens.

O fato é que vem ocorrendo o uso inadequado e pernicioso em nossas tevés em razão de humor grosseiro, da exibição de cenas de sexo explícito, da valorização absurda de personagens bandidos, proxenetas ou desajustados de todos tipos.

Mais ainda, Sr. Presidente, a linguagem chula usada a todo instante e o falar não condizente com nossa gramática. Os coletivos chamando para o plural: "o pessoal falaram", "o pessoal disseram", que ouvimos a todo instante, a toda hora, ensinando inclusive aos nossos filhos, as nossas crianças a falarem errado a nossa Língua.

Não há a preocupação de se cultivar a "última flor do Lácio, inculta e bela", que é a nossa Língua Portuguesa.

Em consequência desses absurdos, numerosos segmentos da sociedade vinham-se manifestando contra os excessos em algumas programações de tevê.

Nossa Constituição consagrou a expressão liberdade da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação independente de censura ou licença. Mas também é verdade que ela não se esqueceu de cuidar do papel decisivo que os meios de comunicação desempenham na formação do jovem e na preservação de nossos valores éticos, conforme está consubstanciado no art. 220. Portanto, se houve erro de forma na Portaria nº 773, baixada pelo Ministro da Justiça, não houve de conveniência, pois vários segmentos da sociedade clamavam e clamam por uma ação mais efetiva contra esses abusos.

Um exemplo desse clamor marcante e também insuspeito está no depoimento do Deputado Federal Antônio Britto, do PMDB do Rio Grande do Sul, feito ao *Correio Braziliense* de 4 de novembro de 1990: "repito o que disse na tribuna da Assembleia Constituinte: sou pai e tenho vergonha do que assisto, freqüentemente, em algumas emissoras de televisão". E nin-

guém vai acusar o Deputado Antônio Britto de ser um homem de visão, retrógrada, que está fugindo à modernidade, neste País.

O Sr. José Fogaca - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Com muita honra, Senador.

O Sr. José Fogaca - Nobre Senador Francisco Rollemburg, o tema que V. Ex^a aborda é extremamente atual e atualizado. Estamos vindo de discutir, em nível nacional, portaria recente do Ministério da Justiça que estabelece critérios de classificação para as obras cinematográficas e televisivas apresentadas nas nossas emissoras. De fato, é uma questão polêmica, extremamente discutível, porque está sendo, neste momento, mediada por uma ambigüidade, ou seja: qual é o direito constitucional que deve ser assegurado. O direito constitucional da liberdade de expressão, da liberdade de expressão cultural ou o direito constitucional de o cidadão de ver preservada a sua integridade moral?

E o direito de as famílias se verem preservadas, respeitadas na sua integridade ética? Realmente, este o conflito crucial e verdadeiro que está sendo colocado neste momento, e sendo objeto desta discussão, dessa polêmica nacional. Sou daqueles que defendem intransigentemente o direito à informação, o direito à liberdade de expressão, o direito, inclusive, à expressão cultural, que...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Entre estes, incluo-me também, Ex^a

O Sr. José Fogaca - ... se manifestem livremente. No entanto, não podemos também abrigar mão de municiar os cidadãos, como indivíduos e como coletividade, de instrumentos de defesa, no sentido de preservarem a sua integridade moral, religiosa, política e comunitária. Confesso a V. Ex^a que ainda não conheço a fórmula perfeita para isso. Assim como V. Ex^a o está fazendo, de forma inteligente, sagaz, correta, equilibrada, este é o momento em que a sociedade brasileira precisa começar a debater esta questão, porque só mediante um debate aprofundado, criterioso, profundo, é que iremos encontrar esse meio termo. Não deverá sequer haver um meio termo. Deverá haver, isto sim, a plenificação dos dois direitos que são contraditórios, ou seja, a liberdade de expressão deve ser inteiramente assegurada, mas, ao mes-

mo tempo, os instrumentos de autodefesa da sociedade, dos indivíduos e da comunidade, que a Constituição lhes garante. Também devem existir mecanismos pelos quais os cidadãos possam também oferecer a sua voz, a sua opinião, a sua manifestação, o seu desagrado em relação aquilo que são obrigados a ver e a ouvir no rádio e na televisão. A mim, particularmente, tal como V. Ex^a cita o Deputado Antônio Britto, há certas coisas que me ofendem, que me agride, principalmente na nossa televisão. Não é a nudez que me ofende e que me agride, porque realmente há cenas de nudez na nossa televisão que são belíssimas e extremamente estéticas. Não é a nudez, nem sempre, a violência da realidade viva das nossas vidas, a violência do crime, da morte, da pobreza. Devo dizer a V. Ex^a que me sinto agredido pelo tipo de desrespeito humano, pelo tipo de brutalidade humana com que são conduzidas algumas peças de teatro ou de novela nas nossas televisões. Há uma lição permanente de brutalidade e de violência - e af tomo a palavra violência no sentido de violar. São lições diárias e permanentes a que as crianças, os cidadãos, as pessoas, os indivíduos, que assistem aos programas recebem; lições diárias de como desrespeitar a integridade do outro. Nobre Senador, basta assistir a uma novela de televisão para se ver como as pessoas se ofendem, como se dizem, como se pronunciam mutuamente palavrões e agressões. Para mim nada há mais immoral, mais antitético do que essa lição permanente de desrespeito humano. Imagino o quanto uma criança, um jovem, um adolescente que assiste a esse tipo de programa não incorpora desse tipo de valor, o quanto não incorpora desses valores depreciativos e negativos em relação à natureza humana. Mostrar a realidade de uma guerra, a realidade do crime, a vida dos policiais, é da realidade humana, é do ser humano, é próprio das nossas vidas. A nudez feminina ou a nudez masculina, que tanto ofende algumas pessoas, considero que absolutamente não significam nenhuma violência; não se trata de violar os outros. Mas, quando se vê, sistematicamente, um homem é uma mulher em atitudes da mais absoluta ofensa, agressão, violência verbal, de modo a ser o outro tratado como um ser desprezível, não há nenhum sentimento de dignidade, é essa quebra do sentido da dignidade humana me agride profundamente. Porque há muita dignidade na nudez e há muita dignidade na vida real, na

luta do cidadão nas cidades, nas ruas, pela sobrevivência. Entretanto, não consigo ver um padrão de comportamento que respeite a dignidade quando uma esposa chama um esposo ou lhe atribui uma série de adjetivos que são realmente deprimentes. Se se dissesse: isso é feito com excepcionalidade, mas não! Não! O tratamento desrespeitoso, afrontoso, indigno é feito como um padrão de comportamento da burguesia brasileira sistemática, permanente, diuturno, quase que, digamos assim, uma incorporação de padrões definitivos de comportamentos. É isto que me horroriza, me espanta, me apavora, me ofende quando ligo a televisão e vejo algumas de nossas novelas. Posso dizer a V. Ex^a que, em grande parte, não é nada aquilo que tem, pelo menos, suscitado a reação do Ministério da Justiça. Penso que cenas de guerra e de morte, como cenas de nudez, violam muito menos a natureza humana do que quando um filho diz ao pai uma série de adjetivos escorchantes, mas de forma brutal e desrespeitosa, como não se pode imaginar que dois seres humanos se tratem. Essa violação da integridade ética, moral, afetiva do ser humano parece ser a coisa mais drástica, mais danosa e, diria até, mais criminosa a que se assiste hoje. De onde se recorre esse padrão de comportamento? De que níveis da nossa sociedade? É comum isso, encontra-se hoje como padrão médio de comportamento da sociedade brasileira? Se é assim, estamos diante de uma sociedade doente, diante de uma sociedade patologicamente contaminada. Creio que não é assim. Os padrões de dignidade, de respeito humano ainda sobrevivem na sociedade brasileira. A morte, a violência urbana, a nudez, o sexo, isto é da vida, isto é digno, isto é muito digno. Agora, quando um homem e uma mulher se ofendem aos níveis mais baixos e escorchantes que se possa imaginar, quando um pai e um filho ou uma mãe e uma filha se ofendem, se destratam e se desrespeitam de maneira bárbara e brutal, com palavras, de modo a indignificar um a figura do outro, ai realmente estaremos atingindo a essência do ser humano. E é isto que confesso a V. Ex^a, não consigo entender. Não consigo entender, não consigo assimilar, não consigo compreender. E mais, vejo-me perplexamente sem meios para eliminar, para impedir ou para coibir, porque esta é uma visão de mundo. Trata-se de uma visão fascista do mundo. A visão de que o cidadão, a pessoa, o indivíduo só se afirma se

ele ofender, se passar por cima dos outros. É esta a escola diária a que estamos assistindo nas nossas tevés, de que vencedor é aquele que mais ofende, que mais agride, que mais desrespeita, que mais se impõe pela violência verbal. Desrespeita-se um pai, uma mãe, um filho: o pai em relação ao filho, o filho em relação ao pai, o esposo em relação à esposa, o homem em relação à mulher, a mulher em relação ao homem. Esta questão da dignidade humana parece-me ser a mais dramática e mais amarga que hoje estamos registrando, nos padrões de conduta das elites brasileiras e que são mostrados na nossa televisão. Se o Brasil está assim, se o comportamento das famílias, dos cidadãos hoje é assim, estamos diante de uma sociedade doente.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG
- Eminentíssimo Senador José Fogaça, após esse aparte tão brilhante, só me resta render as minhas homenagens à sua inteligência, à sua argúcia, porque V. Ex^a, nesse aparte, conseguiu dizer tudo aquilo que eu não vinha conseguindo colocar no meu discurso.

É evidente, Senador, que a nudez não nos choca tanto, que a morte no trânsito é o cotidiano de todos nós, que a violência urbana também faz parte do nosso cotidiano, mas a quebra dos padrões morais e éticos - como esses que V. Ex^a também reafirmou, da esposa que trata o seu esposo de maneira agressiva e indecorosa, no mais das vezes na frente dos seus filhos - acarreta a quebra da unidade familiar, do respeito recíproco, acaba com aquilo em que acreditamos e que Rui Barbosa dizia: a pátria é a família unificada. Eu diria que a família é a pátria que se unifica na sua posição menor, nos seus átomos, nas suas células. E a essa degradação estamos encontrando a todo instante. Viajei, recentemente, em meu estado e conversei com um amigo, cujo filho, rapazote, tentara um ato sexual um tanto diferente com a sua colega, que protestou, contando-lhe o que ocorreu. O pai chamou o rapaz para uma conversa e lhe disse: Não, meu pai, o senhor está enganado. Eu sou normal e o que eu estava fazendo era muito normal. E ele perguntou: Onde é que você viu isto? - Na televisão e nas revistas que compro. O menino estava aprendendo a fazer amor já de forma pervertida, porque era aquela a forma à qual ele tivera acesso na sua infância e estava vendo o seu dia-a-dia.

Há que se manter o respeito e a tradição. A Constituição diz que nós somos livres para pensar, para criar, para dizer tudo o que pensamos - o princípio máximo da liberdade. Nesta Casa nós nos tratamos por Ex^a, Sr. Senador, respeitamos a figura do eminentíssimo Senador Pompeu de Sousa, que nos preside neste instante, e esta Casa censura os nossos discursos, se saímos da linguagem parlamentar. E por que, então, nós, que nós portamos desta maneira, podemos fechar os olhos a essas agressões à moral e aos bons costumes que herdamos dos nossos antepassados?

Enquanto V. Ex^a falava, tive uma idéia, que me passou agora. Precisamos fazer também - não é só o pacto social, não - o pacto moral, o pacto ético, para encontrarmos o ponto de equilíbrio entre a liberdade constitucional e a liberdade que devemos ter de maneira formal; o permitível até onde aquilo não penetre na nossa formação, no nosso bem-estar. E aquela história da liberdade: ela termina onde começa a do próximo.

Então, temos que permitir que se diga tudo, mas não se diga tanto! E só vejo uma saída. Elevarmos este assunto a debate, levá-lo à discussão, estabelecermos também o nosso pacto, para que possamos dar aos nossos filhos, às crianças do nosso País, uma formação mais consentânea com aquilo que estamos tentando plantar e implantar no nosso Brasil.

O Sr. Ronan Tito - Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG
- Concedo um aparte a V. Ex^a Senador.

O Sr. Ronan Tito - Estou ouvindo com muita atenção o discurso de V. Ex^a, nobre Senador Francisco Rolleemberg. Há pouco tempo, pronunciei, nesta Casa, pequeno discurso, um daqueles que improvisamos para que a Mesa tenha tempo de aprontar a Ordem do Dia. E fui-me estendendo e mereci um aparte que, dada a sua grandeza, chegou a excitar a minha sensibilidade e a minha inteligência e me levou a aprofundar-me num debate muito semelhante a este que se torna agora. Terminei por dizer que não queria nem precisava, naquela altura da minha vida e nesta altura em que estou, de elogios de imprensa etc., por isso eu ia tratar o assunto com muita independência. Não pretendo disputar cargos eletivos e só pedia o respeito que eu sempre tive para com toda a imprensa. Interessante, aquele pronun-

ciamento que eu pretendia quer fosse comentado pela imprensa, mereceu, por parte de alguns jornalistas, inclusive do grande jornalista brasileiro que gosta de ser chamado de repórter - Mauro Santayana, um artigo. E quero destacar uma assertiva do referido jornalista que considerei da maior importância, referindo-se ao que afirmei com relação às novelas. Mauro Santayana disse mais ou menos o seguinte: o Senador, quando se referia às novelas, tinha razão, porque os gregos, quando pensaram no entretenimento do povo, o foram buscar na encarnação da dramaturgia, saíram da realidade para buscar os seus mitos perto dos deuses; e que nós, nas nossas novelas, a pretexto de trazer a realidade, desciamos às profundezas do iníquo, do inusitado, daquilo que há de mais chão e daquilo que há de mais pervertido, a pretexto de ir buscar o entretenimento do nosso povo. Da saudade da mitologia grega nesse instante, porque tiveram tantos teatrólogos, tantos extraordinários, que foram buscar perto dos deuses, como diz Santayana, os exemplos para fazer entretenimento e para formar o seu imaginário coletivo. Nós hoje, a pretexto de trazer a realidade crua, descemos para uma realidade que espero - e ouvi muito bem de V. Ex^a, e também do nobre Senador José Fogaça - não seja a realidade nem da infima minoria do povo brasileiro, porque, como disse muito bem o nobre Senador José Fogaça, se isso for verdade, a nossa sociedade está doente, e muito mal. Este assunto é realmente muito sério e V. Ex^a nos convida ao debate. Não há nada mais importante do que o debate, e é nesta Casa Alta que ele tem que se travar. Aqui temos, graças a Deus, um pouco de prazo para isso. Temos que pensar na formação desta sociedade em que estamos vivendo. Agora vou fazer uma assertiva: se esta nossa sociedade estiver tão doente, como dizem os feitores de novela, gostaria que ela não fosse retratada, para que não formássemos uma nova sociedade, com os nossos filhos, com os nossos netos, a imagem dessa "realidade" doentia apresentada pela televisão. Temos a responsabilidade, nobre Senador, não só com a nossa sociedade, como, principalmente, com a sociedade vindoura, com aqueles que vieram a este mundo sem solicitar a sua vinda, que vieram por uma vontade nossa, unívoca, vontade nossa e de nossas esposas. Então, temos uma responsabilidade muito grande com eles. Os autores das novelas, que são muito bem elaboradas, que têm

uma técnica extraordinária, que têm atores da melhor qualidade, teriam que pensar também nisto: na formação dos nossos jovens, na formação da nova sociedade que, se Deus quiser, o Brasil haverá de conseguir no final do terceiro milênio.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Muito obrigado, nobre Senador Ronan Tito. V. Ex^a vem-se juntar ao Senador José Fogaça. E eu diria a V. Ex^a o que disse ao Senador José Fogaça. Agradecendo a V. Ex^a pelos apartes, rendo homenagem à inteligência de ambos. V. Ex^as trouxeram ao meu discurso ou fizeram, com os seus apartes, o discurso que a minha inteligência não foi capaz de elaborar.

O SR. Ronan Tito - Não apoiado. V. Ex^a é que provocou a nossa inteligência e a nossa sensibilidade.

O SR. José Fogaça - Não apoiado também. Permite-me V. Ex^a.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Com muita honra, Senador.

O SR. José Fogaça - O debate que V. Ex^a enseja é vivo, atual, não nos permite sequer ficar aqui apenas como ouvintes do seu discurso, embora isso já fosse um ganho. Veja V. Ex^a: como esta é uma questão em que a dignidade humana é valor tão sagrado, tão pleno e tão difícil de ser tratado numa obra de arte que a Humanidade vem dando lições, que diria seculares, a respeito. Há uma peça de teatro que vem fazendo sucesso há mais de dois mil anos, de autoria de Sofocles, que se chama "Edipo Rei". Nesta peça, Edipo crava duas espadas nos seus próprios olhos, por ter gerado duas filhas no seio da própria mãe, Jocasta; na peça "Medéia", Medéia mata uma mãe que mata os próprios filhos para vingar-se de Jasão, que a traiu. Então, veja V. Ex^a que a violência humana é da natureza do ser humano, a violência é da natureza do ser humano.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Até a dos deuses é assim.

O SR. José Fogaça - A questão não é apresentar fatos desta agudeza, desta crueza ou trazer à evidência a fraqueza humana desta maneira. Trata-se, isto sim, de reduzir o ser humano a níveis os mais baixos que se possam imaginar. E isto que encontramos hoje: uma degradação do comportamento coletivo, uma degradação afetiva, uma degradação do respeito interpessoal, é um comportamento vulgarizado, quer dizer, uma deseducação de relações

pessoais. Ouvi três ou quatro adjetivos de uma mulher em relação ao seu marido, em uma novela de televisão, que não posso repetir no Senado, porque esses adjetivos seriam, por determinação do Presidente, retirados dos Anais. Ora, dir-se-ia: mas isso é uma situação excepcional. De repente, pode-se considerar que, em um determinado momento, marido e mulher podem chegar a um grau de agudeza de conflito, que leva à emissão de algumas palavras mais duras. Mas, não. É diário, permanente, cotidiano, sistemático. Ninguém se trata com afeto e com respeito: todo mundo se degrada mutua e sistematicamente. Então, esta é uma sociedade doente. Se esta é a realidade viva, cabal da nossa sociedade, esta é uma sociedade doente. Se uma mulher diz a seu marido três ou quatro adjetivos ofensivos e ele responde que vai destruí-la e ambos continuam casados, no dia seguinte essas cenas se repetem, e entre todos os personagens da peça, e isso vem há anos nas nossas novelas de televisão, que retratam a vida da burguesia, da classe média-alta brasileira, então a sociedade é doente. Não creio que uma cena de sexo, que uma cena em que a nudez feminina está exposta, seja uma cena de violência. Não é, porque não há violação, não se viola a integridade do outro. O sexo é uma prática que exige o consenso comum, que exige a admissão interpessoal de ambos - do homem e da mulher. A violência está no fato de que alguém não respeita a integridade moral do outro e lhe assaca uma série de ofensas que são absolutamente degradantes, como se isso fosse o comportamento médio, padronizado, sistemático, cotidiano, da nossa sociedade. Fico realmente abismado à cada dia que ouço esse tipo de coisa nas nossas novelas, no nosso chamado teleteatro, na nossa dramaturgia televisiva. Realmente, não há exemplo na literatura mundial. Nas peças mais cruas, se V. Ex^a recorrer a autores como Bertold Brecht, se recorrer a autores modernos como Peter Weiss, se recorrer aos autores que lançaram o teatro do absurdo, Eugene Ionesco, Samuel Beckett, vai ver que ali pode haver palavrão, pode haver crueza, pode haver amargura, mas não essa degradação humana, fabricada e constante. Há um respeito à dignidade humana, há uma construção da dignidade, isto que confesso a V. Ex^a ainda não consegui assimilar, não consegui ainda entender como isto pode ser objeto de atração, objeto de fabricação de Ibope, de audiência nas nossas televisões. Infelizmente, pa-

rece que é o que agrada ao público, porque isto vem-se repetindo há anos, anos e anos e, aparentemente, dá certo.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Eminent Senador José Fogaça, tem razão V. Ex^a quando diz que se vender a imagem de uma sociedade doente, a sociedade brasileira. Minha preocupação não é tentar curar um sociedade possivelmente doente; é fazer a profilaxia. Vamos impedir que essa sociedade adocea, pois a sociedade brasileira não é uma sociedade doente. Mas temos que criar limitações.

Por exemplo, à criança temos que oferecer um pouco de docura e um pouco de sonho. Se começarmos a oferecer à criança cenas de sexo explícito, ela, pela sua própria curiosidade infantil, vai tentar praticar com as outras crianças, vai procurar fazer, vai-se antecipar no tempo ao ato do amor. E não sei se essa antecipação enriqueceria, como experiência humana, uma criancinha de quatro ou cinco anos de idade.

A nós, homens já maduros, a crueza dos dias em que vivemos, que já são por demais pesados aos nossos ombros, para nós, no final da noite, quando chegamos a nossas casas sermos envenenados e intoxicados com mais crueza; imagine V. Ex^a, Sr. Senador, na nossa velhice então? Estaremos como? Deprimidos, com a sensação de impotência e de falência e vamos perguntar até por que vivemos, o que construímos? Porque a sensação é de fracasso total. Não conseguimos envelhecer construindo uma sociedade humana decente para aqueles que nos vão substituir, no mais das vezes, os nossos filhos e os nossos netos.

Daí porque decidi vir, nesta tarde, mais uma vez, percutir o tema, pois, eminent Senador, temos que encontrar, temos que fazer a profilaxia, talvez tenhamos que partir para aquilo que V. Ex^a, com o seu primeiro aparte, me despertou a idéia, a idéia do pacto – do pacto moral, ético, da preservação dos valores, não na nudez. Conheço pais que convivem despidos, tomam os seus banhos com os seus filhos sem quebra de respeito, criam os seus filhos assim e são amados e estimados; conheço pais que levam a vida muito diferente, o oposto, e também conseguem manter, mantêm no âmbito da família aquele respeito mútuo, recíproco; não se fala alto, o marido não agride a mulher em voz alta sequer, a mulher não fala alto sequer, convencionam, às vezes, a dirimir os seus problemas nas

caladas da noite, quando as crianças já adormecem, para que elas não participem, ainda tão cedo, da crueza nas suas vidas.

Essas coisas precisam acontecer, precisam caminhar pelo seu leito natural, é preciso que essas coisas se incorporem ao nosso patrimônio psicológico, afetivo, mental, para que possamos, então, poder coibir esses abusos.

O Sr. João Nascimento – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Ouço V. Ex^a.

O Sr. João Nascimento – Senador Francisco Rollemburg, depois dos apartes dos Senadores José Fogaça e Ronan Tito, fiquei aqui me perguntando o que deveria dizer depois dessas grandes intervenções. Perguntaria, no caso, neste debate, já que se tornou um debate, e o Senador Ronan Tito falou com muita precisão que V. Ex^a está trazendo para esta Casa, a Câmara mais alta do País, um debate de alto nível, eu perguntaria: depois de ouvir os Senadores José Fogaça, Ronan Tito e V. Ex^a, que trouxe um tema não só atual como real, o que podemos fazer se nas ruas, nas nossas casas, nos contatos que temos com as pessoas, essas reclamações, esses problemas nos são levados, não apenas em forma de conhecimento de causa, mas, acima de tudo, essas pessoas nos trazem como se nos perguntassem o que devemos fazer para que esses abusos não continuem acontecendo na televisão? Aqui fica a indagação: o que esta Casa, o que o Senado, o que nós, Senadores, que estamos à frente deste Poder, o que podemos fazer para que diminuam ou que pelo menos se faça alguma coisa para acabar com esses abusos. Eu pergunto, Senador Francisco Rollemburg, e fico na expectativa de que haja realmente uma solução por parte dos Srs. Senadores, principalmente daqueles que ainda têm 4 anos de mandato. Parabenizo o Senador Ronan Tito e o Senador José Fogaça, porque realmente enriqueceram o seu pronunciamento com os seus apartes.

Fico na expectativa de merecer de V. Ex^as, que ficarão por mais tempo nesta Casa, não só o debate como uma solução, para que não continuem essas agressões que o povo brasileiro, de modo geral, e todos nós sofremos no que diz respeito aos programas de televisão. Tenho certeza absoluta, V. Ex^a foi muito feliz e está muito contente por ter trazido a colocação, hoje, este tema e ter encontrado, por parte desses Senadores, esses apartes, que

só enriqueceram, só fizeram com que o pronunciamento de V. Ex^a fosse, sem dúvida nenhuma, muito importante para o Senado da República. Meus parabéns. Congratulo-me com V. Ex^a e tenho certeza absoluta de que deve estar feliz por ter, nessa tarde, debatido assunto de tamanha importância.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Eminent Senador João Nascimento, no início era um protesto. Agora já é um lamento; e eu me preocupo que, mais à frente, nem protesto nem lamento, já seja a indiferença, a aceitação do adoecimento, da enfermidade que ora procura contaminar a nossa sociedade.

Pergunta V. Ex^a o que podemos fazer. No meu discurso desta tarde, trazia como premissa maior exatamente esta pergunta: o que podemos fazer? O Senador José Fogaça, com o seu aparte, trouxe-nos algumas idéias. E citei somente uma delas, que seria, talvez, a necessidade de encontrarmos o nosso pacto, o entendimento, o reencontro da Nação com o Estado, do povo com a família, com a sociedade, com sua tradição, com a sua história.

Isto será fruto, tenho certeza, de debates mais aprofundados doravante.

Nós, que queremos fazer esta Pátria forte, e que queremos ter a consciência que deixamos para os nossos posteriores Uma Pátria cuja família mereceu respeito e dignidade, uma Pátria desenvolvida, um povo bom, inteligente, culto e humano, haveremos de encontrar uma solução para esta questão. Essa solução, tenho certeza, Senador, virá muito em breve. Qual será, não sei lhe dizer agora. Mas espero viver o suficiente para vê-la.

O Sr. Meira Filho – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Concedo o aparte ao nobre Senador Meira Filho.

O Sr. Meira Filho – Senador Francisco Rollemburg, estava em meu gabinete quando ouvi o aparte do Senador José Fogaça, a quem aprendi a admirar nesta Casa. Sou um homem de rádio. A minha vida inteira foi à frente de um microfone. Sempre tive pela platéia imaginária, que sempre estava no meu pensamento, quando na frente do microfone, profundo respeito. Não sei se pela minha formação, não sei se pela educação que recebi, ou porque tive a felicidade de trabalhar numa estação de rádio, que foi, naquele tempo, a meca do rádio, a Rádio Nacional do Rio de Ja-

neiro - como hoje é a Rede Globo de Televisão - todo mundo, neste País, ouvia a Rádio Nacional, que primava por ser uma rádio respeitosa, uma rádio que divertia ao mesmo tempo que educava e divulgava, confessou que, por estar no Senado, não pôde continuar no rádio, mas estou muito preocupado com essa atividade no Brasil, porque o desrespeitamento, a falta de ética e a falta de respeito são terríveis. Esta Casa já começa a discutir este problema. A Portaria nº 773, do Ministro da Justiça, o ilustre Senador Jarbas Passarinho, criou uma polêmica através dos órgãos de divulgação, dizendo-se que a censura estava voltando. Não! Ela não está voltando. A censura, de acordo com o preceito constitucional, foi abolida. Agora é preciso que se tome uma providência, pois, que o direito de um termina onde começa o direito do outro. Tenho ouvido coisas estarrecedoras no rádio. Gosto muito de televisão, mas gosto muito mais de rádio. Sou um aficionado do rádio, um maníaco pelo rádio. Basta dizer que ouço rádio até uma hora da manhã e acordo às quatro ou quatro e meia já ouvindo rádio. Estou sinceramente impressionado como o rádio está no Brasil. Uma falta de respeito fora de todos os parâmetros. É preciso que se tome uma providência, já que a nossa Constituição aboliu a censura. É preciso que haja decoro, respeito à família, à preservação da família. Tudo isto é essencial à nacionalidade. Não é nem o entendimento: Ainda há pouco falava o Senador José Fogaca que a sociedade está doente. Acredito que ela já começa a se recobrar, Senador, pois numa estação de televisão, cuja audiência é espetacular em todo o território nacional, que determinado animador, apresentador de programa, foi proibido pela direção de dizer palavrões. Há realmente uma reação por parte da sociedade contra esse estado de coisas. O assunto tem que ser trazido para esta Casa, tem que ser aqui discutido, e uma providência, como disse o Senador João Nascimento, tem que ser tomada. Esse negócio de ficar só no papel, precisamos acabar com isso.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Senador Meira Filho, no início do meu discurso, fiz questão de pincar uma frase de um homem de comunicação e companheiro nosso, o Deputado Federal Antônio Britto. Vou relê-la para V. Ex^a:

O Sr. Meira Filho - Senador, ainda há pouco, o Senador José Fogaca, e V. Ex^a também, falou

que há censura no Senado em relação à determinados procedimentos de colegas nossos. O Presidente sempre pede à Taquigrafia não anotar determinados termos. Isso não é censura; isso chama-se decoro. Uma noite dessas, estava ouvindo uma grande emissora dizer que tinha uma noite de... o nome não vou dizer; o ingresso era uma mulher, e tinha que ser uma "gata". Pelo amor de Deus! Não tenho nem coragem de dizer do que era a noite.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Eminentíssimo Senador, com o seu depoimento V. Ex^a dá o testemunho evidente de que os homens de comunicação não concordam com esse *status quo*.

Repeto o que disse da tribuna da Assembléia Nacional Constituinte o Deputado Antônio Britto: "Sou pai e tenho vergonha do que assisto freqüentemente em algumas emissoras de televisão".

Assistimos a cenas chocantes, que mesmo a nós, homens maduros, causam certo mal-estar. E pensa V. Ex^a que é somente nas televisões, nas novelas? Assistimos a isso até no nosso programa eleitoral. Se V. Ex^a lembrar-se um pouco e recordar o que foi a campanha em Brasília, tivemos alguns companheiros que pleiteavam cargos públicos que usaram da linguagem mais chula, agressiva e pouco condizente com o respeito e com a dignidade humana.

É importante o depoimento de V. Ex^a, radialista de formação, que sabe, que conhece o que foram os programas da Rádio Globo, a Rádio Mayrink Veiga, a Rádio Nacional. Lembro-me de programas interessantes, como PRK-30, todos riem; não havia televisão à época, mas não se empregava nenhuma linguagem chula, pouco condizente com a moral. Quando havia alguma coisa diferente, era a imitação de um português, com aqueles versinhos duvidos, mas não chocantes, como "não sei se vai, ou se fica, ou não sei se fica, ou se vai", coisas desse tipo. Hoje, não. A coisa não tem mais esse aspecto. Para se fazer rir, hoje, tem que ser contundente, indecente.

Com o seu depoimento, acaba V. Ex^a de se aliar a essa jornada, e essa cruzada que, de certa forma, nós, homens públicos, precisamos empreender, no sentido de restaurar ou, pelo menos, impedir que adoeça a nossa sociedade.

Daí por que, Sr. Presidente, e para concluir, digo que impõe-se a elaboração de uma lei e não de uma portaria,

como já reconheceu o próprio Ministro Jarbas Passarinho, para que retornemos à linha de equilíbrio para solução desse problema, de forma democrática.

É preciso que superemos essa bipolarização que, se tem de um lado o risco do falso moralismo, de outro, presume a falsa liberação inconsequente e nefasta.

A prova de que nossa sociedade não está indiferente à preservação de valores éticos da pessoa e da família é a campanha encetada por D. Marcos Barbosa, com o título "o amanhã de nossos filhos" divulgada em seu artigo do dia 3 de novembro no *Jornal do Brasil*.

Não teço maiores comentários, porque o meu tempo já se vai. Porem, agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, e aos senadores que me honraram com seus apertos e apoiam o meu pronunciamento desta tarde. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaca.

O SR. JOSÉ FOGACA (PMDB - RS) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, não posso deixar de fazer o registro da nossa estranheza diante das notícias que os jornais nos trazem a respeito da conduta das negociações da dívida externa brasileira.

O *Jornal do Brasil* de ontem estampa uma notícia que, a esta altura, é um tanto quanto preocupante, uma vez que a própria Ministra da Economia - Zélia Cardoso de Mello, o Embaixador Jório Dauster e o Secretário Especial de Política Econômica, Antônio Kandir, aqui estiveram, compareceram ao Senado, vieram à nossa Comissão de Assuntos Econômicos, prestaram depoimento, deram a sua palavra, fizeram afirmativas - que eu diria definidoras da sua conduta, da sua linha de ação - e, de repente, estamos recebendo uma série de informações que invertem tudo aquilo que vinha sendo assumido, que vinha sendo sustentado pela própria equipe de negociação da dívida externa.

Sr. Presidente, diz o *Jornal do Brasil*, em notícia de ontem, segunda-feira, 12-11-90:

"... funcionários graduados do Ministério da Economia não descartaram a hipótese de que o Brasil recorra a suas reservas internacionais, hoje calculadas em US\$ 8,6 bilhões, para pagar

parte dos juros atrasados ainda este ano.

A hipótese de sacar das reservas, que durante um tempo foi rechaçada pelo Governo, não é mais considerada inviável, segundo revelaram fontes governamentais. O Embaixador Jório Dauter não quis comentar esta alternativa.

O Governo também não abre mão do conceito de capacidade de pagamento do País, ou seja, somente utilizar para pagamento de dívida os recursos gerados pelo próprio Tesouro e não por meio de emissão de moeda ou de superávits comerciais.

Aqui há uma contradição ininteligível. Não consigo compreendê-la, Sr. Presidente.

De um lado, o Governo afirma que não quer lançar mão dos superávits comerciais, ou seja, aquilo que resulta a maior entre o que o País compra do exterior e aquilo que o País vende para o exterior, a nossa balança comercial.

De outro lado, o Governo já começa a admitir lançar mão das nossas reservas monetárias, que são justamente alimentadas pelo superávit comercial.

Não há outra forma de se obter dólares a não ser via empréstimos financeiros, que estão bloqueados, que estão fechados para o Brasil e, portanto, é uma porta que não existe. Não há outra forma de acumular dólares nos cofres do Banco Central senão via superávit comercial.

Ora, o Governo que não quer usar o superávit comercial para pagar a dívida e, ao mesmo tempo, diz que já está disposto a recorrer aos dólares das nossas reservas monetárias, isto é uma contradição.

Muito mais do que uma contradição, o Governo está contrariando o projeto de resolução que aprovamos na Comissão de Assuntos Econômicos com caráter terminativo. Isto é grave.

O Sr. Afonso Sancho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Nobre Senador Afonso Sancho, V. Ex^a vai-me dar a oportunidade de ouvir o que consta de substitutivo de autoria do Senador Jorge Bornhausen, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e integrante do bloco político de apoio ao Governo nesta Casa, companhei-

ro de V. Ex^a na defesa do Governo nesta Casa. Portanto, S. Ex^a assumiu a responsabilidade política e parlamentar deste substitutivo, que diz claramente (art. 3º do projeto de resolução):

"Respeitados os limites do art. 2º, o desembolso de divisas destinado à satisfação de compromissos de correntes dos contratos de que trata esta resolução, deverá assegurar nível de reservas compatível com as necessidades mínimas de importação."

No parágrafo único discriminado, caracteriza, descreve o que é necessidade mínima de importação:

"Para os efeitos desta resolução, entende-se por nível de reservas de divisas compatível com as necessidades mínimas de importação aquele que assegure recursos suficientes para manter a média das importações dos últimos doze meses, contados a partir da publicação desta resolução, durante o período mínimo de quatro meses."

Ora, o Governo acaba de publicar, recentemente, que as reservas brasileiras, as reservas monetárias que hoje estão localizadas nos cofres do Banco Central, são da ordem de US\$ 8,6 bilhões, o que equivale, segundo média recente, exatamente a quatro meses de importação. Quatro meses de importação é justamente o que temos. Estamos no limite mínimo das nossas reservas monetárias, limite mínimo que, diria, constitui uma questão de segurança nacional. Qualquer país que abandonar esses níveis de reserva quebra a sua própria estabilidade perante o mercado internacional, o seu poder de barganha, o seu poder de negociar melhores preços.

Então, o Governo não só está-se contradizendo, não só está desmentindo a si próprio, como o Governo está-se confrontando com um projeto de resolução aprovado pelo Senado Federal. Consequentemente, o Senado está-se vendo frustrado, está-se vendo, neste momento, traído pela palavra do Governo, pela palavra de um lado e a ação do Governo de outro; são coisas completamente distintas e opostas.

Ora, sabemos que a média das importações brasileiras tem sido pouco superior a US\$ 2 bilhões mensais, o que dá, ao longo de quatro meses, pouco mais de US\$ 8 bilhões. Estamos no limite, não é possível sacar-se das reservas cambiais

para pagar aos bancos credores. Primeiro, porque o próprio Governo asseverou essa posição e, em segundo, porque isso resulta de uma resolução do Senado Federal, a quem a Constituição determina a responsabilidade de acompanhar as negociações para o pagamento da dívida externa brasileira. Portanto, estamos carecendo agora de uma maior explicação.

A meu ver, por uma espécie de anteviés ou premonição, no dia em que foi aprovado o projeto de resolução tive oportunidade de dizer na Comissão de Assuntos Econômicos que estávamos fazendo um discurso de sustentação e de apoio ao Governo, baseado no ponto de largada. Uma corrida tem ponto de largada e ponto de chegada. E eu disse: "Quero ver se vamos ficar eufóricos, positivos e favoráveis à posição do Governo, como estamos agora, quando chegarmos lá, quanto atingirmos o ponto de chegada, porque, aí, sim, o Senado deverá manifestar-se aprovando ou rejeitando os termos de negociação, os contratos que daí decorrerão". E fico perplexo — o Governo, em uma semana, diante de uma pequena manifestação dos banqueiros, resolve desmontar todo o arco-bouço que havia sido armado, articulado, através de uma ação do Senado, juntamente com o Ministério da Economia.

Há de convir V. Ex^a Senador Afonso Sancho, que estamos diante de uma situação preocupante, porque houve uma manifestação do Congresso Nacional; Deputados vieram da Câmara para uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos que é estrita do Senado, que é competência exclusiva do Senado, mas que aqui vieram, numa ação e numa representação política, para integrarem-se ao apoio e à solidariedade que o Senado deu à Ministra da Economia, portanto ao Governo.

Presenciamos uma sólida e inédita unidade desta Casa, deste Congresso como um todo, em torno da formulação da proposta de negociação da dívida externa. E agora o próprio Governo contraria, desmente, espezinha, desfaz tudo aquilo que disse. Não dá para entender. Como se explica isto?

O Sr. Afonso Sancho — Permite-me V. Ex^a o aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Com muito prazer.

O Sr. Afonso Sancho — Eminente Senador José Fogaca V. Ex^a está-se apegando a um fato solto, porque "funcionário

graduado do Governo", dito por um jornal, não é o Governo.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Todos os jornais estão dando a esta noticia.

O Sr. Afonso Sancho — Não é o Governo. Porque ainda hoje assistimos a uma reunião, a mais longa a que já assisti aqui neste Congresso nos últimos dois anos. O tema central da reunião foi uma explicação exatamente em face de matéria veiculada por um dos jornais sérios do País sobre um acordo secreto que o Brasil tinha feito com o Iraque e que iria pagar quatrocentos milhões de dólares etc., notícia essa que não tinha nenhum fundamento. Então, V. Ex^a está-se apegando simplesmente a uma notícia do jornal. Quando leio uma notícia que cita como fonte "funcionário graduado" já fico receoso de que não seja verdadeira, porque, para ser verdadeira, a notícia precisa mostrar realmente a sua fonte. Se V. Ex^a trouxesse uma notícia que dissesse que a Ministra Zélia Cardoso de Melo determinou tal medida, contrariando o que aprovamos aqui... acredito que não há ministro nenhum que tenha coragem de assim proceder, porque podemos chamá-lo aqui e processá-lo. Ele tem que cumprir as determinações do Senado, porque o Senado, de acordo com a Constituição, é quem fiscaliza, é quem zela por esse problema relacionado com o pagamento da dívida externa. Então, essa preocupação de V. Ex^a pode ser reduzida, neste momento, talvez a 10%, porque essa notícia não tem esse fundamento. Se for preciso pagar algum juro aos credores, parece-me que se terá que modificar a resolução que aprovamos na Comissão. Sem isso não há dúvida. Não me preocupo com as coisas que vejo; não são verdadeiras. Recomendo ao meu estimado amigo, Senador José Fogaca, não se preocupe com essa história de "funcionários graduados". Tragam uma entrevista da Ministra da Economia, aí, sim, o assunto é sério, no outro dia devemos estar chamando-a aqui, para prestar contas, porque peia resolução não se pode descumprir o que foi determinado pelo Senado. Eram os esclarecimentos que gostaria de trazer a V. Ex^a e aproveito a oportunidade para dizer que o Governo não vai, de maneira nenhuma, passar por cima das determinações do Senado. Essa atitude seria um verdadeiro contra-senso. O Governo seria pego numa falha que pode envolver algo muito sério, e V. Ex^a sabe o que é.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Senador, V. Ex^a é uma voz abalizada,

confiável, séria, respeitável e também do Governo, oficial.

Fico feliz e, até um pouco mais tranquilo, quando V. Ex^a trata de nos assegurar que essa notícia é improcedente. Sua informação nos traz certa tranquilidade, mas a preocupação não deixa de existir.

Primeiro, porque o Embaixador Jório Dauster não negou, ele se recusou a tecer considerações. E entendo que S. Ex^a possa fazer isso, até para não espantar, desde logo, os negociadores, os banqueiros internacionais. Só o que não entendo, o que não consigo realmente compreender, Sr. Presidente, é que o Governo — ele próprio diz — a própria Ministra da Economia declarou, aqui, de forma veemente, o Secretário Especial de Política Económica — Antônio Kandir, também enfatizou, ressaltou — o Governo estava criando algo revolucionário, que era o conceito de capacidade de pagamento, baseado nos recursos disponíveis do Tesouro. Ou seja, é preciso que haja sobras, que haja disponibilidades no caixa do Tesouro para pagar a dívida externa.

Este conceito de capacidade de pagamento, realmente, traduz na prática, na concretude dos fatos da vida cotidiana, da economia nacional, aquela frase de Tancredo Neves: "Não podemos pagar a dívida com a fome dos brasileiros".

Agora começa a haver certa flexibilização, certa periclitacão desta posição, e já começamos a ver que as coisas não são tão firmes, não são tão sólidas. A base de apoio desta teoria começa a mostrar alguns sinais de desmoronamento, e estou trazendo a nossa preocupação.

Senador Afonso Sancho, V. Ex^a é um homem que fala pelo Governo, é um porta-voz do Governo nesta Casa. De modo que, desde já, entendemos que a intervenção de V. Ex^a tem dupla importância. Primeiro, V. Ex^a reconhece que, se isso estiver acontecendo, é uma violência contra o Senado; segundo, V. Ex^a reitera, afirma que isso não está acontecendo.

Fico, evidentemente, um pouco mais tranquilo, até fico, neste momento, questionando a natureza dessas notícias, dessas informações que estão sendo veiculadas.

O Jornal do Brasil usou a expressão "funcionários graduados", mas o jornal Folha de S. Paulo, de domingo, traz a informação como oriunda do próprio Embaixador Jório

Dauster. Então, ficamos com essa linha de questionamento, essas indagações no ar.

Neste momento, só posso afirmar — e que devo afirmar — que o Senado Federal não pode deixar de, zelosamente, tratar de preservar os termos do projeto de resolução.

O SR. JOÃO MENEZES — Mas o Senado Federal não aprovou o projeto de resolução?

O SR. JOSÉ FOGAÇA — O Senado Federal aprovou o projeto. O projeto de resolução tem caráter terminativo. Mesmo que não tenha sido aprovado em plenário, caro senador, trata-se também de uma questão moral — política e moral. Veja V. Ex^a, foi uma postura assumida frontalmente pela Ministra da Economia, pelo Secretário Especial de Política Económica e pelo Embaixador Jório Dauster perante o Senado Federal. Esse trio, essa trilogia perfeita da condução da nossa política econômica externa e interna foi que esteve no Senado, para fazer essas afirmações.

O Sr. João Menezes — Fiz até um pronunciamento sobre o assunto.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — V. Ex^a elogiou todas aqui, nós nos engajamos nessa postura. Reverter essa postura agora fráudaria as expectativas do Senado e da Nação. Espero que o Senador Afonso Sancho, como V. Ex^a, todos tenham razão, que os jornais estejam errados e que os meus temores sejam realmente infundados.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Presidência, lembra a V. Ex^a, sobre Senador José Fogaca, que o seu tempo está-se esgotando — aliás, o tempo da sessão. V. Ex^a poderia concluir sem dar mais apertos.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Vejo que o nobre Senador João Menezes habilitou-se para proferir o aparte, mas S. Ex^a, anti-regimentalmente, já o havia feito. Portanto, agora não fará mais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador ... Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL — SC) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo da Tribuna desta Casa, apresentar o meu mais profundo agradecimento aos Srs. Senadores pela confiança que recebi no dia 7 passado, ao ser eleito, junta-

mente com o eminente Senador Severo Gomes, para integrar o futuro Conselho da República. Devo registrar a honra, ainda, de ter como suplentes os ilustres Senadores Matta-Machado e Antônio Luiz Maya.

Cumpriu o Senado Federal o disposto no inciso VII, do art. 89 da Constituição Federal, que foi regulamentado pela Lei nº 8.041, de 5-6-1990.

Não tenho nenhuma dúvida em afirmar, dirigindo-me ao Presidente do Senado e aos ilustres senadores, que se reconheço não ser uma personalidade de maior expressão nesta República, posso, sem medo de errar, dizer que dentro dos limites da minha inteligência e sempre com o maior esforço, jamais deixei de cumprir com os meus deveres e procurei sempre dignificar os cargos que exercei.

Nasci num lar de tradição política e posso com honra e orgulho, dizer que pertenço a uma família de políticos que nunca fez política de família. Pelo lado materno já haviam então se destacado os irmãos Konder: Victor tendo sido Ministro de Viação e Obras Públicas do Governo Washington Luís; Adolfo - deputado e governador do estado; Marcos - deputado e prefeito de Itajaí; e Arno - Diplomata, iniciador das ações econômicas do Itamaraty. Mais tarde surgiu, com brilho no cenário catarinense o atual Deputado Antônio Carlos Konder Reis que foi também deputado estadual, senador, governador e que acaba de se eleger vice-governador.

Por outro lado, meu pai, Irineu Borhausen, descendente de modestos colonos alemães, já em 1922 se elegia vereador em Itajaí e, em 1930, eleito prefeito não pôde tomar posse impedido pela revolução daquele ano. Mais tarde, pelo voto, elegeu-se novamente prefeito e posteriormente governador e senador da República.

O exílio dos afastados em 1930 levou meu pai a fixar residência também no Rio de Janeiro, onde nasci, longe da sua querida cidade de Itajaí, que Marcos Konder carinhosamente intitulava "minha pequena pátria". A marca política na minha vida, já se fez presente no meu nascimento.

Porém, na minha infância pouco ouvi falar de política, já que vivíamos um período ditatorial e o assunto predominante era o da segunda Grande Guerra Mundial. Somente em 1946 tomei contato com as palavras, eleição e voto.

Com meu pai aprendi a ouvir, a pensar antes de decidir, a optar pela credibilidade sobre a popularidade, a cultivar a lealdade com os companheiros e a respeitar os adversários, sem jamais considerá-los como inimigos.

Depois de formado, advogando na cidade de Blumenau, iniciei minhas atividades político-partidárias, ingressando em 1962, na UDN.

Em 1967 fui escolhido vice-Governador de Santa Catarina, contava então 29 anos e daí para cá, jamais me afastei das atividades político-partidárias. Fui presidente do Banco do Estado de Santa Catarina do Governo Antônio Carlos Konder Reis, depois governador do Estado, tendo me descompatibilizado em maio de 1982, para disputar e alcançar o privilégio de representar Santa Catarina nesta Câmara Alta.

Aqui nestes mais de 7 anos, muito aprendi na convivência com meus colegas. Fiquei por 19 meses afastado das minhas funções para ocupar a difícil missão de Ministro de Estado da Educação, retornando a esta Casa com a consciência de ter realizado tudo aquilo que o meu trabalho e a minha inteligência permitiram conforme depoimento que prestei neste plenário no meu retorno.

Recebo, portanto a minha eleição para o Conselho da República pelo Senado Federal, não só com o sentimento de honra e por que não dizer orgulho, mas, sobretudo, com muito senso da responsabilidade assumida, em face da possibilidade de ser chamado a opinar sobre assuntos da mais alta relevância institucional da Nação.

Desejo, afiançar aos meus pares, que se o conselho for chamado a se pronunciar sobre os assuntos que a Constituição Federal impõe sua decisão, sarei vir buscar junto aos integrantes desta Casa suas valiosas opiniões e posições, para que eu possa juntar da melhor maneira possível os argumentos que deverão fundamentar minhas posições.

Sem me considerar, repito, melhor do que ninguém nesta egrégia Casa, nem personalidade de destaque na República, ao agradecer a confiança dos eminentes Srs. Senadores, reafirmo que cumprirei com honra e dignidade o mandato que generosamente, me foi outorgado, já que me sinto preparado exatamente por ter completado minha experiência política neste Senado Federal.

Era o que tinha a dizer. Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Bacelar.

O SR. RUY BACELAR (PMDB - BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores meu propósito é assomar à esta tribuna é o de somar minha voz à de todos os baianos e nordestinos, que defendem, veementemente, junto ao Poder Executivo, em especial ao Sr. Presidente da Petrobrás, a permanência do Essal, Escritório de Salvador, da Petrobrás, impedindo que o Nordeste e o Norte do Brasil sejam mais uma vez discriminados.

Primeiro, as primeiras coisas, como dizem os ingleses, esclareço que a Petrobrás, mantém, em diversas Unidades da Federação, escritórios que prestam serviços a muitas de suas unidades. Eles atuam nas áreas financeiras, de compra de materiais, inspeção de fabricação, desembarço alfandegário, serviço de pessoal, treinamento, assistência médica e social, e outros mais.

Desde meados do primeiro semestre do corrente ano de 1990, o Serplan, Serviço de Planejamento da Petrobrás, a pedido da Diretoria Executiva, está estudando a racionalização das atividades de apoio do Essal, que não se limitam à Bahia, mas se estendem às regiões Norte e Nordeste, e as do Espal, Escritório de São Paulo. Os estudos contemplavam duas alternativas: fortalecimento dos escritórios ou sua extinção.

Até há pouco tempo as notícias eram de que os estudos técnicos apontavam para a solução de fortalecimento. Soube recentemente, Sr. Presidente, que nenhuma das duas alternativas está por ser adotada, tendo o Serplan optado pelo fechamento do Essal e pela manutenção do Espal; um dos argumentos em favor desta salomônica solução é o declínio da produção de petróleo na Bahia.

Óra, Sr. Presidente e Srs. Senadores, sem qualquer opinião preconcebida de representante, neste Senado, do Estado da Bahia, afirmo, sem medo de errar, que a análise do esforço de racionalização dos trabalhos na Petrobrás levou à conclusão no sentido contrário: no sentido da manutenção do Essal.

Apresento, para tanto, os seguintes argumentos:

Primeiro: a sede da RPBA, Região de Produção da Bahia, por decisão da Diretoria da Petrobrás, está com seu deslocamento previsto para Candeias, no interior. Não há, assim, Unidade da Petrobrás em Salvador com condições de assumir as atividades do Essal.

Segundo: a diluição das atividades do Essal entre os órgãos locais geraria um aumento dos custos, uma vez que a soma dos recursos a serem acrescidos em cada órgão suplantaria os disponíveis atualmente no Essal.

Terceiro: os órgãos situados na Pituba (Divisão Regional de Processamento de Dados da Bahia, Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Norte/Nordeste, Coordenadoria Regional de Telecomunicações II, Divisão Jurídica da Bahia e, em breve, o Distrito de Exploração da Bahia), dependem integralmente do apoio administrativo do Essal nas áreas de pessoal, financeira, compras, transportes, e outros. A extinção do Essal obrigaria à criação de outro órgão para executar tais serviços.

Quarto: a compra centralizada fortalece o poder de barganha da Petrobrás, possibilitando compras mais vantajosas. A extinção do Essal aumentaria a diluição das compras pelos órgãos locais, enfraquecendo esse poder, e deslocaria para São Paulo e Rio de Janeiro as compras das unidades da Petrobrás situadas em outros estados das regiões Norte e Nordeste.

Sr. Presidente, esses foram os argumentos que colecionei colocando-me estritamente do ponto de vista da Petrobrás, sociedade de economia mista que, por norma constitucional, temos o dever de defender. Relaciono agora os argumentos de defesa do Estado da Bahia que me cabe apresentar como seu representante, com muita honra para mim. Eles se apresentam sob a idéia geral de que o fechamento do Essal acarretará prejuízos à Bahia.

Em primeiro lugar, é certo que as compras para os órgãos situados nos outros estados do Norte e do Nordeste, que hoje são efetuadas pelo Essal, serão deslocadas para o Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, com consequentes perdas para a Bahia, tais como: diminuição do ICMS, fechamento de escritórios regionais ou filiais, ou ambos, redução de encomendas a fornecedores locais, afetando particularmente a área de caldeiraria e, consequentemente, agravando o desemprego no meu Estado.

Em segundo lugar, a manutenção do Escritório de São Paulo evidencia que a existência de um escritório regional de apoio é plenamente justificável. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, o Espal e o Sece, Serviço Executivo da Administração Central, desempenham, respectivamente, tal papel.

Um terceiro argumento é o que em relação ao volume total de compras da Petrobrás, Essal e Espal realizam compras, aproximadamente, da mesma ordem de grandeza: 5% e 9% respectivamente.

Como dois últimos argumentos, tembro que fatalmente o fechamento do Escritório de Salvador levará a uma grande diminuição do prestígio da Bahia junto à administração central da Petrobrás, e que o tratamento diferenciado entre o Espal e o Essal mostra mais uma discriminação para com o Nordeste, particularmente contra a Bahia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando, por volta de 1980, a Petrobrás também havia, decidido a extinção do escritório, uma análise da iminente perda de arrecadação de impostos e dos prejuízos para o mercado local levou as autoridades de então a intervir politicamente, conseguindo a permanência do Essal. Quero crer que se o bom senso prevaleceu naquela ocasião também agora prevalecerá, sobretudo se se levar em conta que é inconsistente a argumentação de que a área de produção da Bahia está em declínio: isso não pode servir de justificativa para o fechamento do Essal, uma vez que ele compra material para quatro regiões de produção: Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte, e Amazonas; e que as três últimas estão em franco crescimento, sendo a bacia Rio Grande do Norte/Ceará a segunda maior produtora de petróleo do Brasil. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON (PMDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, os últimos tempos do Governo Sarney, que deixou uma marca indelével em nossa História pelos avanços democráticos e pelo espírito liberal, viram-se obscurecidos pela crise econômica e pela radicalizada sucessão presidencial. Tanto a crise econômica quanto a sucessão constituirá, diga-se de passagem, novos testes para o sentimento de tolerância e

para o amor à democracia dos que então dirigiam o País. E uma vez mais o Presidente José Sarney e sua equipe souberam demonstrar a competência política com que conduziram todo o processo de transição de um regime autoritário para um sistema democrático como talvez nunca tenha este País vivido no passado.

No entanto, a nuvem de poeira levantada na fase final de governo alcançou tais dimensões que freqüentemente nos impedió de vislumbrar como deveríamos a obra administrativa que se desenvolvia de forma silenciosa e laboriosa. Esses trabalhos se desenvolviam em praticamente todas as esferas de governo, mas, por esse viés que reconhecidamente trago durante toda a minha vida parlamentar, desejo dar especial ênfase ao que se fez na área da educação.

Era então Ministro da Educação essa figura ímpar que é o Deputado Carlos Sant'Anna. Conhecido pela cultura e pela fineza de trato, que o tornam um verdadeiro patrício, Sant'Anna já fora Secretário de Estado na Bahia, Deputado Estadual, Deputado Federal, Ministro de Estado da Saúde escolhido por Tancredo Neves. Desincompatibilizou-se dessa pasta para concorrer à reeleição para a Câmara Federal, onde seria o Líder do Governo Sarney. Revelou então seu imenso talento de articulador, obtendo uma sucessão de vitórias. Encerrada essa missão, com a promulgação da Constituição Cidadã de outubro de 1988, foi convidado pelo Presidente da República para retornar ao ministério, desta vez na pasta da Educação. Não lhe era uma área estranha muito pelo contrário: fora por longos anos Secretário da Educação em seu estado e vinha de uma brilhante carreira acadêmica, como professor de medicina. Estava, portanto, extremamente aparelhado para essa nova missão que recebia.

Nessa gestão, Carlos Sant'Anna fez da busca da qualidade do ensino sua meta maior. Recordemos que o sistema educacional brasileiro, em particular o ensino superior - ainda a principal esfera de administração direta do Governo Federal - vinha, então, como vêm até agora, sofrendo violentas críticas que dizem respeito à sua qualidade. Essa questão, na nova Carta cujos princípios passavam a orientar toda a administração brasileira, está registrada não só como uma das metas do Plano Nacional de Educação - exigência também por ela feita - mas também como um dos prin-

cípios fundamentais a ditar a forma de desenvolvimento do ensino. Com efeito, nesse capítulo da Constituição, de cuja elaboração muito me orgulho de ter participado assiduamente, exige-se a garantia de padrão de qualidade.

Posso listar aqui apenas algumas das muitas iniciativas tomadas por Sant'Anna no sentido da busca da qualidade no ensino brasileiro. E o caso, por exemplo, do Fiped, o Programa de Formação Interdisciplinar para Pesquisa e Desenvolvimento, instituído pela Portaria Ministerial nº 281, de 9 de maio de 1989, destinando a apoiar ações que contribuam para a melhoria do ensino de graduação nas instituições de nível superior. Dentro desse programa surgem as mais variadas ações, desde garantir que os alunos consigam chegar até o estágio de experimentação em campo até promover reestruturações curriculares que possibilitem estágios em empresas sob orientação permanente de professores. Outro exemplo seria o Proninfe, o Programa Nacional de Informática Educativa, para desenvolver a utilização de tecnologias de informática no ensino fundamental, médio e superior. Em outras palavras, é levar o computador até a escola, promovendo um verdadeiro trabalho de alfabetização em informática e levando ao ensino o progresso trazido por essa via. Seria possível destacar ainda o Pedagogium, projeto destinado a valorizar a memória da educação no País, integrando-a a uma antevisão do futuro. Daí decorreu a criação de um verdadeiro centro de referência de memória educacional brasileira, centrada no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, o INEP.

Destaco, ainda, alguns programas que apresentaram notável sentido de inovação e que mereceram implementação justamente na gestão do Ministro Carlos Sant'Anna. Estaria nesse caso o programa educacional em áreas de fronteira, relevante num país com realidade geográfica como a brasileira, de dimensões continentais e enorme extensão de fronteiras, com mais de 16 mil quilômetros. Decidiu-se partir também para um programa de educação ambiental, reconhecendo-se que a proteção do meio ambiente é condição fundamental para qualquer política de desenvolvimento, bem como um dos principais problemas a ser equacionado na próxima década. Basta ver a onda que se levantou contra nosso País, quase sempre injustamente, a partir de preconceitos

nutridos no exterior. O programa, que integrou nos currículos da pré-escolar e do ensino fundamental conteúdos referentes à ecologia, dará aos cidadãos brasileiros o instrumental necessário para compreender os verdadeiros problemas do meio ambiente e lutar em sua defesa.

Também se deve ao Ministro Carlos Sant'Anna projetos visando ao desenvolvimento de alternativas pedagógicas voltadas para a superação das dificuldades do processo de alfabetização. Sabemos que esta é uma das principais manchas na cidadania de nosso País: enquanto outras nações consideram funcionalmente analfabetos os que não sabem manipular corretamente um computador, aqui permanece na faixa dos 30 por cento da população o número dos que mal sabem assinar o nome, mas nem isso. Esse programa volta-se para superar os obstáculos encontrados pelos participantes do processo pedagógico, nem sempre preparados ou treinados especificamente para essa finalidade, no momento de se partir para a alfabetização.

Aplicou-se, também, o Ministério da Educação em ações objetivando incorporar crianças e adolescentes com necessidades especiais ao ensino regular. São crianças e jovens que, em função de despreparo anterior - a chamada "carência cultural" - ou deficiências físicas e mentais, não tinham então condições para acompanhar o ensino regular. Tratou-se, então, em um delicado processo, de se garantir a eles suporte para isso. Da mesma forma, providenciou-se para que a educação física deixasse de ser mera rubrica nos currículos escolares, freqüentemente esquecida por não haver condições a sua prática. Ela passou assim a incorporar-se como uma prática real e efetiva.

O que talvez tenha sido uma das principais marcas não só da gestão do Ministro Carlos Sant'Anna, mas de todo o Governo Sarney no ensino fundamental foi a assistência ao estudante. Carlos Sant'Anna acentuou o esforço já marcante de seus antecessores por assegurar a extensão da merenda escolar, do livro didático e do material escolar à totalidade da clientela do ensino fundamental. Sua meta - e se chegou perto dela, o que muitos julgavam impossível - era garantir que todo estudante brasileiro na faixa do ensino fundamental tivesse alimentação na escola, livros para estudar e material didático para acompanhar as atividades de

aula. Afinal, a assistência ao estudante constitui-se em um suporte básico à qualificação do ensino e à universalização do atendimento escolar.

No início do Governo Sarney eram 24,7 milhões os alunos matriculados no ensino fundamental, assim como 1,5 milhão freqüentavam escolas superiores. Ao final da gestão do Ministro Carlos Sant'Anna e da administração Sarney as estimativas apontam um número superior a 28 milhões de matrículas no primeiro grau, assim como um acréscimo também no número de estudantes universitários. É extremamente positivo pensar que, de alguma forma, garantiu-se também a esse número ampliado de jovens, além de mais escolas, melhores escolas.

Uma atenção especial foi dada, enfim, ao ensino médio profissionalizante. Esse grau de ensino exige condições capazes de torná-lo adequado ao dinamismo do sistema produtivo. Ao incorporar os constantes avanços tecnológicos, o País real demanda técnicos bem qualificados, capazes de desempenhar funções cada vez mais complexas. Em 1986, o Governo Sarney já lançara o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, o PROTEC, com o objetivo justamente de elevar o padrão de desempenho das escolas técnicas e de implantar, com os estados e municípios, algumas centenas de novas unidades de ensino da área profissionalizante.

As pressões de natureza financeira, geradas pela própria crise econômica que se abateu sobre o País, lamentavelmente impediram a consecução de todas essas metas. No entanto, sucessivos ministros deram algum impulso ao Protec e particularmente Carlos Sant'Anna nele se empenhou. Feitas as contas, o balanço é altamente positivo: entre obras concluídas, equipamentos instalados, implantação de escolas e início de obras, podem-se contabilizar hadn ménos do que 135 escolas merecendo algum grau de apoio do Governo Federal.

São esses apenas alguns dos trabalhos que os brasileiros ficam a dever ao Ministro Carlos Sant'Anna por sua proficiência, embora breve, gestão à frente do Ministério da Educação. Mais do que ninguém Sant'Anna teve sensibilidade para reconhecer as carências do sistema educacional brasileiro e disposição para enfrentá-las. Fê-lo com coragem e não poucas vezes terminou injustiçado por aqueles mesmos que seriam os princi-

país beneficiários de seu esforço. A educação brasileira, porém, fica a dever ao Ministro Carlos Sant'Anna o reconhecimento que já se começo a mostrar e de que eu quero ser, aqui, um dos porta-vozes. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 381, de 1990, de autoria do Senador Almir Gabriel, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 248, de 1989, e 12, de 1990, com o Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1989, que dispõem sobre a admissão e sobre o trabalho de portadores de deficiência física na administração pública, e dá outras providências.

— 2 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do DF nº 49, de 1990, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que autoriza a desafetação de domínio do bem de uso comum do povo, situado na Região Administrativa do Gama — Distrito Federal, anexo ao lote designado por AE-EQ 2/4 — Setor Oeste e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 309, de 1990, da Comissão

— do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 25 minutos.)

ATO DO PRESIDENTE Nº 231, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que estabelece o § 2º do artigo 57 do Regulamento do Prodassen, aprovado pelo Ato nº 19, de 1976, da Comissão Diretora, resolve nomear Kleber Gomes Ferreira Lima, Analista Legislativo, área de especialização

de Análise de Sistemas, do Quadro Permanente do Prodassen, para exercer o emprego em comissão, Código SF-DAS-101.4, de Diretor da Coordenação de Informática — COI, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN.

Senado Federal, 12 de novembro de 1990. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 232, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 11.384/90-5, resolve retificar o Ato do Presidente nº 20, de 1989, publicado no DCN, Seção II, de 17-2-89 e republicado no DCN, Seção II, de 18-3-89, para alterar a data da vigência da contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, da Senhora Stela Silveira Campos, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, para 1º de fevereiro de 1989, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Moisés Abrão Neto.

Senado Federal, 13 de novembro de 1990. — Senador Alexandre Costa, Segundo Vice-Presidente no exercício da Presidência.

ATO DO PRESIDENTE Nº 233, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do processo nº 13.833/90-1 resolve rescindir o contrato de trabalho do Senhor Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento, Assessor Técnico, do Gabinete do Senador Hydeckel Freitas, contratado sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a partir de 7 de novembro de 1990.

Senado Federal, 13 de novembro de 1990. — Senador Alexandre Costa, Segundo Vice-Presidente no exercício da Presidência.

ATO DO PRESIDENTE Nº 234, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 13.049/90-9, resolve alterar o Ato desta Presidência nº 156, de 1985, publicado no DCN, Seção II, de 27-8-85, para manter aposentada a servidora Silvia de Passos, no cargo de Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 521, inciso I, combinado com os artigos 515, inciso II, 516, inciso I e 488, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem como o disposto na Resolução SF nº 21, de 1980, a partir de 23 de outubro de 1990, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 13 de novembro de 1990. — Senador Iram Saraiva Primeiro-vice-Presidente no Exercício da Presidência

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

17ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 1990

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa, às 10:30 horas, reuniu-se ordinariamente o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas-IPC, em sua sede, situada no anexo I da Câmara dos Deputados, 25º andar, sob a presidência do Senador Chagas Rodrigues, com a presença dos senhores Conselheiros Senadores Afonso Sancho, Affonso Camargo, Jamil Haddad, dos Senhores Deputados Álvaro Valle, Cid Carvalho, Carlos Benevides e do Doutor Henrique Lima Santos. Havendo número legal, o Presidente iniciou os trabalhos, determinando ao Secretário a leitura da Ata da Reunião anterior, o que foi feito. Após a leitura, a Ata foi discutida e posteriormente aprovada sem restrições. Em seguida o Presidente apresentou ao Conselho três Projetos de Resolução, o primeiro dispendo sobre a extinção de cargo no quadro de servidores do IPC e atualização da gratificação dos seus servidores; o segundo, dispendo sobre o Auxílio-Funeral e o terceiro, dispendo sobre o Auxílio-Doença. Submetidos esses Pro-

jetos de Resolução em discussão e votação, foram todos aprovados por unanimidade, tomando os números 23/90, 24/90 e 25/90, respectivamente, que serão publicadas à parte. Em seguida foram apreciados e aprovados os seguintes processos: 1 - de concessão de pensão - relatados pelo Conselheiro Deputado Carlos Benevides os processos de Luiz do Nascimento (1453/90), Carlos do Carmo Moreira (1509/90), Eduardo Rui Barbosa (1518/90), Antonio Tibery Costa (1526/90), Alberto Luiz Brasanini (1551/90), Thilma Barros Krieger (1571/90), Amaury Lopes da Silva (1575/90), José Pereira Caputo (1582/90), Angela Bocayuva Couto (1591/90), Francisco de Assis Dórea de Araújo (1625/90), Fernando Marques (1616/90), Edson Corrêa Khair (1552/90), Ruth de Souza Silveira Jobim (346/90), Gilson Pinto Botelho (1573/90), Marieta Prado Leite/Maria Auxiliadora P. Leite (997/90) e Antonio Augusto Gentil Cabral (1560); 2 - de integralização de carência - relatado pelo Conselheiro Deputado Carlos Benevides o processo de Manoel Pompeu Filho (1601/90); 3 - de atualização de pensão - relatado pelo Conselheiro Deputado Carlos Benevides o processo de Glória Maria Felipe dos Santos Caruso (1558/90); 4 - de averbação de mandatô - relatado pelo Conselheiro Deputado Carlos Benevides o processo de José Peixoto Filho (1394/90); 5 - de cancelamento de inscrição os processos de Antonio Ólimpio de Assis Henrique (1646/90), Carlos Alberto Bastos de Macedo (1645/90), Hildeu Batista (1649/90), Lília Fernandes Innoco (1644/90),

Magaly de Melo Rabelo Toledo (1642/90), Maria Lucia Prado Aguiar (1651/90), Paulo Sergio Lorenzoni (1650/90), Sirley Almeida da Silva (1641/90), Terezinha Goretí Rodrigues dos Santos (1652/90), Valter Marcos de Brito (1656/90), Iva Vieira dos Santos (1623/90), Gilberto Pedrosa dos Santos (1635/90), Helinda Selma Barbosa da Rocha (1630/90), Jacqueline Gomes da Silva Fontelles (1636/90), Julio Werner Pedrosa (1629/90), Jozima Vilalinho de Almeida (1624/90), Paulo de Tarso Brasiliense (1634/90), Sandra Maria Soares de Carvalho (1628/90), Alexandre Machado Vasconcelos (1663/90), Clovis Jerônimo de Sousa (1679/90), Julio Ricardo Borges Linhares (1680/90), Lívia Pedrosa de Almeida (1673/90), Luiz Carlos Ferreira (1668/90) e Paulo de Tarso Vieira (1677/90). Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião às doze horas. E, para constar, eu, Raymundo Urbano, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Chagas Rodrigues, Henrique Lima Santos, Jamil Haddad, Afonso Camargo, Alvaro Valle, Cid Carvalho, Carlos Benevides.

RESOLUÇÃO N° 26/90

Atualiza os valores das pensões concedidas pelo Instituto de Previdência dos Congressistas-IPC, aos seus segurados obrigatórios, aos seus segurados facultativos e aos seus respectivos beneficiários e dá outras providências.

O Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas-IPC, de acordo com o art. 43 da Lei nº 7.087/82, alterado pelo art. 1º da Lei nº 7.586/87, considerando as disposições do Decreto Legislativo nº 72, de 1º de dezembro de 1988, e, nos termos da Medida Provisória nº 247, de 17 de outubro de 1990, da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de outubro de 1990, resolve:

Art. 1º sobre os valores das pensões concedidas pelo Instituto de Previdência dos Congressistas-IPC, vigentes no mês de setembro aos seus segurados obrigatórios, aos seus segurados facultativos e aos seus respectivos beneficiários, será concedido um reajuste de 30% (trinta por cento), a partir de 1º de outubro de 1990.

Art. 2º Os atuais valores das pensões concedidas pelo IPC aos seus segurados obrigatórios, aos seus segurados facultativos e aos seus respectivos beneficiários, serão reajustados automaticamente, nas mesmas épocas e nas mesmas bases estabelecidas para o reajustamento geral deferido ao funcionalismo civil da União.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de outubro de 1990. — Chagas Rodrigues (ilegíveis)